



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XIII Legislatura

Número: 71

II Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 11 de dezembro de 2025

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 3 minutos.

Após a chamada, a sessão iniciou-se com o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, tendo sido apresentados os seguintes votos:

— Voto de Congratulação pela celebração do centésimo aniversário do Engenheiro Marcelo Bettencourt e pela sua exemplar carreira, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. Feita a apresentação pelo Deputado José Ávila (PS) e usado da palavra o Deputado Adolfo Vasconcelos (PSD), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação aos atletas hexacampeões do Campeonato do Mundo VIRTUS, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Feita a apresentação pelo Deputado Luís Raposo (PSD) e usado da palavra o Deputado Russell Sousa (PS), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação à Universidade dos Açores pela celebração dos 25 anos do Curso de Serviço Social, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. Feita a apresentação pela Deputada Isabel Berbereia (PS) e usado da palavra a Deputada Eugénia Leal (PSD), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação à mariense Alexandra Melo pela conquista do título de Vice-Campeã do Mundo de Futsal Feminino, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. Feita a apresentação pela Deputada Joana Pombo Tavares (PS) e usado da palavra o Deputado Carlos Rodrigues (PSD), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação à Associação de Jovens da Fonte do Bastardo (AJFB) pelos seus 50 anos, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP. Feita a apresentação pelo Deputado Pedro Pinto (CDS-PP), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação ao Centro de Karaté de Lagoa, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. Feita

a apresentação pela Deputada Cristina Calisto (PS), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação ao queijo açoriano pelos resultados no World Cheese Awards, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Feita a apresentação pelo Deputado Paulo Silveira (PSD) e usado da palavra a Deputada Isabel Teixeira (PS), o referido voto foi aprovado por maioria.

— Voto de Congratulação à Universidade dos Açores e aos Investigadores Integrados no Top 2 % Mundial da Universidade de Stanford, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. Feita a apresentação pela Deputada Sandra Costa Dias (PS) e usado da palavra o Deputado Flávio Soares (PSD), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação pelo reconhecimento internacional atribuído à Gracióica pela prestigiada POWER Magazine, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. Feita a apresentação pelo Deputado José Ávila (PS) e usado da palavra o Deputado Adolfo Vasconcelos (PSD), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Pesar pelo falecimento de Álvaro Laborinho Lúcio, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Feita a apresentação pelo Deputado João Bruto da Costa (PSD), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

De seguida, o Deputado Nuno Barata (IL) usou da palavra para fazer uma declaração política, na qual intervieram os Deputados Pedro Pinto (CDS-PP), João Bruto da Costa (PSD), José Pacheco (CH), Berto Messias (PS) e António Lima (BE), bem como o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão).

A declaração política que se seguiu foi proferida pelo Deputado Pedro Neves (PAN), tendo intervindo os Deputados António Lima (BE), Francisco Lima (CH), Ana Jorge (PSD), Joana Pombo Tavares (PS) e Pedro Pinto (CDS-PP), bem como o Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho).

Entrando na agenda, deu-se continuidade ao debate do Projeto de Resolução n.º 46/XIII — “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a abertura de um concurso público internacional para a prestação do serviço público de transporte marítimo de mercadorias”, apresentado pelo CHEGA. Participaram no debate os Deputados Pedro Pinto (CDS-PP), João Bruto da Costa (PSD), Carlos Silva (PS), Francisco Lima (CH), José Pacheco (CH), Carlos Rodrigues (PSD), Mário Tomé (PS), Pedro Neves (PAN) e Nuno Barata (IL), bem como a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral). Submetido à votação, o diploma foi rejeitado.

Seguiu-se a discussão do Projeto de Resolução n.º 55/XIII — “Pronúncia, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o reforço do efetivo da polícia de segurança pública na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pela Representação Parlamentar da IL. Feita a apresentação da iniciativa por parte do Deputado Nuno Barata (IL), participaram no debate os Deputados João Vasco Costa (PS), Olivéria Santos (CH), Luís Soares (PSD), António Lima (BE), José Pacheco (CH), Pedro Pinto (CDS-PP), João Mendonça (PPM), João Bruto da Costa (PSD) e Pedro Neves (PAN), bem como o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão). No decurso do debate, o Deputado Francisco Lima (CH) usou da palavra para defesa da honra, tendo o Deputado João Vasco Costa (PS), consequentemente, proferido explicações. Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Avançou-se para a apreciação da Petição n.º 15/XIII — “Contra o regresso da sorte de varas aos Açores”, apresentada por Jessica Costa Pacheco, da Associação Vegana dos Açores, na qualidade de primeira subscritora. A apresentação do relatório coube à Deputada Ana Jorge (PSD), tendo-se seguido as intervenções

dos Deputados Pedro Neves (PAN), José Pacheco (CH), António Lima (BE), Berto Messias (PS), Nuno Barata (IL), Luís Soares (PSD) e Pedro Pinto (CDS-PP).

Posteriormente, a Proposta de Resolução n.º 10/XIII — “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2024”, apresentada pela Mesa da Assembleia, foi submetida à votação, tendo sido aprovada por maioria.

Dando seguimento à agenda, foram colocados à votação os seguintes relatórios:

— Relatório sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão, tendo sido aprovado por maioria.

— Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado José Manuel Resendes Leal possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação de Processo Comum n.º 1442/23.9T8PDL, tendo sido aprovado por unanimidade.

Seguiu-se o Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 57/XIII — “Recomenda ao Governo da República a inclusão da totalidade do território nacional, incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, no Programa Regressar, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2019, de 28 de março, regulamentado pela Portaria n.º 214/2019, de 5 de julho, na sua redação atual, que define a medida de apoio ao regresso de emigrantes a Portugal”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM. Feita a justificação por parte do Deputado João Mendonça (PPM), o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

Tendo sido aprovado, passou-se à análise do Projeto de Resolução n.º 57/XIII — “Recomenda ao Governo da República a inclusão da totalidade do território nacional, incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, no Programa Regressar, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2019, de 28 de março, regulamentado pela Portaria n.º 214/2019, de 5 de julho, na sua redação atual, que define a medida de apoio ao regresso de emigrantes a Portugal”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM. A apresentação da iniciativa coube ao Deputado João Mendonça (PPM), tendo usado da palavra os Deputados Nuno Barata (IL) e António Lima (BE), bem como o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão). Submetida à votação, a iniciativa foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 58 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais.

Eram 10 horas e 3 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

João Luís **Bruto** Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Resendes **Leal**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Quota **Soares**

Márcia Fernanda Oliveira **Goulart**

Maria Eugénia Pimentel **Leal**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Ricardo Beato Gomes **Vieira**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Socialista (PS)

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Cristina de Fátima Silva **Calisto**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Gualberto Costa **Rita**

Isabel Maria Diniz **Berbereia**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Joana Sousa **Pombo** **Tavares**

João **Vasco** do Monte Ferreira Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Luís Miguel **Vieira** **Leal**

Marco Euclides Lemos **Martins**

Mário José Dinis **Tomé**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta **Ávila** de **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Sandra Micaela **Costa** **Dias**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

CHEGA (CH)

Francisco Gabriel Meneses de **Lima**

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**

José Eduardo da Cunha **Pacheco**

José Paulo Machado de **Sousa**

Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

CDS-Partido Popular (CDS-PP)

Jorge Miguel Azevedo **Paiva**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de **Mendonça**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida **Sousa**

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Esta manhã está reservada ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Deram entrada vários votos na Mesa, e vamos iniciar por aí. O primeiro voto de

congratulação é pela celebração do centésimo aniversário do Eng.º Marcelo Bettencourt, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pela celebração do centésimo aniversário do Engenheiro Marcelo Bettencourt e pela sua exemplar carreira

Marcelo Simas Tomaz Bettencourt, celebrou recentemente um século de uma vida, quase toda ela dedicada à causa pública.

Nascido a 21 de novembro de 1925, na freguesia de Guadalupe, concelho de Santa Cruz da Graciosa, filho de João Tomaz Bettencourt e de Rosa Nazaré Simas Bettencourt, Marcelo Bettencourt licenciou-se em Engenharia Civil na Universidade do Porto.

É considerado uma personalidade ímpar da engenharia e do serviço público na Região Autónoma dos Açores.

Ao longo de uma carreira exemplar, desempenhou funções de grande responsabilidade, nomeadamente: Engenheiro Adjunto na Junta Autónoma dos Portos e na Direção de Obras Públicas de Angra do Heroísmo, Diretor de Obras Públicas do então Distrito de Angra do Heroísmo e da Secretaria Regional do Equipamento Social, Técnico Superior Principal e Assessor na Secretaria Regional de Habitação e Obras Públicas.

A sua ação foi determinante no planeamento, fiscalização e execução de obras públicas que marcaram o desenvolvimento das ilhas Graciosa, Terceira e São Jorge, nomeadamente: estradas regionais, que melhoraram a mobilidade; escolas e hospitais, reforçando os serviços essenciais; infraestruturas portuárias e aeroportuárias, que integraram essas ilhas nas rotas marítimas e aéreas com o exterior; instalações

desportivas, promovendo o bem-estar social, só para referir algumas.

O Engenheiro Marcelo Bettencourt foi ainda Vice-Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, entre 1959 e 1963, e Presidente do Conselho de Administração da Caixa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, de 1987 a 1995. Representou também a Secretaria Regional de Habitação e Obras Públicas na Coordenação Regional de Proteção Civil.

Foi distinguido pelo mérito do seu desempenho profissional, pelo Governo Civil de Angra do Heroísmo, em 1963, e com a Medalha de Mérito Municipal pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, em 2009.

Imediatamente após o grande sismo de 1980, desempenhou um papel essencial, atuando inicialmente na coordenação das primeiras ações de limpeza e desimpedimento das vias de comunicação na ilha Terceira e pelo rápido levantamento e avaliação dos danos nas áreas afetadas e supervisionou, em representação da tutela, as iniciativas de apoio à reconstrução, até ao início do funcionamento efetivo do GAR (Gabinete Apoio à Reconstrução), que chefiou, e também a partir da sua extinção.

Foi ainda Presidente da Comissão de Avaliação de Prédios Urbanos da Repartição de Finanças de Angra do Heroísmo, Avaliador da Repartição de Finanças do Concelho de Angra do Heroísmo, Avaliador da Caixa Geral de Depósitos e Perito do Tribunal da Relação de Lisboa.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária a 11 de dezembro de 2025, aprove o seguinte Voto de Congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula o Engenheiro Marcelo Bettencourt por ocasião da passagem do seu centésimo aniversário e manifesta o seu reconhecimento pelo seu contributo inestimável para o progresso da Região e uma vida dedicada ao serviço público em favor da melhoria das condições de vida das populações açorianas, nomeadamente as da Graciosa, Terceira e S. Jorge.

Este voto é o testemunho de gratidão e respeito por uma carreira que honra os Açores.”
Que deste voto seja dado conhecimento ao próprio, à Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, à Assembleia e Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, à Junta de Freguesia de Guadalupe, à Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo e à Ordem dos Engenheiros.

Horta, Salas das Sessões, 11 de dezembro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Adolfo Vasconcelos. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Adolfo Vasconcelos** (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores associa-se, naturalmente, ao voto apresentado pelo Sr. Deputado José Ávila.

Antes de mais, também gostaria de felicitar o Eng.º Marcelo Bettencourt pelo seu recente aniversário, feito há dias.

Dizer também que o legado da sua família legado ficou perpetuado através da Casa-Museu João Tomás Bettencourt.

E felicito e saliento uma pessoa que nasceu na Graciosa, que teve êxito tanto a nível local, como também a nível regional.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Creio não existir. Vamos votar este voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pela celebração do centésimo aniversário do

Engenheiro Marcelo Bettencourt e pela sua exemplar carreira foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com gosto que vos informo que assistem aos nossos trabalhos, nas nossas galerias, os formandos do curso técnico de apoio psicossocial da Escola Profissional da Horta, acompanhados pela sua formadora, a Dra. Cristina Lopes, a quem agradeço a visita e saúdo em nome desta Assembleia.

Aplausos da Câmara.

Vamos continuar. O próximo voto de congratulação é apresentado aos atletas hexacampeões do Campeonato do Mundo VIRTUS, pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Raposo.

Deputado Luís Raposo (PSD): Muito bom dia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Atletas Hexacampeões do Campeonato do Mundo VIRTUS

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores congratula a Seleção Nacional de Futsal para Atletas com Deficiência Intelectual pela conquista do sexto título Mundial do Campeonato do Mundo VIRTUS, em Torrevieja, em Espanha.

Trata-se de um feito extraordinário que contou com a participação de quatro atletas açorianos do Clube Desportivo de Santa Clara, nomeadamente o Sandro Botelho, o Fábio Costa, o Rúben Metade e o Ricardo Costa, e o treinador Paulo Borges.

A participação e o desempenho dos atletas açorianos contribuíram para o desempenho da equipa e mostraram o poder do desporto inclusivo, dando exemplo para a

comunidade da sua dedicação e de que, com trabalho, é possível alcançar todos os sonhos.

Também ao treinador Paulo Borges, do Clube Desportivo de Santa Clara, uma palavra de apreço pelo empenho demonstrado junto desta área de formação, também ela especial, constituindo um motor motivacional na sua atuação em campo.

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores parabeniza a Seleção Nacional de Futsal para Atletas com Deficiência Intelectual pelo êxito alcançado, bem como a todos os que se dedicam de corpo e alma ao desporto adaptado, permitindo a criação de um espaço para o sucesso de todos sem exceção, sem olhar a diferenças.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de dezembro de 2025, a aprovação de um voto de congratulação à Seleção Nacional de Futsal para Atletas com Deficiência Intelectual.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à Seleção Nacional de Futsal para Atletas com Deficiência Intelectual, ao Clube Desportivo Santa Clara, à Direção Regional para a Promoção da Igualdade e Inclusão Social e à Direção Regional do Desporto.

Horta, Sala de Sessões, 11 de dezembro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Russell Sousa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Russell Sousa (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Secretários Regionais:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto com naturalidade, parabenizando o Sandro Botelho, o Fábio Costa, o Rúben Metade e o Ricardo Costa pelo trabalho que desenvolveram na sua atividade enquanto jogadores de futsal, e também o treinador Paulo Borges por todo o trabalho que tem vindo a desenvolver no desporto adaptado na nossa Região.

A verdade é que o treinador Paulo Borges — um continental que veio para os Açores há muitos anos, que escolheu os Açores para viver, com toda a sua experiência — tem conseguido, nos diversos desportos, desde o atletismo, o futsal, bem como noutros desportos adaptados, elevar a qualidade dos jovens açorianos. e, cima de tudo, destes jovens, que são tão iguais a todos nós e merecem todo o nosso apoio, o apoio de todos os grupos parlamentares aqui nesta Assembleia.

E também gostaria de aproveitar este momento para salientar o trabalho que o Clube Desportivo Santa Clara tem feito nesta matéria do desporto adaptado, procurando integrar estes jovens no mercado de trabalho, dando-lhes também condições para evoluírem e serem pessoas ativas na sociedade, com o seu mérito total.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Creio não existir. Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação aos atletas hexacampeões do Campeonato do Mundo VIRTUS foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação. Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Berbereia para apresentar um voto pelos 25 anos do Curso de Serviço Social. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Isabel Berbereia (PS): Bom dia.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

**Voto de Congratulação à Universidade dos Açores pela celebração dos 25 anos
do Curso de Serviço Social**

A Universidade dos Açores, no passado mês de novembro, celebrou os 25 anos da criação do Curso de Serviço Social, o primeiro curso superior criado numa Universidade Pública Portuguesa.

A Universidade dos Açores foi pioneira na oferta da Licenciatura em Serviço Social, por forte determinação e empenho do então Reitor Professor Vasco Garcia e por persistência, resiliência e influência das Assistentes Sociais Fátima Dias e Fátima Sousa, que lideraram o grupo restrito de profissionais de carreira que, conjuntamente com o Conselho de Administração do então Instituto de Ação Social, defenderam e impulsionaram, junto de várias instâncias, a sua abertura.

Aquando do início do curso, a representatividade do Setor Social na Região era diminuta e comprometia a implementação das novas medidas de política social, que urgiam aplicar nos Açores, para combate à pobreza e exclusão social, como é exemplo o Rendimento Mínimo Garantido e os múltiplos Projetos de Luta Contra a Pobreza, com financiamento europeu e nacional, que seriam desenvolvidos em todas as ilhas, assim como era urgente a criação de novas respostas e valências sociais.

A constante necessidade de recrutar técnicos de outras zonas do país, que muitas vezes não se adaptavam, ou se fixavam por curtos períodos de tempo, criava instabilidade nas organizações e a interrupção dos projetos para os quais eram chamados a implementar. Além disso, a frequente alternância dos técnicos quebrava a relação de confiança entre profissionais e utentes, e o descrédito nas medidas e nas instituições, condição base aos processos de mudança, que se objetivava provocar nos indivíduos e nas comunidades.

Havia então uma necessidade de fixar, na Região, os jovens estudantes e qualificar profissionais na área científica do Serviço Social, com capacidade de intervenção social, adaptada às especificidades insulares.

Desde o ano letivo 2000/2001, formaram-se, na licenciatura, 647 alunos, e são eles, hoje, muitos dos profissionais que trabalham nos Serviços da Administração Regional: Segurança Social, Saúde, Emprego, Habitação, Autarquias, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Misericórdias, Associações e também, mais recentemente, no setor emergente, o das respostas sociais privadas.

O curso, ministrado pela Universidade dos Açores, veio transformar, determinantemente, o Setor Social na Região, empoderando as instituições com recursos técnicos qualificados e equipas multidisciplinares, que permitiram o alargamento do número de utentes abrangidos, a diversificação de respostas e valências sociais e as metas da qualidade e especialização dos serviços prestados.

Garantiu, e garante, às políticas públicas, os meios para responder interdisciplinarmente a diferentes áreas e necessidades, são exemplo: o alargamento e modernização de respostas e Estruturas para Idosos e Pessoas com Deficiência, os Lares (ERPIS), Centros de Dia e Centros de Noite, respostas domiciliárias e Centros de Atividade Ocupacional; respostas sociais dirigidas à infância e família, com a alteração dos modelos e estruturas de Acolhimento Residencial, a extensão e reforço das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, as Equipas Multidisciplinares de Apoio aos Tribunais de Família e Menores, os projetos de capacitação parental, empoderamento das mulheres, intervenção junto das famílias e igualdade de oportunidades; também as respostas no setor da habitação, nos processos de apoio à gestão dos bairros sociais, nos realojamentos, e na implementação das medidas de apoio ao arrendamento; no Emprego, na mediação entre desempregados e empregadores, na vertente da formação profissional, capacitação de competências para a empregabilidade, e em especial nos programas dirigidos a públicos vulneráveis; na Saúde, com serviços de atendimento e proximidade em Centros de Saúde, Hospitais e Casas de Saúde, no apoio à deslocação de doentes, à ligação doente-família, aos cuidados domiciliários especializados ou continuados; nas Autarquias, Misericórdias, IPSS e Ação Social, no suporte a projetos de desenvolvimento comunitário, em zonas

geográficas onde a pobreza se acentuava, junto de mulheres, famílias e territórios marcados pelo isolamento, estigma e exclusão social, e nas respostas à Emergência Social e grupos vulneráveis como os sem-abrigo, os toxicodependentes e repatriados. No entanto, as transformações sociais persistem e são significativas, impulsionadas por fatores como a integração europeia, a globalização, os avanços tecnológicos e as mudanças demográficas, as alterações profundas nas estruturas familiares e valores sociais, o impacto da tecnologia e da globalização, que transforma a vida quotidiana, a nossa identidade cultural e as dinâmicas populacionais, marcadas por novos fluxos migratórios, pela ameaça da guerra e pelas transformações climáticas e ambientais.

A recente criação da Ordem dos Assistentes Sociais (com mais de 500 inscritos nos Açores) veio reforçar esta Classe Profissional, e face às reconfigurações económicas, tecnológicas e sociopolíticas, desafia e compromete a Academia e os Poderes Públicos a consolidar o trabalho conjunto e a construção de respostas socialmente relevantes.

Mantendo a centralidade dos direitos humanos e da justiça social, a profissão, com capacidade de integrar pensamento crítico, inovação tecnológica, compromisso ético e ação política, continuará a ser crucial para enfrentar as desigualdades, fortalecer as instituições, capacitar os cidadãos e promover uma sociedade açoriana mais justa e inclusiva.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 11 de dezembro de 2025, a aprovação de um voto de congratulação à Universidade dos Açores pelos 25 anos do Curso de Serviço Social.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento à Universidade dos Açores, à Diretora do Curso de Serviço Social, ao Núcleo de Estudantes de Serviço Social, à Ordem dos Assistentes Sociais, aos representantes da Ordem nos Açores, ao Instituto de Segurança Social dos Açores, ao Professor Vasco Garcia, à Dra. Fátima Dias e à Dra. Fátima Sousa.

Obrigada.

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Eugénia Leal, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Eugénia Leal (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto de congratulação pelos 25 anos do Curso de Serviço Social na Universidade dos Açores, não só por ter sido pioneiro, que só por si já é um facto bastante relevante, mas especialmente pelas consequências que teve ao nível da dinâmica social na nossa Região, nomeadamente na implementação de medidas de política social. Naturalmente, também, essas consequências alargaram-se às próprias instituições, capacitando as IPSS e as instituições públicas naquela que é uma das suas missões principais, que é servir as populações, nomeadamente os mais desfavorecidos.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Creio não existir. Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação à Universidade dos Açores pela celebração dos 25 anos do Curso de Serviço Social foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares para a apresentação de um voto de congratulação à mariense Alexandra Melo, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

À mariense Alexandra Melo pela conquista do título de Vice-Campeã do Mundo de Futsal Feminino

Alexandra Sousa Melo é uma jovem mariense, nascida a 28 de setembro de 2005, que desde cedo revelou um gosto profundo pela prática desportiva. Iniciou a sua formação no Grupo Desportivo Gonçalo Velho e no Clube Ana, na ilha de Santa Maria, onde, após os primeiros anos de basquetebol e futebol, encontrou no futsal — e na posição de guarda-redes — a sua verdadeira paixão. Como acontece com muitos jovens marienses, integrou os escalões iniciais de formação, que são muito mais do que simples etapas competitivas: são verdadeiras escolas de valores. Ali aprendeu disciplina, respeito, trabalho em equipa e, sobretudo, resiliência.

Cada treino, cada vitória e cada obstáculo ultrapassado ajudaram a moldar o seu carácter, num caminho onde o crescimento pessoal e desportivo só é possível graças à dedicação dos jovens e ao contributo incansável dos treinadores, que de forma voluntária se tornam mentores de vida. Investir na formação desportiva é, por isso, investir numa geração mais forte, mais unida e mais capaz de transformar positivamente a sua comunidade.

Movida pela resiliência, pela ambição de superar limites e pelo amor ao futsal, Alexandra deixou a sua ilha natal ainda adolescente, numa decisão corajosa ditada pela necessidade de maior competitividade. A Xana, como carinhosamente é conhecida, ingressou no escalão de Iniciados do Sport Lisboa e Benfica na época 2019/2020, afirmando-se ao longo das épocas até chegar ao plantel sénior onde hoje permanece. O seu talento não passou despercebido, e desde 2021, integra as seleções nacionais, estreando-se pelas Sub-17 frente à Rússia — um momento marcante que encheu de

orgulho os marienses, a Região e o País.

Mas o seu percurso continuou a escrever páginas de sucesso. Em 2023, tornou-se Campeã Europeia de Futsal Feminino ao serviço do Benfica, contribuindo para a vitória na final frente à equipa italiana e sendo reconhecida como um “exemplo de referência” pelo seu empenho e talento.

O sonho ganhou nova dimensão quando foi convocada pelo selecionador Luís Conceição para integrar a comitiva da Seleção Nacional no I Campeonato do Mundo de Futsal Feminino, como jogadora extra para prevenir lesões ou contratemplos. Entre 21 de novembro e 7 de dezembro, na PhilSports Arena, nas Filipinas, viveu uma experiência inesquecível: Portugal alcançou cinco vitórias consecutivas, chegando à final frente ao Brasil e conquistando a medalha de prata no primeiro Mundial FIFA da modalidade.

Este é um orgulho português.

Este é um orgulho açoriano.

Este é, acima de tudo, um orgulho mariense.

Este orgulho é partilhado com toda a Seleção Nacional de Futsal Feminino, agora vice-campeã mundial, mas ganha um significado especial para Alexandra Melo. A medalha que trouxe ao peito representa muito mais do que uma conquista desportiva: é o reflexo da sua determinação diária, da coragem com que enfrenta cada desafio e da paixão com que representa o seu clube, a sua seleção e a sua terra. Celebra-se não apenas o resultado, mas o percurso — feito de esforço, humildade e superação — da jovem e dos seus pais, que deixaram a sua ilha, o seu conforto, a sua família e os seus amigos para perseguir um sonho.

Hoje, Alexandra Melo ergue-se como exemplo absoluto de dedicação, talento e trabalho incansável, inspirando todos aqueles que acreditam que o mérito nasce da persistência e da coragem de nunca desistir.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região

Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 11 de dezembro de 2025, a aprovação de um voto de congratulação a Alexandra Melo pela conquista do título de Vice-Campeã do Mundo de Futsal Feminino.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à atleta, à família, à Federação Portuguesa de Futebol, ao Grupo Desportivo Gonçalo Velho, ao Clube Ana, à Secretaria Regional da Educação, Desporto e Cultura, à Assembleia Municipal de Vila do Porto, à Câmara Municipal de Vila do Porto e ao Conselho de Ilha de Santa Maria. Horta, Sala das Sessões, 11 dezembro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Rodrigues.

(*) **Deputado Carlos Rodrigues** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Alexandra, efetivamente, é um caso... quase que posso dizer raro, porque muito cedo demonstrou este querer e os dotes para a essa função, para a função que desempenha hoje como guarda-redes.

Lembro-me perfeitamente que, nos torneios organizados em Santa Maria pela Câmara Municipal de então, designados como Santa Maria Summer Cup, onde recebíamos equipas de todo o território nacional, a Alexandra era a única guarda-redes do sexo feminino. E muito cedo começou a receber incentivos de diversos treinadores e dirigentes que se deslocavam à ilha, que rapidamente reconheceram os dotes da atleta. É também um caso raro porque a sua perseverança, ambição e determinação de querer ir mais longe levou a que os pais abdicassem de toda a sua vida e vivência na ilha e, de armas e bagagens, acompanharam a filha, ainda muito jovem, para o continente, na procura do seu sonho, uma vez que no futsal — que era isso que ela queria, não queria o futebol de 11 — não existiam academias nem apoios nesse sentido. E isso valoriza muito mais.

Hoje, imaginem todos nesta sala, o que não sentem os pais vendo a filha com este

prémio de esforço de toda a família? Mais tarde regressaram à ilha, mas foi graças a isso que fez com que ela chegasse onde chegou.

Daí, nós, obviamente, sem margem para dúvida, subscrevermos e apoiamos este voto. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Creio não existir. Vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação à mariense Alexandra Melo pela conquista do título de Vice-Campeã do Mundo de Futsal foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto para a apresentação de um voto à Associação de Jovens da Fonte do Bastardo, em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Jovens Açorianos:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

À Associação de Jovens da Fonte do Bastardo (AJFB) pelos seus 50 anos

O Grupo Parlamentar do CDS-PP Açores manifesta o seu reconhecimento e congratulação à Associação de Jovens da Fonte do Bastardo (AJFB), que no passado dia 21 de outubro completou cinco décadas de atividade ao serviço do desporto, da comunidade e da juventude.

Criada em 21 de outubro de 1975, na freguesia da Fonte do Bastardo, no concelho da Praia da Vitória, a Associação de Jovens da Fonte do Bastardo afirmou-se cedo como

uma das instituições desportivas mais emblemáticas da ilha Terceira. A sua história é marcada por um percurso constante de crescimento, pela formação de jovens atletas e por um compromisso firme com valores que unem e elevam a sociedade Terceirense e Açoriana.

Ao longo de 50 anos, muitas gerações de dirigentes, atletas, técnicos, sócios e voluntários dedicaram tempo, talento e paixão ao Clube, deixando um legado que ultrapassa largamente o plano desportivo. A Associação de Jovens da Fonte do Bastardo tornou-se um espaço de encontro, inclusão e participação cívica, contribuindo para fortalecer a coesão social dentro e fora da freguesia.

A nível competitivo, o Clube conquistou um lugar de destaque nacional, especialmente na modalidade de voleibol, onde soma resultados que enchem de orgulho a Praia da Vitória, a Terceira e os Açores.

Entre os marcos mais significativos contam-se o título da II Divisão/A2 em 2004/2005, a consagração como Campeã Nacional da I Divisão/A1 em 2010/2011, bem como novos feitos que marcaram a última década, incluindo a conquista do Campeonato Nacional em 2016 e os títulos alcançados em 2021 e 2023, anos em que a AJFB se afirmou igualmente como vice-campeã nacional.

No plano internacional, o Clube registou diversas participações na Challenge Cup, atingindo de forma notável os quartos de final em 2023, reforçando assim o seu estatuto como referência também no voleibol europeu.

Estes resultados foram inspiradores para várias gerações de jovens que passaram a praticar a modalidade pela vontade que o trabalho da Associação lhes despertou, e traduzem a competência técnica, o esforço coletivo e a capacidade da Associação de transformar o desporto num instrumento de afirmação e projeção da comunidade que representa.

Celebrar cinco décadas de história é reconhecer uma associação que soube aliar ambição competitiva a um trabalho social contínuo, promovendo oportunidades para a juventude, criando referências positivas e inspirando a comunidade. A Associação de

Jovens da Fonte do Bastardo é um exemplo de como o desporto pode ser motor de desenvolvimento, união e projeção dos Açores no panorama nacional e internacional. Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP Açores propõe a aprovação de um voto de congratulação à Associação de Jovens da Fonte do Bastardo pelos seus 50 anos.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento à Direção da Associação de Jovens da Fonte do Bastardo, à Câmara Municipal da Praia da Vitória e à Assembleia Municipal da Praia da Vitória, à Associação de Voleibol da Ilha Terceira, à Federação Portuguesa de Voleibol e à Direção Regional do Desporto.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 11 dezembro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Creio que não existem. Vamos então votar este voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação à Associação de Jovens da Fonte do Bastardo pelos seus 50 anos foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é ao Centro de Karaté de Lagoa, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cristina Calisto.

Deputada Cristina Calisto (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Ao Centro de Karaté de Lagoa

O Centro de Karaté de Lagoa (CKL), fundado a 14 de novembro de 2000, assinala 25 anos de atividade contínua na promoção, ensino e desenvolvimento da modalidade de Karaté Shotokan na Região Autónoma dos Açores. Ao longo das últimas duas décadas e meia, o Centro de Karaté de Lagoa afirmou-se como uma das mais prestigiadas e reconhecidas associações desportivas da Região, pela excelência do seu trabalho formativo e pela projeção do desporto açoriano a nível regional e nacional.

O percurso do Centro de Karaté de Lagoa é marcado pela formação de largas dezenas de crianças e jovens lagoenses, muitos deles participantes regulares em campeonatos regionais e nacionais, onde têm alcançado lugares de destaque e contribuído para elevar o nome dos Açores e do concelho de Lagoa. O clube tem sido um verdadeiro exemplo de como o desporto, aliado à disciplina e ao rigor técnico, pode transformar vidas e fortalecer comunidades.

Ao longo da sua história, o Centro de Karaté de Lagoa participou em 52 eventos regionais, 26 eventos nacionais e cinco eventos internacionais, demonstrando uma presença sólida e continuada no panorama competitivo do Karaté. Desta participação resultaram inúmeras conquistas, que refletem a qualidade do trabalho desenvolvido e o mérito dos seus atletas e treinadores, destacando-se:

- Mais de 500 medalhas de 1.º lugar;
- Mais de 350 medalhas de 2.º lugar;
- Mais de 400 medalhas de 3.º lugar.

Para além do notável registo competitivo, distingue-se pela sua missão social. Através da prática do Karaté, promovem-se valores fundamentais como respeito, disciplina, autocontrolo, humildade e espírito de equipa. A sua ação constitui também uma resposta estruturada de integração social e de formação cívica, representando para muitas crianças e jovens um espaço seguro, educativo e agregador, assente numa cultura de responsabilidade e desenvolvimento humano.

Pelo seu mérito, pela relevância do seu contributo para o desporto regional e pela forma exemplar como promove o nome dos Açores, é justo e oportuno que esta Assembleia Legislativa reconheça publicamente o Centro de Karaté de Lagoa.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro de 2025, a aprovação de um Voto de Congratulação ao Centro de Karaté de Lagoa, enaltecendo a dedicação, o trabalho e o impacto social e desportivo desta instituição ao longo dos seus 25 anos.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento ao Centro de Karaté de Lagoa e à Câmara Municipal de Lagoa.

Obrigada.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Creio não existirem. Vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação ao Centro de Karaté de Lagoa foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira para a apresentação de um voto de congratulação ao queijo açoriano, em nome do Grupo Parlamentar do PSD.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Ao Queijo Açoriano Pelos Resultados no World Cheese Awards

No passado mês de novembro, a cidade de Berna, na Suíça, recebeu o maior concurso de avaliação do queijo de todo o mundo, na 37.^a edição dos World Cheese Awards.

Deputado Russell Sousa (PS): Outra vez queijo?

O Orador: Aí, o Queijo de Portugal e o dos Açores, em particular, destacaram-se de entre os mais de 5200 queijos provenientes de 46 países.

Perante uma avaliação de 265 jurados e entre os 17 queijos portugueses presentes a concurso, oito queijos açorianos receberam medalhas de ouro, prata e bronze, numa conquista que reafirma o prestígio da tradição queijeira dos Açores.

Neste sentido, foram distinguidos com Medalha de Bronze o Queijo São Jorge DOP (Denominação de Origem Protegida) 12 Meses, o Queijo Ilha São Miguel com cura de 18 Meses, o Queijo Nova Açores de Alho & Salsa, o Queijo Ilha Azul Amanteigado e o Queijo de Leite de Vaca “O Morro” Pasta Mole.

Foram distinguidos com Medalha de Prata o Queijo São Jorge DOP com cura de 7 Meses e o Queijo São Miguel com cura de 9 Meses.

Foi distinguido com Medalha de Ouro o Queijo São Jorge DOP com cura de 4 Meses. A conquista destes resultados pelo queijo açoriano não é uma novidade, considerando o histórico de distinções alcançadas neste que é o maior concurso mundial da especialidade.

Este reconhecimento é a confirmação inequívoca de que a nossa Região possui uma produção que alia tradição, inovação e um saber-fazer único.

De entre essa diversidade, destaca-se, naturalmente, a excelência do Queijo de São Jorge, símbolo maior da qualidade que os Açores oferecem ao país e ao mundo.

Acima de tudo, este resultado traduz o justo tributo ao trabalho diário e incansável de todos aqueles que se empenham na produção, no melhoramento, na industrialização e na comercialização do queijo açoriano. Graças a este esforço coletivo, o nosso queijo alcança patamares de excelência, autenticidade e rigor e consolida-se como uma

referência mundial, projetando o nome dos Açores e reforçando a confiança nos nossos produtos.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de dezembro de 2025, a aprovação de um voto de congratulação ao queijo açoriano pelos resultados alcançados no World Cheese Awards.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à Federação Agrícola dos Açores, à LactAçores - União das Cooperativas de Lacticínios dos Açores, à União das Cooperativas Agrícolas de Lacticínios da Ilha de São Miguel, à União de Cooperativas Agrícolas de Lacticínios de São Jorge, à Cooperativa Agrícola de Laticínios da Ilha do Faial, à O Morro Fabricação dos Queijos, Lda., aos Conselhos de ilha de São Jorge, de São Miguel e do Faial.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há alguma inscrição. Sra. Deputada Isabel Teixeira, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Teixeira (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de congratulação pelos resultados atribuídos ao queijo açoriano, não esquecendo que o setor do queijo é um dos mais emblemáticos no panorama agroalimentar mundial, destacando-se não só pela sua tradição e diversidade, mas também pela qualidade dos produtos apresentados em concursos internacionais.

Aos premiados endereçamos as mais calorosas felicitações pelo mérito alcançado, que é fruto de um trabalho árduo, de respeito pelas práticas tradicionais e de constante

procura pela excelência. Este feito é motivo de orgulho para os Açorianos e serve de inspiração para todos os que se dedicam à produção de queijos.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Creio que não existem. Vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O voto de congratulação ao Queijo Açoriano Pelos Resultados no World Cheese Awards foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 4 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL, e com 1 voto contra do PAN.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Vamos avançar com o próximo voto de congratulação, do Partido Socialista. Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Costa Dias para a apresentação de um voto de congratulação à Universidade dos Açores e a alguns dos seus investigadores.

Deputada Sandra Costa Dias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

À Universidade dos Açores e aos Investigadores Integrados no Top 2 % Mundial da Universidade de Stanford

A mais recente edição do ranking “World’s Top 2 % Scientists 2025”, elaborado pela Universidade de Stanford, evidencia o reconhecimento internacional alcançado pela Universidade dos Açores e pelos investigadores Ana Seca, Célia Silva, Daniela Ribeiro e Telmo Morato. A inclusão destes quatro cientistas no grupo dos 2 % mais citados e

influentes a nível mundial, segundo métricas rigorosas da base de dados Scopus, prestigia percursos individuais de excelência e sublinha, em simultâneo, a relevância crescente da investigação científica produzida na Região Autónoma dos Açores.

A investigadora Ana Seca, integrada no Grupo da Biodiversidade dos Açores (cE3c) e na Faculdade de Ciências e Tecnologia, tem contribuído de forma notável para o conhecimento sobre ecologia insular, conservação e funcionamento dos ecossistemas, afirmando o arquipélago como espaço de referência na investigação sobre biodiversidade.

As investigadoras Célia Silva e Daniela Ribeiro, do Instituto de Investigação e Tecnologias Agrárias e do Ambiente e da Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente, distinguem-se pelo trabalho desenvolvido nas áreas da agricultura, sustentabilidade e sistemas agroecológicos, produzindo conhecimento com impacto direto na inovação e na gestão do setor primário, pilar estruturante da economia açoriana.

O investigador Telmo Morato, do OKEANOS – Instituto de Investigação em Ciências do Mar, tem-se afirmado no estudo dos ecossistemas marinhos profundos, na conservação de recursos oceânicos e na ciência das pescas, contribuindo para uma compreensão mais robusta da dimensão marítima dos Açores e para a definição de práticas e políticas de exploração sustentável do oceano.

A presença destes quatro cientistas no restrito grupo dos 2 % mais influentes a nível global evidencia a capacidade da Universidade dos Açores para gerar conhecimento competitivo e projetá-lo no panorama internacional, desempenhando um papel determinante na afirmação científica da Região.

Importa reconhecer que distinções desta natureza evidenciam não apenas o mérito individual dos investigadores, mas também a responsabilidade coletiva de assegurar que a Região ganha competitividade no domínio científico. A missão das instituições de ensino superior, hoje mais exigente, inclui a capacidade de transformar conhecimento em valor económico, social e territorial. A ciência produzida nos Açores

deve ser entendida como infraestrutura estratégica: é dela que emergem inovação, capacitação, respostas a desafios globais e benefícios concretos para a sociedade. Num contexto em que a competitividade se mede pela criação de valor e pela autonomia económica, torna-se claro que o retorno da ciência depende de ecossistemas robustos e de financiamento que permita estabilidade, continuidade e impacto.

Regista-se, por isso, público apreço pelo trabalho desenvolvido na Universidade dos Açores e pelos investigadores agora distinguidos, reafirmando-se o carácter estratégico da investigação científica para o futuro da Região. Garantir que os Açores não ficam atrás num mundo em aceleração implica promover, apoiar e valorizar de forma consistente o trabalho produzido pelas instituições científicas açorianas. Só com recursos adequados será possível transformar conhecimento em inovação, reforçar a competitividade regional e assegurar que a ciência continua a contribuir, de forma mensurável e efetiva, para o desenvolvimento económico, social e territorial da Região Autónoma dos Açores.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação do presente voto de congratulação.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento aos investigadores Ana Seca, Célia Silva, Daniela Ribeiro e Telmo Morato; à Universidade dos Açores; ao Grupo da Biodiversidade dos Açores (cE3c); ao Instituto de Investigação e Tecnologias Agrárias e do Ambiente e ao OKEANOS – Instituto de Investigação em Ciências do Mar.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares, faça favor.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, o Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto apresentado pelo

Grupo Parlamentar do Partido Socialista à Universidade dos Açores e aos seus investigadores, e felicitamos este reconhecimento internacional a esses mesmos investigadores, a Ana Seca, a Célia Silva, a Daniela Ribeiro e o Telmo Morato, que, de certa forma, levam o nome dos Açores mais longe, além fronteiras.

Aliás, eu já tive a oportunidade de dizer aqui, a par de outros Deputados desta Casa também, de reconhecer o excelente trabalho que os nossos investigadores realizam nos Açores, o excelente trabalho que a nossa universidade e os respetivos centros de investigação e núcleos de investigação realizam nos Açores. Em termos internacionais, isto tem sido bastante reconhecido, mas também em termos regionais com aquela que tem sido a forma de acarinhar estes núcleos, estes centros de investigação e a própria Universidade dos Açores.

Temos, nos Açores, uma estrutura sólida de investigação. E todo este trabalho, quer da nossa universidade, mas também dos seus investigadores, é fruto de muita dedicação, de um empenho extremo, que leva, como já disse, o nome dos Açores além fronteiras. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Creio que não existem. Vamos então votar este voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação à Universidade dos Açores e aos Investigadores Integrados no Top 2 % Mundial da Universidade de Stanford foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila, pelo Partido Socialista, para a apresentação de um voto de congratulação pelo reconhecimento internacional atribuído à Gracióllica pela prestigiada POWER Magazine.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Reconhecimento internacional atribuído à Gracióllica pela prestigiada POWER Magazine

O projeto inovador de produção de energia renovável na ilha Graciosa foi iniciado em 2010, como resultado de um encontro dedicado à temática da energia para ilhas europeias, promovido em Bruxelas pela organização ISLENET.

A empresa alemã Yunicos foi responsável pelo desenvolvimento deste projeto, tendo selecionado a Graciosa devido aos objetivos estratégicos da política energética dos Açores, que privilegia o aumento da participação das energias renováveis e pelo facto de os recursos naturais predominantes na ilha serem a energia eólica e solar, tal como acontece em diversas outras ilhas ao redor do mundo.

Para viabilizar o projeto, a empresa Gracióllica, Lda. recebeu, do Governo Regional dos Açores, dois apoios financeiros: um incentivo no âmbito do Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento Estratégico e um empréstimo reembolsável.

Estes apoios destinaram-se à construção de um parque eólico com potência de 4,5 MW, uma central fotovoltaica de 1 MW e uma unidade de baterias para armazenamento da energia produzida, com capacidade de 2,8 MW.

Todas as infraestruturas previstas no projeto foram concluídas, incluindo o parque fotovoltaico e o parque eólico, bem como o sistema de baterias e a linha de ligação à Central da EDA, com a finalidade de garantir o transporte eficiente da energia elétrica produzida para a central térmica, integrando assim a energia renovável à rede elétrica da ilha.

Os testes programados permitiram confirmar a meta de penetração de 65 % de energia renovável na produção anual da ilha.

Depois de reestruturação acionista da empresa, o sistema híbrido de produção de energia iniciou o fornecimento de eletricidade à rede da ilha Graciosa a 21 de agosto de 2019.

É assim que a ilha Graciosa se destaca internacionalmente, através da empresa Graciólica, Lda., por ser a primeira do planeta a alcançar o fornecimento de energia 100 % renovável durante parte do ano. Este feito representa um marco significativo e posiciona a ilha Graciosa como líder global na utilização de recursos naturais renováveis para gerar eletricidade, servindo de referência internacional para outras regiões insulares.

Muito recentemente, a empresa Graciólica, Lda., com sede na ilha Graciosa, recebeu o prestigiado prémio (Distribuição de Energia 2025) Distributed Energy Award 2025 da revista POWER Magazine.

Nos últimos 40 anos, a POWER Magazine tem vindo a homenagear os melhores desempenhos da indústria de geração de eletricidade e, este ano, o galardão daquela revista especializada resolveu distinguir o projeto inovador da Central Híbrida Renovável da Graciosa, que integra energia eólica, solar e sistemas de armazenamento, permitindo que a ilha alcance uma elevada taxa de penetração de energias renováveis. Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 11 de dezembro de 2025, emita o seguinte Voto de Congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta a sua profunda satisfação pelo reconhecimento internacional atribuído à Graciólica pela prestigiada POWER Magazine e felicita os seus gestores, trabalhadores e parceiros pelo contributo exemplar para a sustentabilidade energética, a transição ecológica e a projeção internacional dos Açores como referência em soluções inovadoras para territórios insulares.”

Que deste voto seja dado conhecimento à empresa Graciólica, Lda., à Assembleia Municipal e Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa e à Secretaria Regional da

Mobilidade, Turismo e Infraestruturas.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Adolfo Vasconcelos, faça favor.

(*) **Deputado Adolfo Vasconcelos (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Aproveitar para nos associarmos ao voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e dizer que este prémio de reconhecimento internacional atribuído à empresa Gracióllica é um orgulho não só para a Graciosa, mas também para os Açores. A Gracióllica é um projeto inovador que permite uma verdadeira redução dos combustíveis fósseis, é um exemplo de sustentabilidade.

Enaltecer também todo o investimento que o Governo Regional dos Açores tem feito ao longo destes 5 anos em termos de descarbonização da nossa Região. E a dotação que é feita de 68,7 milhões de euros para 2026 é a prova de que efetivamente queremos investir nesta área.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Este tem de ser o caminho para um futuro mais sustentável energeticamente. E a par de outras matérias, estamos a ser um exemplo não só no país, mas também a nível internacional.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Creio não existirem mais intervenções. Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelo reconhecimento internacional atribuído à Gracióllica pela prestigiada POWER Magazine foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Terminamos, assim, os votos de congratulação.

Passamos ao voto de pesar que deu entrada na Mesa. Do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa para apresentar o voto de pesar pelo falecimento de Álvaro Laborinho Lúcio.

Deputado João Bruto da Costa (PSD):

VOTO DE PESAR

Álvaro Laborinho Lúcio

No passado dia 23 de outubro, faleceu, aos 83 anos de idade, Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio.

Nascido na Nazaré, a 1 de dezembro de 1941, Laborinho Lúcio licenciou-se em Direito e fez-se Mestre em Ciências Jurídico-Civilísticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, cidade onde iniciou uma notável carreira na magistratura, tendo sido Delegado do Procurador da República nas comarcas de Seia, Fundão e Santarém, Juiz de Direito em Oliveira do Hospital e Tábua, Procurador junto do Tribunal da Relação de Coimbra, Inspetor do Ministério Público, Diretor da Escola da Polícia Judiciária e Diretor do Centro de Estudos Judiciários.

Exerceu igualmente funções de grande responsabilidade institucional e política, sendo Secretário de Estado da Administração Judiciária, em 1990, subindo depois a Ministro da Justiça, em dois Governos liderados por Aníbal Cavaco Silva, até 1995.

Foi eleito Deputado à Assembleia da República, tendo sido ainda presidente da Assembleia Municipal da Nazaré, a sua terra natal.

Jubilado como Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, manteve sempre uma voz ativa e lúcida no debate sobre a Justiça, sobre a Democracia e sobre os Direitos Humanos.

Laborinho Lúcio foi um jurista brilhante, e um dos mais proeminentes Ministros da Justiça que Portugal teve em Democracia. A sua visão humanista do Direito, em que a

justiça deve estar ao serviço das pessoas, é uma característica que merece ser recordada e admirada.

Como governante, dignificou o Estado português no exercício de todos os cargos da República democrática. Relevando-se que, entre março de 2003 e março de 2006, tenha ocupado o cargo de Ministro da República para os Açores, testemunhando-se a sua entrega ao País, à Lei e à Constituição.

Em 1990, foi um dos fundadores da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, uma organização pioneira em Portugal, dedicada ao apoio às vítimas de crime.

A sua intensa atividade cívica estendeu-se à CRESCER-SER, de que foi sócio fundador, estendendo-se à Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família, à Mesa do Congresso da Associação dos Juristas de Língua Portuguesa e o Conselho Geral da Fundação do Gil.

Foi igualmente vogal do Conselho Diretivo da Fundação Centro Cultural de Belém e professor convidado de Direito Penal na Universidade Autónoma de Lisboa.

Concebeu e coordenou o Congresso da Cidadania, realizado nos Açores, em 2005, com iniciativas nas nove ilhas do arquipélago, (e permitam-me o aparte) do qual tive a honra e o prazer de participar.

São inúmeros os artigos publicados do seu legado, assim como as palestras proferidas. Escreveu livros como “A Justiça e os Justos” (1999), “Palácio da Justiça” (2007), “Educação, Arte e Cidadania” (2008), “O Julgamento – Uma Narrativa Crítica da Justiça” (2012), “Levante-se o Véu”, este em coautoria (2011), e ainda os romances como “O Chamador” (2014), “O Homem Que Escrevia Azulejos” (2016), “O Beco da Liberdade” (2019) e “As Sombras de uma Azinheira” (2022).

Premiado na área da Psicologia, foi-lhe atribuída, em 2016, pelo Conselho Regional do Porto da Ordem dos Advogados, a Medalha de Reconhecimento. E recebeu, em 2017, da Associação Pró-Inclusão, a Medalha de Mérito.

Foi agraciado por Sua Majestade, o Rei de Espanha, com a Grã-Cruz da Ordem de D. Raimundo de Peñaforte; e por Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa,

com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo.

Entre 2013 e 2017, foi Presidente do Conselho Geral da Universidade do Minho. E Membro Eleito da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Em fevereiro de 2019, foi-lhe atribuído, pela Universidade do Minho, o título de Doutor Honoris Causa em Ciências da Educação. Também a Universidade dos Açores lhe atribuiu idêntica distinção, em Humanidades, em novembro de 2024.

Laborinho Lúcio tomou posições concretas sobre áreas fundamentais para a vida de Portugal. Foi uma voz pioneira na defesa dos direitos das crianças, e pugnou por uma Justiça educativa, não punitiva, centrada na reinserção, responsabilização e proteção dos menores.

Que o seu legado seja um exemplo de inspiração para as atuais e futuras gerações, pois Portugal perdeu uma voz íntegra, humana, livre e de enorme competência.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro de 2025, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de Álvaro Brilhante Laborinho Lúcio.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à sua família e à Presidência da República.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Vamos passar então à sua votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar pelo falecimento de Álvaro Laborinho Lúcio foi aprovado

por unanimidade.

Encerramos, assim, neste período, a apresentação e votação de votos. Vamos prosseguir com as declarações políticas.

Está inscrito o Sr. Deputado Nuno Barata para a sua declaração política, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi em novembro de 2020, por via das eleições legislativas regionais, que, ao povo açoriano, foi devolvida alguma esperança da mudança, uma esperança de inversão do ciclo de empobrecimento que vínhamos a registar ao longo dos últimos anos.

Há momentos na vida democrática de uma região, de um país, de uma qualquer comunidade política, em que é preciso dizer, com toda a frontalidade e sem rodeios, aquilo que todos já perceberam, mas poucos ousam afirmar. No caso da Região Autónoma dos Açores, essa verdade inconveniente é que este Governo foi uma tremenda desilusão.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não apoiado!

O Orador: Temos um Governo que se anuncia reformista, mas não reforma absolutamente nada; que proclama mudanças, mas não muda coisa nenhuma. Vivemos sob a gestão do dia-a-dia de um Governo que domina a arte do *slogan*, mas esquece a ciência da transformação; um Governo que confunde anúncios com ações, intenções com resultados, promessas com reformas.

Deputado Flávio Soares (PSD): O senhor anda distraído.

O Orador: E assim, vai-se governando pelo *marketing* e não pela realidade.

Diz ser reformista, mas as reformas ficam sempre para “amanhã”. E o amanhã, como sabemos, nunca chega quando não há coragem para enfrentar interesses instalados, burocracias eternas e, principalmente, o medo de perder votos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Diz-se promotor de mudança, mas, sempre que a mudança se aproxima, recua — vimos na SATA.

Sempre que a Região pede ousadia, o Governo oferece hesitação; sempre que é preciso liderança, oferece apenas gestão de calendário e controlo de danos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Já criativo é o texto!

O Orador: Diz-se progressista, mas reage ao progresso, desconfia da inovação, teme a modernização e resiste à abertura de mercados.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não apoiado!

O Orador: É um progressismo de vitrine: brilha por fora e está vazio por dentro.

Deputado Carlos Freitas (PSD): É um filme de terror!

O Orador: A Região precisa, urgentemente, de reformas na economia, na educação e na saúde. E o que faz o Governo? Cria comissões, grupos de trabalho, consultas públicas intermináveis. E quando, finalmente, chega a hora da decisão, o que é que o Governo faz? Decide não decidir. Mais um observatório, mais uma comissão, mais um estudo, e não decide. É o chamado empurrar para frente a ver se coisa passa.

Temos um Governo que se habituou ao conforto da narrativa e abandonou a responsabilidade da ação; que fala de futuro, mas vive encostado ao passado desculpando-se com ele; que promete transformação, mas apenas administra declínio. A Região não pode continuar refém de um poder político que tem medo de governar, de decidir, de agir e que apenas reage. A Região precisa de coragem para romper com a estagnação; precisa de escolhas claras, não de discursos vagos; precisa de liderança verdadeira, não de encenação. Governar não é decorar *slogans*. Governar é, principalmente, assumir riscos e assumir consequências, é assumir o compromisso sério de mudar para melhor e não apenas de parecer que se muda.

Por isso, hoje, afirmamos, com firmeza: o tempo dos anúncios acabou; o tempo das reformas fingidas terminou; a paciência dos cidadãos esgotou-se!

A Região quer e merece muito mais: merece mais ação; mais visão; mais verdade. A Região está pronta e ávida para uma mudança, só falta que o Governo também esteja! Disse.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não apoiado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está feita a declaração política. Vamos abrir as inscrições.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Ora, muito bom dia, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal traz-nos aqui uma declaração, um ensaio de poesia e de rima, completamente desajustada da realidade. Eu não sei onde é que a Iniciativa Liberal tem andado desde janeiro de 2021, mas não é, seguramente, na Região Autónoma dos Açores, governada pelos partidos da coligação PSD, CDS-PP e PPM. Essa é a certeza absoluta que podemos retirar da intervenção que o Sr. Deputado Nuno Barata nos trouxe aqui para debate. Então, diz que há que mudar, e mudar para melhor. Ó Sr. Deputado Nuno Barata, eu concordo perfeitamente com essa afirmação. Mas não é isso que temos feito desde 2021? Olhe, a primeira coisa que fizemos para mudar para melhor foi baixar os impostos para todos os Açorianos. Acho que V. Exa. ainda não reparou nisso.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Essa reforma para melhor passou-lhe completamente ao lado.

Deputado Nuno Barata (IL): Não passou, não!

O Orador: Depois, no mesmo Plano e Orçamento que baixou os impostos, instituímos a Tarifa Açores: 60 euros para ligação aérea interilhas para todos os Açorianos. A V. Exa. também passou ao lado a Tarifa Açores.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Mais uma tragédia.

O Orador: Depois, os tantos e tantos funcionários que trabalhavam em departamentos

públicos, em programas e programinhas eternizados durante décadas pelo Partido Socialista, em contrato precário, o que é que nós fizemos? A maioria já está com um vínculo estável e com um salário na função pública. V. Exa. também não reparou nisso.

Voices de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: A Iniciativa Liberal não percebeu sequer que isso mudou para muito melhor a vida de milhares de açorianos.

Voices de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

O Orador: E diz o senhor que é para mudar para melhor. Mudar para melhor é o que temos feito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Duplicámos o valor do COMPAMID (Complemento para Aquisição de Medicamentos).

Deputado João Vasco Costa (PS): Os senhores duplicaram foi as nomeações.

O Orador: Hoje, quem precisa desse apoio para comprar medicamentos dispõe de um valor médio mensal de 50 euros, o dobro daquele que era quando chegámos ao Governo em 2021, Sr. Deputado! Isso não é mudar para melhor?

E quantos e quantos apoios sociais eu podia aqui dizer? Quantos? O “cheque-pequenino”? Também! Nos últimos 5 anos da governação do Partido Socialista, o valor do “cheque-pequenino” estava congelado. Está duplicado neste momento graças a esta coligação. Isto não é mudar para melhor, Sr. Deputado?

Onde é que a Iniciativa Liberal e o Sr. Deputado Nuno Barata têm estado nos últimos 5 anos? Em Marte? É porque aqui na Terra, aqui nos Açores, a vida está muito melhor.

Não está aquilo que desejávamos. Não, não está o que o PSD deseja, o que o CDS-PP deseja e o que o PPM deseja, mas com tempo vamos lá chegar.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Agradeço que se inscrevam.

Pausa.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Acompanhando aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Pedro Pinto, do CDS-PP, e tão bem dito, sobre o verdadeiro estado da Região, nem de propósito, o Sr. Deputado Nuno Barata, da Iniciativa Liberal, no Plenário de dezembro de 2025, começava a sua intervenção dizendo que “temos de inverter o ciclo de empobrecimento”. Sr. Deputado, já viu os dados que saíram hoje?

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor está enganado.

O Orador: Baixámos, de 2023 para 2024, em 6,9 % a taxa de risco de pobreza nos Açores. Já não somos os piores do país, Sr. Deputado!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Num ano, baixámos a taxa de risco de pobreza nos Açores em quase 7 %, Sr. Deputado! Nem de propósito, vir a Iniciativa Liberal — irreconhecível enquanto partido liberal — a esta Casa falar de privatizações. Pois se houve Governo que iniciou privatizações nos Açores, foi este Governo, Sr. Deputado.

Voices de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: É este Governo que está a transformar a economia açoriana, Sr. Deputado! Foi esta governação que baixou o imposto sobre lucros das empresas e, mesmo assim, aumentámos a coleta sobre o lucro das empresas, porque a economia reagiu, porque a economia está a dar frutos e porque os Açorianos estão a beneficiar com mais rendimento, mais emprego e menos desemprego nos Açores, Sr. Deputado. São números que não víamos há mais de uma década, Sr. Deputado!

E vem o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, no Plenário de dezembro de 2025, negar esta realidade, que nos deve alegrar a todos, Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: A maior função que nós tínhamos era quebrar o ciclo de empobrecimento que o Governo do Partido Socialista tinha deixado nesta Região, de sermos sempre a região mais pobre, com maiores dificuldades e com mais gente a passar de mão estendida à porta daqueles que davam os favores por parte do Governo do Partido Socialista, Sr. Deputado.

Essa é a reforma que estamos a fazer na nossa sociedade, uma reforma de liberdade, de as pessoas poderem ter mais rendimento e mais vontade de querer empreender nos Açores, coisa que a Iniciativa Liberal devia reconhecer como uma grande reforma da

sociedade açoriana, fruto do trabalho dos açorianos e apoiados por este Governo em termos do seu futuro e na concretização dos seus sonhos, em viver nos Açores e em ser felizes nos Açores, Sr. Deputado.

Terminando, enfim, posso-lhe referir o aumento do turismo, os milhões que aumentámos em termos de proveitos do turismo nestes últimos 5 anos, o aumento de passageiros, o aumento de dormidas, o aumento de riqueza nos Açores que tem sido possível criar.

Inicialmente, até com uma Iniciativa Liberal que, pelos vistos, não se reformou ou reformou-se ao contrário, que foi andar para trás naquelas que eram as suas convicções. Sr. Deputado, é verdade. No início desta governação, V. Exa. teve um papel importante em alertar para a necessidade de baixarmos impostos, coisa que nós já tínhamos proposto e que consumámos com a baixa de impostos nos Açores, sendo a região do país que tem menos impostos sobre o rendimento das famílias e das empresas, Sr. Deputado. E isso levou a que tenhamos a nossa economia a crescer há 53 meses consecutivos, o consumo privado a crescer há 54 meses consecutivos.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Onde é que anda a Iniciativa Liberal para não reconhecer aquilo que tem sido o trabalho dos empresários açorianos a criar emprego, a criar riqueza e a aumentar o rendimento dos açorianos, Sr. Deputado. Onde é que o senhor tem andado para não reconhecer aquele que tem sido esse trabalho?

Deputado Nuno Barata (IL): Aquela geração que está ali é que vai pagar pelos vossos erros!

O Orador: O Sr. Deputado tem oportunidade, certamente, ainda tem 5 minutos, para, depois, fazer todo esse seu rosário de queixas pelo sucesso da governação que tem sido implementada nos Açores por este Governo da coligação.

Sr. Deputado, volto ao início da minha intervenção, devia estar feliz, satisfeito e realizado por, no último ano, termos baixado, nos Açores, em 6,9 % a taxa de risco de pobreza.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Por termos, nos Açores, em 5 anos, baixado em 7 % o abandono escolar precoce, a nossa formação. Por termos baixado a taxa de jovens que não estudam, não trabalham e estão em formação em 40 %, Sr. Deputado.

Estes, sim, são valores e indicadores que nos fazem acreditar que é possível governar os Açores para a criação de riqueza, de emprego e para uma melhor economia na Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E isso, Sr. Deputado, devia alegrá-lo, sobretudo a si. E sei, tenho a certeza, que alegra a maioria dos liberais nos Açores.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu ouvi atentamente a declaração política do Sr. Deputado Nuno Barata, da IL, como também ouvi os colegas do Governo, mas não ouvi da outra oposição o que é que têm a dizer sobre isso.

Quanto à declaração política, pois, nós concordamos, mas também não está tudo mal. Se estivesse tudo mal, a Casa já tinha fechado.

Agora, isso fez-me lembrar aquelas equipas que ganham, assim, um campeonato do mundo ou um campeonato da Europa, o que for, em que há sempre aquele jogador que

nunca joga, está sempre no banco e tal, não sei o quê... Mas quando a equipa ganha o campeonato, é logo o primeiro a saltar e a ir buscar a medalha. Enfim, fez-me lembrar um bocadinho o Governo. É verdade que muito do que está a acontecer deve-se também à sociedade açoriana. E isso temos de agradecer aos Açorianos em primeiro lugar.

Muito do que este Governo vai fazendo deve-se à nova composição do Parlamento, deve-se às negociações que nós temos de fazer, é natural. Começou em 2020, altura em que negociaram com a IL e com o CHEGA, e a IL impôs-se. Também fazia parte do nosso programa eleitoral, mas é mérito da IL a baixa de impostos. Nós fomos para o gabinete anticorrupção, para o “cheque-pequenino”, etc. É a democracia a funcionar. Isso é excelente.

Para os mais novos, a democracia a funcionar é isto, ou seja, cada voto conta. Cada voto que foi depositado nas urnas teve e continua a ter uma consequência. Nós, os políticos, que aqui estamos, temos de ter responsabilidade, como tivemos há 2 semanas, no Orçamento.

Por falar em há 2 semanas, eu gosto muito de ouvir os senhores que fazem parte da coligação falarem do “cheque-pequenino”. Eu gosto muito. Foi uma exigência ao Governo Regional por parte do CHEGA.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Já disse isso várias vezes.

O Orador: OK. O que é que estava no Orçamento? A Sra. Deputada Sabrina lembra-se? Parece que não. O aumento do “cheque-pequenino” ia de 5 % a 2 %. E o CHEGA disse: “Não foi o negócio que nós fizemos. Não é isso que é importante para os nossos idosos. O que é que é importante? Aumentar até 15 %.” Sim, senhor, aprovaram. Mas se não tivéssemos dado por isso, se nos calássemos, era de 5 % a 2 %.

É muito bonito vir aqui falar do Nascer Mais, que esteve na gaveta 2 anos, também foi o CHEGA. Nós dizemos aos nossos eleitores que vale a pena estarmos aqui, que vale a pena estarem aqui outras forças políticas, porque eu sou um democrata. Acho que devem estar.

Quem é que falou nas creches? Fomos tão insultados na altura... A prioridade, em que

os Açores são pioneiros? Creches é para quem trabalha, não é para quem está em casa e deposita os filhos na creche e vai ver as telenovelas e o *Big Brother* ou outras coisas tais. Fomos nós.

E as baixas fraudulentas? Nós levantámos a questão. Estão resolvidas? Não, não estão resolvidas.

Também não será justo tudo estar mal. Temos visto que existem problemas na SATA, nos transportes marítimos (têm melhorado) e na lavoura. Tive uma agradável conversa, há bocadinho, com o Sr. Secretário, para tentarmos perceber os caminhos que se podem trilhar. E estamos aqui para ajudar. É a democracia a funcionar.

Agora, o Governo não pode é ser o jogador que fica no banco todo o ano, mas já quer receber as medalhas todas. Não! A democracia funciona, e eu acho que só ficava bem a este Governo agradecer aos parceiros, porque, um dia, o parceiro zanga-se e vocês vão é a nadar de costas, porque não há outra hipótese.

Eu nunca vi tanta ingratidão como vejo neste Parlamento. Nunca vi tanta falta de lealdade como vejo neste Parlamento. Só quando a dor aperta é que se lembram que existem parceiros. Eu acho que se deviam lembrar todos os dias, todos os dias. A democracia tem de funcionar.

Bem, Sr. Deputado Nuno Barata, é também denunciar o que está mal, é a nossa função. O que está bem é a função do Governo fazer, é a sua obrigação. Foi para isso que foram a votos.

O futuro daqueles rapazes está nas vossas mãos e nas minhas também. Eu tenho de zelar pelo futuro das novas gerações. Esta gente quer saber se vai ter habitação.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Esta rapaziada que aqui está quer saber se vale a pena viver nos Açores. E os senhores têm de dizer isto com clareza e transparência. Enrolar? É o mar na areia.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em dia de greve geral, na primeira greve geral dos últimos 12 anos apoiada pelas duas centrais sindicais, não posso, em nome do Partido Socialista dos Açores, deixar de saudar todos os trabalhadores portugueses e açorianos que hoje assumem o seu direito à greve...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Tanta gente que está nas compras de Natal.

O Orador: ... e fazem greve contra uma proposta de pacote laboral do Governo da República...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E contra toda a gente que está a trabalhar.

O Orador: ... que representa um grave retrocesso para o direito dos trabalhadores do nosso País e da nossa Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aos que estão a trabalhar: “marchar, marchar”! Nem o Bloco de Esquerda se atreveria a tanto.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ainda vai ter a sua oportunidade.

O Orador: Relativamente à declaração política aqui trazida pelo Sr. Deputado Nuno Barata, é uma declaração política muito feliz e muito pertinente.

Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deputado Nuno Barata (IL): Isso é um caramelo envenenado.

O Orador: Sabe, Sr. Deputado, eu sou daqueles que acreditam que o Partido Socialista e a Iniciativa Liberal têm muito caminho comum feito e para fazer. Tirando alguma questão económica, dos outros pontos de vista, temos muitos caminhos comuns a fazer.

Ruído na Câmara.

Ó Sr. Presidente, não é possível...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Berto Messias continue a sua intervenção. Sr. Deputado, faça o favor de continuar.

O Orador: Ó Sr. Presidente, não é possível. Peço desculpa, mas não é possível.

Presidente: Prossiga, Sr. Deputado, faça favor.

O Orador: Com o devido desconto de tempo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Esse é que é o problema.

O Orador: A sua declaração política, Sr. Deputado Nuno Barata, é feliz e pertinente. Tirando a parte inicial, porque o senhor refere, na parte inicial, que, em 2020, se esperava que se mudasse o ciclo de empobrecimento na nossa Região. Sr. Deputado, até 2020, não há um único indicador que não estivesse a melhorar na nossa Região, infelizmente impedidos pela fatalidade da pandemia da covid-19. E, portanto, isto é que é ser rigoroso e não tentar reescrever a história.

E a verdade, Sr. Deputado, é que nós, hoje, infelizmente, não vivemos melhor na nossa Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah, não?

O Orador: Temos um conjunto de indicadores que mostram isso. E em termos daquilo que é, digamos, a classe maioritária da nossa Região — a classe média —, nós temos indicadores que são preocupantes, que têm que ver com um aumento brutal, em 4 anos, do custo de vida na nossa Região. Se nós olharmos para os dados que existem, hoje, no âmbito do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), estamos a falar de um agravamento

de cerca de 15 % do custo de vida. Se nós olharmos para os bens alimentares, estamos a falar de um agravamento de 29 %.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, estes são dados que nos devem preocupar e que todos nós, enquanto agentes do sistema político, devemos ter a capacidade de construir propostas que consigam responder da melhor forma a este problema. Isto sim, afeta, diária e mensalmente, as nossas famílias. E o crescimento da taxa de esforço mensal, sobretudo da classe média da nossa Região, é, hoje, um problema ao qual, infelizmente, o Governo Regional não tem conseguido responder.

Várias das questões que o Sr. Deputado Nuno Barata referiu são corretas e pertinentes. Nós, hoje, do ponto de vista político, temos, na Região, um Governo alheado da realidade, que se empenha muito em fazer propaganda, que se empenha muito em fazer anúncios, mas que, depois, não consegue concretizar aquilo que anuncia. Nós temos, hoje, a perceção generalizada, na nossa Região, de que o Governo não paga os seus compromissos, não garante os apoios às associações, não paga os apoios às instituições, não garante o pagamento às famílias que recorrem aos apoios regionais em várias vertentes.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso é falso!

O Orador: Há, hoje, uma perceção generalizada, sentida todos os dias na vida das pessoas, de que aquilo que depende diretamente do Governo Regional ou não anda ou anda muito devagarinho. E isso, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, é um indicador claro que merece uma proatividade muito mais intensa por parte do Governo Regional.

O Partido Socialista quer que as coisas corram bem ao Governo, porque sabe que, correndo bem ao Governo, corre bem aos nossos concidadãos. Mas a verdade é que, tendo em conta os desafios com que vivemos, hoje, diariamente, tendo em conta o brutal aumento do custo de vida da nossa Região nos últimos 5 anos, que condiciona a vida mensal das nossas famílias, daqueles jovens que ali estão e das suas famílias, como referiu, e bem, o Sr. Deputado José Pacheco...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O aumento do custo de vida é culpa do Governo?

O Orador: ... é preciso mais proatividade e ter a capacidade de cumprir com os compromissos que assinam e com aquilo a que se comprometem. E isso, Sras. e Srs. Secretários, não está a acontecer em vários setores.

Aquilo que, hoje, na Região, depende diretamente do Governo Regional ou não anda ou anda muito devagar.

E na base de toda esta situação está, Sras. e Srs. Deputados, uma questão que é incontornável: o recorde brutal da dívida que temos hoje, nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o emprego?

O Orador: São 3700 milhões de euros de dívida, um crescimento superior a mil milhões de euros nos últimos 5 anos.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso é falso!

O Orador: Repito: um crescimento superior a mil milhões de euros nos últimos 5 anos. É um situação financeira difícil e que está a criar muitos constrangimentos.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Estamos a entrar no ano 2026, que é desafiante. Da parte do Partido Socialista, terá todos os contributos necessários...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nota-se! Nem uma palavra sobre o emprego.

O Orador: ... para que a execução dos fundos comunitários corra como tem de correr, garantindo-se que não se desperdiça um único euro dos fundos comunitários que temos de executar em 2026, mas, infelizmente, hoje, nos Açores, não se vive melhor.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Não apoiado!

O Orador: E tendo em conta o contexto em que estamos confrontados para o ano de 2026, exige-se muito mais ao Governo Regional, para que os nossos concidadãos consigam melhorar a sua qualidade de vida...

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo de terminar.

O Orador: ... e consigam reduzir a taxa de esforço mensal com a qual estão confrontados todos os meses, porque é essa que deve ser a nossa prioridade. É essa a

prioridade do Partido Socialista e esperamos que seja essa a prioridade do Governo Regional.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não podia deixar de começar esta primeira intervenção no dia de hoje sem ser por saudar os milhares de trabalhadores que, nos Açores e em todo o país, aderiram à greve geral contra o pacote laboral.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Todos os outros não prestam. Isso é polarizar trabalhadores.

O Orador: E estive, há pouco, com muitos trabalhadores, aqui na cidade da Horta, que protestam e lutam para não perder direitos e para não empobrecer, porque é isso que significa o pacote laboral que o Governo da AD, que, pelos vistos, o Governo Regional e a AD nos Açores também apoiam. E os trabalhadores, hoje, deram um sinal desse caminho de retrocesso, de retirar direitos aos trabalhadores que têm filhos, de retirar direitos aos trabalhadores que querem exercer, no seu dia a dia, no seu trabalho, os seus direitos, que não querem mais precariedade, que não querem voltar para trás. E isso é fundamental.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E os que trabalham?

O Orador: E esta declaração política da Iniciativa Liberal é sobre a governação, é sobre o estado da Região, é, no geral, sobre as condições de vida. E, por isso, é fundamental saudar todos os trabalhadores que, hoje, saíram à rua e fizeram greve.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E os outros?

O Orador: A Região, hoje, como sabemos, vive uma situação de séria preocupação.

Em primeiro lugar, nós assistimos a uma crise silenciosa que empobrece, no dia a dia, muita gente. É sempre positivo quando os dados estatísticos dão bons sinais, mas a crise da habitação empobrece, todos os dias, milhares de pessoas. Nos Açores, a habitação subiu, de acordo com o principal portal imobiliário do país, 11 %. Não há subida de rendimentos que consiga ultrapassar isto.

Ainda esta semana, tivemos um sinal de uma carta aberta de pessoas sem-abrigo na Região, que não têm teto para passar as noites frias do inverno.

Deputado José Pacheco (CH): Isso não é verdade, não faltam tetos.

O Orador: E do Governo aquilo que ouvimos é que está a trabalhar em soluções. Quais? Absolutamente nada.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): O Governo nem sequer falou.

O Orador: O Governo falou, Sra. Secretária, ontem, pelo Sr. Presidente do Governo.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): A gente nem sequer recebeu a carta. Seja sério!

O Orador: De facto, nós assistimos a um Governo que está alheado dos principais problemas das pessoas: do problema da habitação, do problema das pessoas que não têm onde dormir. É um sinal de que a pobreza extrema está a aumentar, porque nunca houve tanta gente e dormir na rua. Não há casas para as pessoas.

E outro sinal das dificuldades que as pessoas vivem é o aumento do custo de vida. Hoje em dia, quem vai ao supermercado sabe muito bem que traz cada vez menos e paga muito mais. E são esses os sinais, incluindo os sinais de desigualdade. São as mesmas estatísticas que o Governo diz que são boas, mas que não refere que a Região Autónoma dos Açores continua a ser, e hoje cada vez mais, a região mais desigual do país.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: O que essa profunda desigualdade fomenta e continua a fomentar tem de ser travado. E a greve geral de hoje também é para isso, para que haja mais direitos no

trabalho, que não haja retrocessos, mas também para que se viva melhor e para que o custo de vida não continue a empobrecer as pessoas.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, faça favor.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Nuno Barata, no seu discurso — que é esta página e meia, que não tem um único dado estatístico, é pura e simplesmente retórica —, o que diz é: “Porque governar não é decorar *slogans*.” Vou ler um bocadinho do seu discurso: “Um Governo que fala de futuro, mas vive encostado ao passado. Temos um Governo que se habituou ao conforto da narrativa e abandonou a responsabilidade da ação. Temos quem proclama mudanças, mas não muda coisa nenhuma.” São *slogans, slogans, slogans*. Ou seja, este discurso não é mais do que uma coleção de *slogans*, não tem aqui outra coisa. Há aqui alguma ideia construtiva? Não, frases curtas, procurando o efeito retórico, *slogans, slogans*... Isto é uma coleção de banalidades.

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor é o único capaz de perceber isso.

O Orador: Tem alguma especialização nesta matéria também.

Sr. Deputado, não tem aqui nenhuma apreciação. Mas o que o que é dramático para V. Exa. são duas coisas, porque o senhor repete aqui: “Isto não está a resultar. O povo não está contente.” Mas o senhor lembra-se do que disse em 2024? E o que é que aconteceu? O que aconteceu foi que o senhor fez este discurso, derrubou o Governo, a maioria aumentou, e o povo voltou a confiar neste Governo.

Deputado Nuno Barata (IL): Isso é mentira! Tem o mesmo número de Deputados.

O Orador: Ouça, eu não o interrompi. Estas suas declarações são requentadas. Já se

viu que o povo não concorda com V. Exa. E não concorda, porquê? A primeira questão é que o senhor faz um discurso de *slogans*, faz um discurso requentado. Já o fez, não resultou, o povo não concordou consigo.

Deputado Nuno Barata (IL): Concordou! Tanto concordou, que eu estou aqui!

O Orador: Fundamentalmente, o senhor faz esse discurso. Eu, se fosse a si, como quando estava na oposição, olhava para os jornais e para os dados estatísticos e via, nesse dia, como é que podia contextualizar a questão.

O senhor vem fazer um discurso destes quando o Governo Regional e a Região Autónoma dos Açores, neste momento, têm este resultado em relação à taxa de risco de pobreza, que reduz, de 2023 para 2024, praticamente 7 % — a maior redução registada no país?!

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Como é que é possível o senhor fazer este discurso?

Apartes impercetíveis do Deputado Nuno Barata (IL).

É o cúmulo do azar o senhor fazer esse discurso exatamente quando temos este dado, que é um dado que nós esperávamos há décadas. E esta redução é uma redução substancial, nunca vista na Região. É um resultado espetacular! E o senhor devia ter vindo aqui dizer: estamos num bom caminho!

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Com o apoio de outras forças políticas em medidas sectoriais, que têm sido muito importantes.

Ouçã! Destes resultados que nós temos, veja bem outro dado extraordinário: a privação social e material severa, que é outra crítica que era feita de forma recorrente aqui, baixou para metade. É um resultado espetacular!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Num ano.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É algo que reconforta todos os que aqui estão, com estas tarefas do Governo, depois de poucos anos, olhar para estes resultados e dizer: valeu a pena! Valeu a pena! Valeu a pena!

Ouçã! Há uma coisa que o senhor não falou e no Partido Socialista também não falaram: a taxa de desemprego, o número de empregados que os Açores têm.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É o maior número de empregados da história dos Açores. É um resultado espetacular!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

E o senhor não teve um única palavra. Esta é sempre uma questão muito relevante na governação. Há dois ou três assuntos que são importantes na governação: olhar para a taxa de desemprego e olhar para o emprego criado. Isso é muito importante. E o senhor não teve uma palavra em relação a essa questão.

E o aumento das exportações da Região?

Deputado Carlos Silva (PS): O aumento das exportações?!

O Orador: E o crescimento económico da Região? Olhando para os dados, em relação à taxa de crescimento, a Região, no final desta legislatura, se continuar com esta taxa de crescimento, duplicará o PIB. É um resultado espetacular!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário Regional.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Mais uma vez, é um resultado sem precedentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E quem vem aos nossos hospitais e às nossas unidades de saúde e tem a experiência de ir, por exemplo, ao território continental...

Deputada Ana Jorge (PSD): Muito bem!

O Orador: ... vê bem a diferença de como é que as pessoas são atendidas, a qualidade dos nossos serviços de saúde, a qualidade do nosso sistema educativo.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Por isso, Sr. Presidente, termino dizendo: muito há a fazer, com o contributo de todos aqui neste Parlamento, com o contributo da nossa sociedade, estes resultados são o esforço de muita gente, mas este Governo, com os resultados que estamos a obter, evidentemente, só pode estar encorajado. Estamos no caminho certo. Temos muito mais ambição, é preciso fazer muito mais, mas muito foi conseguido num período tão curto de tempo.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.
Pergunto se há mais inscrições para este debate.

Pausa.

Não havendo, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Nuno Barata para encerrar a declaração política. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começando do princípio para o fim, eu queria apenas dizer ao Sr. Deputado Pedro Pinto que, de facto, eu fui a Marte. E sabem o que encontrei em Marte? Uma dívida que passou de estratosférica para marciana; uma dívida que, se usasse os critérios que o Sr. Secretário das Finanças, em 2022, àquela tribuna foi utilizar, estaria já acima dos 5 mil milhões de euros.

Pretendo melhorar da seguinte forma: uma dívida que estaria já acima dos 5 mil milhões de euros usando os critérios que o Sr. Secretário das Finanças proferiu daquela tribuna em 2022. Uma dívida total que pode, inclusivamente, perigar as gerações futuras de viverem nas mesmas condições que nós estamos a viver hoje. É a irresponsabilidade intergeracional deste Governo. É um Governo que atira para a frente a solução, para agora ganhar votos, tal como eu disse daquela tribuna.

Deputado Flávio Soares (PSD): Não apoiado!

O Orador: E eu sabia que a única pessoa que ia perceber a minha retórica era o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares. É experientíssimo nessa matéria. Foi o homem que, ao longo da sua vida parlamentar, melhor o soube fazer. Era o único que era capaz de a entender.

Mas mais, essa irresponsabilidade intergeracional é o que compromete os Açores no momento. Eu estaria aqui muito facilmente, até poderia estar do lado do Governo e ter

aqui garantido a minha sobrevivência política, mas não, eu arrisquei, Sr. Secretário, chumbei o Orçamento porque não servia os Açores e os Açorianos. E ao contrário do que muitos disseram no seu Governo, que eu e o Sr. Deputado Pedro Neves não estaríamos aqui, hoje, nós estamos e reforçámos a nossa votação, ao contrário de V. Exa., que perdeu um Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o emprego?

O Orador: Mais, é fácil chegar aqui e dizer que o emprego baixou, é fácil chegar aqui e dizer que as exportações aumentaram, mas os indicadores importantes não são esses. O indicador mais importante sobre as exportações é a balança de transações. E esta é negativa, está a ser cada vez mais negativa. E esse é que é o problema, não basta exportar mais, é preciso equilibrar a nossa balança de transações!

Mais, é um facto que baixou o risco de pobreza em 6,9 %.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Ah, é um facto.

O Orador: É um facto, mas esqueceu-se, Sr. Deputado Bruto da Costa, do aumento do Índice de Gini.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Baixou também.

O Orador: Não baixou.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Baixou, sim.

O Orador: Mas não baixou o suficiente. Eu vou explicar: o grande problema do abaixamento do risco de pobreza está nas transferências...

Ruído na Câmara.

Ó Sr. Presidente...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, há limites. Nós estamos na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, é preciso lembrar isso de vez em quando. Criemos as condições para o Sr. Deputado Nuno Barata prosseguir a sua intervenção!

Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: O abaixamento da taxa de risco de pobreza na Região em 6,9 % é, de facto, um motivo de regozijo, mas nós temos de olhar é para as transferências sociais, que os senhores, há pouco, disseram que eram muito importantes, porque a taxa de pobreza, antes das transferências sociais, aumentou.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não aumentou. Nada disso.

O Orador: Ou seja, a taxa de pobreza baixou pelas mesmas razões que os senhores criticavam os Governos do Partido Socialista fazerem: subsidiar os pobres, para serem menos pobres. Foi isso que fizeram os dois Governos desta coligação. São coisas bem diferentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre o abaixamento de impostos, devo dizer que o Sr. Deputado Bruto da Costa, embora timidamente, ao menos reconheceu o papel da Iniciativa Liberal neste processo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Timidamente?! Ó Sr. Deputado, todos os anos.

O Orador: Sim, senhor. Muito obrigado, Sr. Deputado Bruto da Costa. A Iniciativa Liberal entrou neste Parlamento para baixar os impostos aos Açorianos. E conseguiu-o no primeiro Orçamento. E com muito sentido de responsabilidade, no segundo Orçamento, ainda aumentou ao nível do IVA. Tenho pena que o CDS-PP, que durante anos foi líder na defesa do abaixamento dos impostos, não tenha reconhecido o papel da Iniciativa Liberal neste mesmo processo e tenha tentado chamar a si esse desígnio. Apesar de tudo, o PSD tinha, no seu programa de Governo, reconheço, esse objetivo; o CDS-PP não o tinha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por fim, queria deixar um reforço relativamente às questões económicas. É um facto que a economia do Açores está a crescer, mas está a crescer apesar deste Governo, não por causa deste Governo.

Deputado João Vasco Costa (PS): É isso mesmo.

O Orador: E o Governo devia ser responsável até quando fala desse assunto, porque, se o Governo insistir nessa retórica de que é por via das suas políticas que a economia cresce, eu temo que, num curto espaço de tempo, nós estejamos aqui a culpar o Governo pela diminuição do crescimento da economia. Não tenhamos dúvidas, a economia faz-se de ciclos, são inevitáveis. Portanto, não vale a pena dizer que nós é que conseguimos que crescesse, porque, depois, serão acusados pelo seu abrandamento.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: A economia dos Açores cresce por via de um setor emergente que, felizmente, foi preparado num passado já bastante longínquo e que é um processo muito moroso, que eu espero que continue a dar os seus frutos, que tem a ver com o setor do turismo, setor esse que periga também a pobreza nos Açores, que periga, principalmente, a classe média dos Açores porque intervém na sua vida todos os dias.

Presidente: Tem mesmo de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, deve ser olhado como um setor, sim, importante, mas um setor em que tem de ser, cuidadosamente e acauteladamente, feita uma progressiva monitorização, para não entrar demasiado no nosso dia a dia.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma interpelação, tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):** Obrigada, Sr. Presidente da Assembleia.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho nesta interpelação para dizer que vou entregar à Mesa os dados que foram publicados entre ontem e hoje (não tenho com precisão o dia), que contradizem algumas das palavras que foram aqui enunciadas pelo Sr. Deputado Nuno Barata.

Desde já, pela redução da taxa de risco de pobreza, que, em 2024, se situava em 17,3 %, quando utilizada com base no limiar nacional, mas que é ainda mais baixa quando comparado com o limiar regional, que é de 15,7 %.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não obstante, também o Coeficiente de Gini, que avalia as desigualdades, reduziu para 31,5 % em 2024. E a privação material e social também reduziu para 6,7 %. Portanto, acho relevante a entrega e a distribuição destes dados pelos Srs. Deputados, na medida em que são reais, são avaliados pelo Instituto Nacional de Estatística e não pelo Governo Regional e vêm repor a verdade quanto a factos que foram aqui mencionados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Serão distribuídos assim que a Mesa os rececionar.

Está encerrada esta declaração política.

Vamos fazer um intervalo, regressamos às 12 horas e 20 minutos.

Eram 11 horas e 57 minutos.

Eram 12 horas e 21 minutos.

Vamos continuar os nossos trabalhos.

Passamos para a próxima declaração política. É a vez do PAN fazer a sua declaração política. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos ou não estamos em guerra?

Não com armas ou exércitos, mas numa guerra silenciosa, persistente e devastadora: a guerra das alterações climáticas, a luta pela sobrevivência da única casa que temos —

a Terra.

Esta guerra já não é um exercício teórico, é a nossa realidade.

Vivemos um momento decisivo nesta conjuntura de emergência climática, uma conjuntura em que o alarme global não é retórico: é factual, científico e visível a cada evento climático extremo. Pessoas, animais, ecossistemas e territórios estão em risco, lutando pela sua sobrevivência.

E os Açores não são exceção. Os furacões ou a recente a erosão costeira na freguesia da Relva fazem questão de nos reavivar a memória a cada visita que fazem — uma espécie de cobrador de fraque, lembrando o passivo ambiental, o incumprimento das metas e a possibilidade, real, de sermos “despejados” desta casa. Um passivo acumulado e num futuro que se esgota.

Foi sob esse signo que há 30 anos nasceu a COP30 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas), envolta num cenário de distopia climática, repleta de esperança e fé na capacidade humana para inverter o cenário sombrio. Mas três décadas bastaram para percebermos que não fomos nem somos capazes de inverter o desastre climático.

Se há 30 anos o cenário sombrio causado pelas alterações climáticas, que levariam ao colapso social e político, aumento da desigualdade social, crise migratória e escassez de recursos era um aviso distante, hoje é uma ameaça iminente.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não apoiado.

O Orador: Esta semana, especialistas do serviço Copérnico afirmaram que 2025 será o segundo ou terceiro ano mais quente desde que há registo. E o ano de 2024 foi o ano mais quente de sempre.

Estamos a ultrapassar os pontos de não retorno. Assistimos à morte dos corais de recife, desflorestação da Amazónia, degelo das calotas polares, alteração das correntes oceânicas e, ainda assim, alguns governos persistem no negacionismo ou na inação. Estamos a escassos segundos de ser impossível parar as alterações climáticas. As alterações climáticas são um plano em curso.

As políticas climáticas devem ser realistas, democráticas e reais, com base na ciência climática.

Somos inundados por *slogans* verdes — *greenwashing*, os Governos assumem metas ambiciosas, mas adiam ações concretas, adotam políticas performativas, através de eventos, relatórios, intenções, que não passam de paliativos ecológicos, em que a transformação estrutural é pura ficção.

Enquanto o Brasil acolhia a COP30 e convocava os líderes mundiais à ação climática para debater a justiça e o financiamento climático, a urgência da transição energética e a relevância do Oceano na regulação do clima — com destaque para o Mar dos Açores devido à Rede de Áreas Marinhas Protegidas —, a Amazónia era desflorestada a um ritmo alucinante, e era autorizada a perfuração da foz do Amazonas para extração de hidrocarbonetos pelas mesmas entidades que patrocinaram os órgãos de comunicação que acompanhavam o evento, silenciando-os.

A COP30 procurou, em teoria, repudiar o obscurantismo, os que desacreditam a ciência climática, que controlam os algoritmos e semeiam o ódio. Pois, o combate às alterações climáticas ameaça interesses instalados e o modelo económico vigente. Os negacionistas refutam a emergência climática por conveniência, para manutenção do poder dos grupos dominantes.

A inação climática é o retrato da crise de valores e de poder da nossa sociedade.

O negacionismo climático é a forma mais bem financiada de negacionismo científico, praticada por aqueles que menos sofrem com as alterações climáticas e que apelidam os agentes climáticos de “esquerdalha”, procurando abafar os “problemas climáticos sem passaporte” através de um ideal de antiglobalização, combatendo a governança global, enquanto fórmula milagrosa para as alterações climáticas — como se fosse suficiente fechar a porta do país.

Posto isto, para além da pegada ecológica, qual é o nosso contributo na COP30? Não o teórico, não o publicitário, mas o contributo real. Levamos à COP o projeto RAMPA (Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores), mas até este corre o sério risco de

ser “bluewashing”, uma estratégia de eco-marketing, recentemente transvertida na aplaudida estratégia de Gestão da Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores.

Mas e que mais? Em julho de 2025 foi anunciada a revisão do PRAC (Programa Regional para as Alterações Climáticas).

Que progressos foram feitos? Onde está o relatório de monitorização do PRAC? Quais as medidas da estratégia regional para as alterações climáticas já cumpridas? Quando vamos ter um plano de ordenamento turístico sustentável para os Açores?

Proteger o nosso património natural, por vezes irrepetível, é também proteger as gerações vindouras, e potenciar o turismo de excelência que almejamos.

Qual a taxa de execução em 2025 para o ambiente (marinho e terrestre)?

Sem prejuízo de repetir o que disse há cerca de 15 dias, temos o pior orçamento de sempre para o ambiente numa altura em que a emergência climática nos exige uma resposta definitiva à crise socioambiental instituída. Nem o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) aproveitamos para maximizar o desenvolvimento verde em benefício da população.

Esta semana, o Sr. Secretário da Agricultura encheu o peito para dizer que a “gestão sustentável da água é um dos pilares da agricultura do futuro”. Quais as medidas que foram adotadas para resolver os problemas de contaminação aquática oriundos das explorações agropecuárias? Os crimes ambientais são tolerados pelo peso dos *lobbies*. Votámos esta semana uma iniciativa apresentada como “verde”, por defender a transição energética, um instrumento de justiça climática. Mas, na prática, reforçou apenas os interesses instalados.

E a contradição continua: abastecemos carros elétricos com energia produzida a partir de fuelóleo; sacrificamos reservas agrícolas para instalar painéis solares.

Quais as nossas armas para esta luta, que cada vez mais se assume como uma luta de classes, em que os mais vulneráveis são os mais pobres? Estamos nesta guerra armados, mas com pedras e paus.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está feita a declaração política. Estão abertas as inscrições.

Pausa.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (Mário Pinho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito obrigado, Sr. Deputado. É pertinente a declaração que faz.

Dizer-lhe que, do ponto de vista do Governo Regional, é muito relevante que os Açores estejam presentes na COP30, a maior conferência de alterações climáticas realizada a nível mundial, desde logo, porque, em primeiro lugar, permite dar a conhecer ao mundo o trabalho que tem sido realizado em matéria de ação climática na Região Autónoma dos Açores. Por outro lado, também permite contactar com soluções e implementações um pouco por todo o mundo, com as quais podemos também aprender e que poderão ser implementadas na Região e contribuir para reforçar o plano de adaptação e de resiliência às alterações climáticas.

Este ano, no pavilhão de Portugal da COP30, em Belém, no Pará, tivemos a oportunidade de apresentar projetos de grande relevância para a Região Autónoma dos Açores como: o Roteiro da Neutralidade Carbónica dos Açores; o projeto LIFE IP CLIMAZ, um instrumento fundamental para a implementação do Programa Regional para as Alterações Climáticas dos Açores; a Agenda para a Economia Circular Regional; e ainda projetos inovadores como o IMPLACOST e o PLANCLIMAC2, desenvolvidos no âmbito do programa INTERREG MAC, que darão um contributo e um reforço grande para a adaptação climática.

Temos também a honra de ter recebido o convite, do pavilhão do Brasil na COP, para presidir a abertura da sessão da Importância das Áreas Marinhas Protegidas para a Estratégia do Planeamento de Sustentabilidade dos Oceanos, onde foi destacada a criação da Rede de Áreas Marinhas Protegidas na Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu percebo a mensagem do Sr. Deputado e partilho também da opinião que é essencial que as COP sejam verdadeiramente disruptivas e que seja uma conferência de concretização, que possam acelerar a descarbonização e a transição energética e ecológica, com a devida calendarização e o devido financiamento, aspetos que são cada vez mais fundamentais para a emergência climática mundial. Penso que aqui estamos de acordo. E esse é o trabalho que estamos a tentar fazer, enquanto país, na participação da COP e também no enquadramento de como as COP funcionam.

É também fundamental que as COP resultem em compromissos efetivos de financiamento climático que contemplem as verbas necessárias e suficientes para assegurar a mitigação e a adaptação dos impactos das alterações climáticas, especialmente nas regiões mais vulneráveis, como a Região Autónoma dos Açores.

Quero, por último, também referir a parte, Sr. Deputado, relativamente ao Plano Regional de Alterações Climáticas. Naquilo que ao mar diz respeito, é muito importante darmos uma atenção muito especial àquilo que referiu relativo à orla costeira, é preciso uma atenção e uma preocupação grande. É um projeto que temos de começar a pensar, de médio prazo, relativamente aos portos de pesca da Região Autónoma dos Açores...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque é onde vamos ter um impacto muito grande com as alterações climáticas. Portanto, o Governo, nos próximos anos, terá de pensar que estratégia é que vai adotar, porque é caro e é muito impactante. As soluções não são simples, não é simples de resolver com o ordenamento dos portos e com as áreas onde estão implementados.

Portanto, relativamente ao desenvolvimento marítimo, ao nível de monitorização, a única que temos — e é aquela em que estamos inseridos no âmbito da União Europeia — tem a ver com a Diretiva Quadro Estratégia Marinha e com toda a monitorização que está associada. Portanto, tem relatórios, onde estão identificados também os *gaps*

de conhecimento que temos. E aquilo que estamos a tentar fazer, nomeadamente no âmbito dos apoios comunitários, é, tanto quanto possível, aumentar o conhecimento, limitando os *gaps*.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PAN trouxe a questão climática e ambiental na sua declaração política, que, no momento em que vivemos e no seguimento da realização da COP30, é absolutamente pertinente.

Os tempos não são bons para o clima nem para o ambiente a nível mundial. E isso terá implicações em todo o mundo, inclusive nos Açores.

A retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris e a ausência da COP30 são um grave sinal de que nós não estamos em tempos de avançar no combate às alterações climáticas, estamos, infelizmente, em tempos de retrocesso. Isso é um sinal grave para o nosso futuro e para o futuro dos nossos filhos. É disso que nós estamos a falar.

A COP30, nesse contexto, ficou muito aquém daquilo que eram as expectativas, daquilo que era desejado e daquilo que era necessário, seja na mitigação das alterações climáticas, na adaptação e em novas áreas, como no combate à desflorestação.

Também, na Europa, começam a aparecer sinais perigosos. O novo Quadro Plurianual da União Europeia, em que a Comissão já está em início de negociações, prevê, por exemplo, o fim dos projetos LIFE. E o fim dos projetos LIFE significa, para os Açores,

o fim do financiamento para quase todas as políticas ambientais, senão todas. Tivemos, ao longo dos anos, vários projetos LIFE, a maior parte deles com sucesso: o LIFE PRIOLO; o LIFE VIDALIA; hoje, o LIFE IP NATURA. São projetos com financiamentos robustos, que podem desaparecer e pôr em causa as políticas ambientais na Região, que terão de ser inteiramente suportadas pelo Orçamento da Região. E isso é grave. Isso está a ser proposto por uma Comissão Europeia que também teve o apoio da maior parte dos eurodeputados portugueses. Infelizmente, teve esse apoio. Uma Comissão Europeia que, já se sabia, nessas áreas, estava a preparar-se para dar passos contrários àquilo que é a necessidade do planeta e a necessidade do nosso país.

Ainda ontem, várias associações ambientais alertaram também para um programa que se chama Simplificação Ambiental, que não é nada mais, nada menos, do que um programa de desregulação ambiental, para beneficiar grandes corporações nos seus grandes projetos, pondo em causa, como referiram as associações WWF (*World Wide Fund for Nature*) e Rede Europeia de Organizações Ambientais, questões ligadas à qualidade da água e à qualidade do ar.

É nesses tempos em que vivemos. E é fundamental que haja resistência a este caminho e que haja, da parte dos Governos e dos Parlamentos regionais e nacionais, uma oposição clara a este caminho.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Isso também se faz dando um sinal contrário a isto. Não se faz cortando na política ambiental, nos Orçamentos da Região, como aconteceu neste. Faz-se também através de tomadas de posição claras do Parlamento e do Governo a estas propostas da Comissão Europeia, que terão consequências desastrosas para a Região Autónoma dos Açores e para as nossas políticas ambientais.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, o CHEGA também está preocupado com as alterações climáticas, mas não tanto com o pânico climático.

Deputado Carlos Silva (PS): Glifosato.

O Orador: O que é que nós vemos aqui? É que, por vezes, em regiões como os Açores, que até, em termos ambientais, não têm fábricas, não têm indústria, portanto, o ambiente é de excelência, acabamos por adotar normas mais exigentes do que os poluidores. Olhamos para o mundo, e isto é uma feira, ou seja, os maiores poluidores — os Estados Unidos, a Índia e a China — não fazem nada, não querem saber; a Europa faz tudo e um par de botas. Rebentou com a sua indústria e, agora, queixa-se de que não são competitivos.

Nós, aqui nos Açores, por causa das fotovoltaicas, fomos ocupar terrenos da reserva agrícola para pôr painéis solares, para produzir energia que não a colocamos na rede. Portanto, é uma falácia, é uma fraude.

Deputado José Pacheco (CH): É verdade.

O Orador: Fazemos reservas, mas, depois, os dinheiros das reservas vão para mais cientistas e para fazer edifícios enormes, como aquele que a gente tem aqui no Faial, para pôr lá indivíduos a estudar o que já não existe, que é o peixe. Portanto, uma desgraça absoluta: não é para os pescadores; não é para o peixe; não é absolutamente para nada.

Também fazemos reservas em terra. Sim, é tudo proibido. Portanto, não há habitação porque não há terrenos, porque temos de salvaguardar este deserto. Há ilhas, como o Pico, que é um deserto, onde não se constrói nada para defender o ambiente. São os senhores ratos que lá estão a pastar, a comer as infestantes que lá estão.

Por outro lado, temos uma limpeza espetacular, temos de salvaguardar o clima. Mas também, no Orçamento, cortámos para a limpeza das ribeiras. Aliás, o CHEGA é que reforçou o Orçamento, senão não se fazia a limpeza das ribeiras.

Portanto, à volta do clima e do pânico climático e disso tudo, estamos a dar cabo da economia, andamos aos ziguezagues e a gastar milhões a estudar vespas e caracóis. E, depois, vamos empobrecendo.

Acho que o maior problema para alguns partidos é o próprio ser humano, que está aqui a mais. Aliás, nos Açores, da maneira que está, qualquer dia, o clima vai ficar espetacular, porque vai ficar sem açorianos. Ficam nove ilhas desertas no meio do mar. Portanto, nós condenamos, obviamente, a poluição desmedida, a desregulação, mas também não podemos passar indiferentes ao pânico climático, ao fanatismo climático, querer dar cabo da agricultura, querer dar cabo das pescas, acima de tudo, num país e numa Região que é mais pobre.

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a solução? Glifosato?

O Orador: E os outros países, nomeadamente os países mais ricos, não fazem nada e assobiam para o lado. A gente tem de ver isso. Aliás, a Europa já está a dar conta disso, está a ser enganada, porque faz tudo, regulamentos e burocracia, e os senhores ao lado até assinam, mas, depois, o Sr. Trump não faz nada, a China faz de conta que faz e a Índia não quer saber.

É isto que nós também defendemos, que é: defender os Açorianos, defender a economia e não fazer aqui figura de *naive*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Sra. Deputada Ana Jorge, faça favor, tem a palavra.

Deputada Ana Jorge (PSD): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, é importante esta declaração política, mostra-nos que ambiente não é marginal. E ainda bem que também nos traz esta dimensão, que, na verdade, é uma dimensão que é vista por este Governo de forma holística, transversal a basicamente todos os departamentos governamentais. E veja-se que, em muitos deles, há medidas que são tomadas a esse nível em várias áreas, nomeadamente também na Secretaria Regional da Agricultura, na Secretaria Regional do Turismo de Mobilidade e Infraestruturas, na Secretaria Regional do Mar e Pescas. Portanto, isto mostra aquilo que tem de ser a visão do mundo em relação aos problemas ambientais: uma visão interligada, porque, efetivamente, chegámos a um momento — que não é este, já foi no passado — em que, temos de perceber que a nossa vida na Terra depende desta conceção, uma conceção em que somos parte de um todo, e que este todo — a Terra — é basicamente uma nave com recursos limitados. Portanto, temos de ter uma ação concertada, uma ação de compromisso com o presente, mas também para com o futuro. Não é fácil, é difícil, mas este Governo tem feito um trabalho a esse nível, que devemos também considerar que é, de facto, significante e significativo. Não terá sido por acaso a presença dos Açores na COP30, em que, efetivamente, como já disse o Sr. Secretário do Mar, levou aquilo que é a liderança dos Açores na proteção dos oceanos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, isso é um dado que deve ser, para nós, importante. Aliás, estamos a discutir esse facto em Comissão e é reconhecido por todos nós, na Comissão, que é importante a liderança da Região na preservação dos nossos oceanos e o contributo que essa preservação tem para combater as alterações climáticas.

Eu gostava, se me permitem, de destacar que, de facto, vamos assistindo a um rol de intervenções que nos arrastam sempre para um clima, um ambiente açoriano de alguma tristeza, de alguma inoperância. E não é por aí que nós andamos. Por exemplo, o Índice

Sintético de Desenvolvimento Regional de 2023 — dados publicados pelo INE (Instituto Nacional de Estatística) — mostra que, efetivamente, a Região é a segunda do país ao nível do Índice de Qualidade Ambiental. Portanto, um dado que também poderei, se entenderem, distribuir para que todos possam ter esse conhecimento.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Há bem poucos dias, foi-nos atribuído o galardão de ouro, de Nível II, de turismo sustentável. Vamos todos dizer que isto não é trabalho feito? Não, isto resulta de trabalho feito. E, por algum motivo, aquilo que nos é atribuído é também o trabalho da Região e é reconhecido a nível mundial.

Concluímos o Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores. Criámos o Regime Jurídico Financeiro de Apoio à Emergência Climática. Concluímos o Plano de Gestão de Riscos de Inundações. Desenvolvemos cartografia de pormenor de risco para mitigação e adaptação às alterações climáticas, e este aspeto é muito importante. Aprovámos o Plano de Gestão de Secas e Escassez de Água. Investimos no Observatório da Montanha do Pico. Aprovámos e estamos a executar o PLANCLIMAC2. Para além de estarmos a preparar a criação do Observatório Climático, também do Atlântico, na Terceira, em conjunto com o IPMA (Instituto Português do Mar e da Atmosfera). Estamos também a trabalhar naquilo que é, efetivamente, algo que não foi feito, uma intervenção que já vai em largos valores, que foi dito no último Plenário, cerca de 9 milhões de euros em investimento nos centros de processamento de resíduos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado.

A Oradora: Por isso, os valores que conseguimos atingir de desvio para aterra a esse nível também, que já nos fazem perceber que conseguiremos atingir as metas que nos foram propostas para 2030.

Efetivamente, foi dito pelo Sr. Secretário Alonso Miguel, que não está cá hoje, esteve mandatado pelo Governo Regional a participar nessa reunião, mas dizer o que é que é a COP30, porque ouve-se falar tanto em COP30, e quem está em casa, muitas das

vezes, não sabe o que é que estas siglas significam e é importante percebermos: basicamente, significa que há 30 anos andamos a preocupar-nos com este que é um dado importante, que é o aumento médio da tempo da temperatura global. E, portanto, estamos a trabalhar, nos Açores, de forma clara ao nível, por exemplo, também da agricultura, ao nível dos transportes, ao nível dos recursos hídricos...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... ao nível do domínio da energia, tal como o que, aqui, ainda esta semana, foi aprovado também para combater aquilo que é o uso excessivo de materiais de combustão.

Portanto, há aqui uma série de ações, não obstante sejam concretizadas, dada a localização dos Açores — e aqui eu refiro-me à localização absoluta —, nesta situação, em que nós não podemos mitigar nem esquecer o facto de que também somos vítimas destas alterações climáticas, embora não possamos considerar que somos os maiores contribuidores para as mesmas.

Presidente: Tem mesmo de terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: É a nossa latitude, é a nossa longitude. Estamos aqui naquilo que é a circulação de correntes atmosféricas e oceânicas que, de facto, nos fazem ser vítimas. Não esquecer que este Governo protege o ambiente com medidas de facto concretas, medidas que pretendem preservar, do presente para o futuro, as nossas gerações e os nossos territórios por si sensíveis, porque são zonas isoladas, merecem um maior cuidado, que é o que este Governo tem feito desde que entrou em ação, há 5 anos.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sem dúvida que a COP30 foi um dos momentos mais determinantes na resposta atual às alterações climáticas. E para nós, Açores, sem dúvida que esta conferência tem um significado muito particular. Não é apenas mais uma cimeira internacional, é o ponto onde se decide, mais uma vez, o que é que se pretende proteger, quais são os territórios mais vulneráveis — e os Açores, sem dúvida, estão entre eles.

As nossas ilhas sentem de forma mais extrema estas alterações climáticas: as secas prolongadas, a pressão sobre os nossos recursos hídricos, a erosão dos solos e uma maior vulnerabilidade, também, por exemplo, nas nossas pastagens. Estes impactos têm um risco direto nos ecossistemas, nas nossas explorações agrícolas, no nosso património natural, que, sem dúvida, alteram, depois, o nosso modo de vida e o das nossas comunidades.

A ciência é clara quanto àquilo que foi analisado na COP30: o planeta está fora do caminho para cumprir o limite de 1,5 °C. Este desvio tem consequências reais no nosso arquipélago: sentimos a pressão sobre os nossos recursos hídricos, mais uma vez, com perda de biodiversidade; e aquilo que sentimos todos os dias, principalmente nesta época em que nos encontramos, com a crescente frequência de fenómenos extremos.

O diagnóstico está feito. É imprescindível que os Açores estejam preparados e não contrariem aquilo que lá foram representar.

São vários os temas que foram de destaque da COP30, dos quais destaco dois com maior incidência, principalmente a área de transição energética: o reforço das metas de energias renováveis e eficiência energética até 2030; assim como o apoio às inovações em armazenamento.

Infelizmente, o que percebemos, na passada terça-feira, no debate do sistema elétrico, é que esta meta não é para atingir, pois quando o PS tentou aumentar a capacidade da

Região de armazenamento...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado.

A Oradora: ... mesmo que através dos produtores de regime independente, foi chumbado nesta Casa pelos partidos da coligação.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

É também de realçar que, infelizmente, muitos destes investimentos não estão a ser feitos na Região, nomeadamente na área da energia eólica, e não estão a ser acompanhadas pelo armazenamento. E isto contraria aquilo que são as metas europeias e aquilo que é uma das conclusões da COP30. Ou seja, cá, faz-se exatamente contrário.

Deputado Russell Sousa (PS): Muito bem!

A Oradora: Na terça-feira, também, mais uma vez, ficou bem claro que estamos muito atrás das metas das energias renováveis estabelecidas pelo próprio Governo Regional, liderado por José Bolieiro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Grande líder! Grande Presidente!

A Oradora: De momento, a percentagem de penetração de renováveis está nos 36,5 %, o que é uma falha notória para cumprir a meta estabelecida pelo próprio Governo em 2026, que seria de 61 %. Pelos vistos, não chegamos lá. Mais uma vez, cá, faz-se o contrário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado.

A Oradora: Na COP30 definiram-se os mecanismos para ajudar a Região a investir na gestão sustentável da água, na proteção dos recursos hídricos, na proteção dos solos, na proteção das espécies, mas vamos iniciar 2026 com reduções preocupantes na área da conservação da natureza, com fragilidades na proteção dos recursos hídricos e com alertas públicos recentes sobre a incapacidade de garantir os níveis mínimos de monitorização, fiscalização e gestão ambiental.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o caos.

A Oradora: Estes retrocessos representam uma rutura direta com as metas da COP30 e colocam o arquipélago numa posição de fragilidade acrescida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o apocalipse.

A Oradora: De realçar que o Plano para as Alterações Climáticas dos Açores realça a zona costeira como uma importante zona vulnerável do arquipélago, que acho que é visível e compreensível para todos. Ele é claro: “O aumento do nível do mar, a erosão costeira e as tempestades mais intensas vão criar um grave risco nas zonas costeiras, que necessitam de reforço de investimento, planeamento e intervenção contínua.”

Infelizmente, ainda hoje, tivemos conhecimento de importantes e preocupantes reduções de investimento em áreas da orla costeira, da responsabilidade do Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas. Por isso, mais uma vez, cá, faz-se ao contrário. Enquanto a COP30 realça a importância de aumentar a resiliência dos territórios vulneráveis, assistimos aqui ao enfraquecimento das estruturas responsáveis por essa mesma resiliência.

Enquanto a COP30 exige melhor gestão da água e conservação dos ecossistemas, os Açores têm cortes, limitações e atrasos numa área que deveria ser prioritária.

Deputados Ana Jorge e João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado.

A Oradora: Enquanto a COP30 apela a mais investimento para garantir segurança hídrica, o que verificamos é uma redução de meios que compromete essa segurança. Cá, faz-se exatamente o contrário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nada disso é verdade.

A Oradora: Por isso, se para o mundo a mensagem da COP30 serve como alerta de consciência, para nós, Açores, já vivemos essas experiências, já sofremos os seus impactos nas nossas comunidades.

Por isso, os Açores têm de estar atentos, presentes e firmes naquilo que é a causa e a resiliência das nossas ilhas, mas, acima de tudo, na segurança das ilhas, das suas pessoas, de quem lá vive. Por isso, é preciso fazer e agir. E é já!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Hoje, parece que é o dia da surrealidade aqui no nosso Parlamento.

Deputado Pedro Neves (PAN): Diga isso ao Deputado que está ao seu lado!

O Orador: Sr. Deputado Pedro Neves, obrigado pelo tema que nos trás, que é um tema pertinente.

Se a Região Autónoma dos Açores esteve representada na cimeira COP30 há dias, significa isso que a Região tem algo a dizer e tem algo a mostrar ao mundo sobre aquilo que está a fazer na preservação do ambiente e no humilde contributo que esta pequena região arquipelágica, de aproximadamente 230 mil habitantes, pode dar para o planeta. É por isso que digo que estamos no dia da surrealidade, porque, depois, seguiram-se outras intervenções que parecem completamente desfasadas não só do percurso realizado por este Governo de coligação, mas também do percurso passado, pois a preservação do ambiente nos Açores não começou no final de 2020, é um trabalho que tem vindo a ser feito há vários anos — um bom trabalho. E este Governo de coligação está dando continuidade a esse trabalho.

Portanto, é óbvio que somos uma região vulnerável — somos ilhas, estamos no meio do oceano. Tudo o que implica com o oceano, seja através dos fenómenos atmosféricos mais severos, como sejam os furacões ou o aumento do nível médio da água do oceano,

obviamente, isso tem um forte impacto nas nossas ilhas, na nossa vivência e mesmo orçamental, porque temos de proteger a nossa orla costeira.

Relativamente às energias renováveis e ao cumprimento de metas de energias renováveis e, por sua vez, a consequente redução de energias fósseis, já esta semana tivemos aqui um excelente debate sobre essa matéria, onde o Governo nos pôde explicar que há 22 projetos de energias renováveis que estão encravados, porque era necessário fazer a alteração da legislação que o Governo nos trouxe aqui, e só agora é que esses 22 projetos vão poder ser analisados e entrar ao serviço dos Açorianos.

Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho): Muito bem!

O Orador: E com isso, seguramente, vamos dar um salto no cumprimento das metas e no cumprimento da penetração das energias renováveis dentro daquilo que são as limitações das nossas nove redes. E não vale a pena termos outra vez esse debate, porque todos nós sabemos que são nove redes de dimensões diferentes. Portanto, só isso é um grande desafio.

Quanto à gestão da água, foram feitos no passado e estão sendo feitos por este Governo de coligação também fortes investimentos, por exemplo, em bacias de retenção e na proteção das ribeiras. E este Governo tem feito um trabalho incansável na proteção das ribeiras, na aquisição de equipamentos que não existiam ou que estavam obsoletos e avariados, para, exatamente, fazer a manutenção das ribeiras e dos cursos de água, que são muitos e muito extensos nesta Região. Portanto, também no campo da preservação da água e da proteção dos cidadãos está sendo feito trabalho. Não está tudo concluído. Não, não está, há muito caminho a percorrer, mas, no panorama nacional — muito menos europeu e então a nível mundial não se coloca — não creio que sejamos os piores ou estejamos na cauda do pelotão. Acho que sim, acho que estamos é na frente e damos cartas em muitas áreas. Por exemplo, na proteção dos oceanos, fomos os líderes europeus na instituição das Áreas Marinhas Protegidas, já antecipando para 2025 a implementação ou a concretização de um objetivo que está estabelecido para ser implementado em 2030. Portanto, antecipámos em 5 anos essa concretização.

Somos líderes europeus e damos um exemplo mundial nessa matéria.

Não está tudo feito...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):

Nunca vai estar.

O Orador: ... não está tudo bem, há muito caminho a fazer, há muito por onde melhorar, mas também quero deixar aqui uma mensagem de otimismo, porque, felizmente, nos Açores, acho que somos um exemplo de preservação do nosso ambiente.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Creio não existir. Dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Neves para encerrar a declaração política.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fiquei admirado com o Sr. Deputado Pedro Pinto e quero agradecer pelas palavras, mas tem de falar aí com o seu colega do lado sobre o preço a pagar pelas alterações climáticas e quanto é que pagamos, que é muito mais do que aquilo que poderemos dar como prevenção, porque há uma diferença entre o valor e a percentagem de prevenção relativamente ao impacto climático do qual nós somos vítimas. Exatamente como eu disse no discurso, falei de uma forma abrangente, mundial, mas também disse que nós

somos mais vítimas do que aquilo que somos poluidores. E isso é extremamente relevante.

Podia também falar sobre a qualidade do ar, mas não falei nem valeria a pena, porque temos uma qualidade do ar boa a excelente, exceto em algumas cidades açorianas, em que os sensores estão no sítio errado. Já foi avisado vários anos: mudem os sensores do sítio, nomeadamente o de Ponta Delgada. Seria bom termos um sensor na avenida, porque as partículas aumentam em 10 mil vezes. Não mencionei este tema, mas concordo consigo sobre a qualidade do ar.

Sobre as Áreas Marinhas Protegidas, Sr. Deputado Pedro Pinto, sem dúvida, era o grande passo que nós podíamos ter dado. Algo que todos ou quase todos os partidos desejavam. Mas o *marketing* foi errado. Estamos a receber os louros de um *marketing* errado, por causa das propostas de alteração do partido que está atrás de mim, que quis fazer umas propostas de alteração. E, então, nós estamos a vender um produto que devia ser excelente, mas, na verdade, é medíocre, porque temos exceções. É um diploma que envergonha qualquer açoriano.

Sobre o galardão de turismo sustentável, o galardão de turismo sustentável, Sra. Deputada do PSD, é você que paga. Nós pagamos, os contribuintes açorianos pagam este galardão a uma empresa privada. É uma empresa privada a quem nós pagamos para nos darem a medalha de ouro. Eu não posso, nunca, dizer que esta galardão tem renome mundial e valor intrínseco para a Região, porque, quando é uma empresa privada que precisa de receber dinheiro para nós darmos esse galardão, eu acho que, à partida, não há uma isenção sobre esse assunto. Mas também já falei durante vários anos sobre essa situação.

Sr. Secretário, gostei daquilo que falou. Só queria deixar uma ressalva: eu em nada disse que era contra a nossa presença na COP, pelo contrário, é de extrema importância. Aquilo que eu disse é que a COP já não é aquilo que era ou, se calhar, nunca foi. Esse é que é o problema. Agora os Açores estarem lá representados, a representar o Governo e a representar a nossa Região, é de extrema importância. Eu falei de uma forma mais

emergente dos problemas regionais que temos. E não vamos falar sobre a qualidade da água, que está cada vez pior. Também não vamos falar do passado, sobre as diretivas e as políticas do Governo anterior, ou sobre os problemas que nós tivemos com a qualidade da água, senão precisava de mais 10 minutos. Mas continuamos a agir exatamente da mesma forma e sabemos quais são os poluidores — há coimas que já foram aplicadas. E há outros problemas: há crimes ambientais, os quais são anunciados. Sabemos os nomes dessas pessoas, toda a gente sabe. E, se calhar, até gostam de dizer que são os melhores aqui da Região. Mas estão a cometer crimes ambientais! A polícia judiciária sabe e nada se faz! Esse é o problema. Se nós não soubéssemos, era diferente, mas nós sabemos exatamente quem é que está a poluir a água, quando é que o fazem e porque é que o fazem.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está encerrada a declaração política.

Vamos fazer o nosso intervalo para o almoço. Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 4 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários.

Eram 15 horas e 2 minutos.

Vamos dar início ao nosso trabalho com o ponto 5 da nossa agenda, que é a continuação, naturalmente, do debate que estávamos a ter ontem.

O ponto 5 da nossa agenda - **Projeto de Resolução n.º 46/XIII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a abertura de um concurso público internacional para a prestação do serviço público de transporte marítimo de mercadorias”**, é uma iniciativa do CHEGA e vamos então dar continuidade.

Está inscrito o Sr. Deputado Pedro Pinto, a quem dou a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA com esta iniciativa veio fazer aquilo a que já nos habituou, o que faz sempre, que é vem aqui debitar a sua cassette.

Admira-me, é que o Sr. Deputado Francisco Lima, se tenha esquecido da corrupção porque em toda a cassette do CHEGA só faltou mesmo a corrupção, falou na transparência, na concorrência, que querem é concorrência e transparência...

Deputado José Pacheco (CH): O senhor acha mal a transparência?

O Orador: ... só faltou mesmo a corrupção, Sr. Deputado.

E, portanto, quer dizer essa cassette, já estamos habituados a ela e até já começa a falhar, se calhar, por isso mesmo é que se esqueceu de dizer que é tudo uma corrupção ou que falta corrigir a corrupção e, portanto, a proposta que apresentam, é uma proposta de inspiração Soviética.

Risos dos Deputados da bancada do CH.

Então vejamos: o CHEGA assume-se como um partido de direita, certo? V. Exas. não se assumem como de esquerda...

Deputado José Pacheco (CH): Nós não temos dúvidas. O senhor tem?

O Orador: ... pronto, se se assumem como um partido de direita e se temos um sistema de transportes marítimos em concorrência com várias empresas, como é que um partido de direita vem defender uma proposta Soviética de acabar com a concorrência e fazer um concurso para ter apenas uma empresa a prestar o serviço paga pelos contribuintes? Ora, mais à esquerda, não pode ser. Até o Sr. Deputado António Lima ontem corou de vergonha quando ouviu a proposta do CHEGA,...

Deputado António Lima (BE): Eu? Não!

Risos de alguns Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: ... ele não estava a acreditar no que é que estava a ouvir. Ele de repente sentiu-se vazio. Quer dizer, de repente achou que já estava era na extrema-direita, porque o CHEGA conseguiu ir mais à esquerda que o próprio Bloco de Esquerda. E, portanto, querem um concurso público internacional que, na prática, deixaria apenas um concorrente a prestar esse serviço sustentado por uma injeção contínua de dinheiro dos contribuintes, porque era isso que os senhores iam fazer, caso a vossa proposta fosse aprovada.

Querem centralizar, querem estatizar e manter artificialmente um único operador, quando neste momento, há vários operadores a atuar numa lógica de mercado concorrencial. Isso não é modernidade; isso é regredir, mas é regredir para o lado de lá da Cortina de Ferro, quando essa existia. Obviamente, o CDS-PP é contra essas medidas que existem apenas para alimentar a *espuma política*, que é o que os senhores fazem e permitir que alguns falem de um assunto que é da maior relevância para os Açorianos e, que deve ser tratado com rigor.

Nós trabalhamos, nós CDS-PP, trabalhamos para resolver os assuntos e agora ouça...

Deputado José Pacheco (CH): Onde é que está o avião cargueiro? Comece por aí.

O Orador: ..., Sr. Deputado Francisco Lima e Sr. Deputado José Pacheco, ouçam. Ouçam bem: em 2015 e em 2018 apresentámos propostas neste Parlamento, a mesma proposta, para a elaboração de um estudo de viabilidade económica, que analisasse o modelo de transporte marítimo que existia e verificasse se poderia haver algum mais eficiente. E sempre defendemos que a política do mar deve assentar em dados e em estudos técnicos e em decisões informadas. Não nos parece que a vossa proposta assente em dados concretos e em decisões informadas.

Só quando conseguimos chegar ao Governo em 2021, é que finalmente conseguimos aprovar a proposta do estudo, o estudo foi feito pelo Governo, o estudo apresentou resultados e o Governo está implementando os resultados desse estudo.

Tanto é que a Sra. Secretária disse que agora aumentou o número de toques entre as várias ilhas e que isso é a materialização da segunda fase de implementação das conclusões do estudo.

Portanto, o estudo foi útil, comprova...

Deputado José Pacheco (CH): Os estudos. Não foi um, foram vários.

O Orador: ... que já tínhamos razão em 2015, quando fizemos a primeira proposta do estudo, mas que infelizmente tivemos que esperar até agora para que finalmente este Parlamento aprovasse e ele fosse feito e tivéssemos os resultados, mas isso significa que o estudo era assertivo, era pertinente e impunha-se.

E, portanto, o que é que está a acontecer, olhe:...

Deputado José Pacheco (CH): Vamos a isso, vamos a isso! Vamos descobrir isso tudo.

O Orador: ... a Graciosa, antes só tinha toques quinzenais de navio; agora está a ter dois por semana. Santa Maria também só tinha quinzenais; está a ter um ou dois por semana. O Pico pode ter de dois a três, por semana. A Horta dois e a Praia da Vitória tem quatro ou cinco toques por semana. Se isto não é uma melhoria no serviço de transporte de mercadorias, então eu não sei o que é.

Está aqui o Sr. Deputado José Pacheco a dizer que é desde setembro. Sr. Deputado, se ouviu com atenção, nós propusemos o estudo em 2015, mas só em 2021, quando nós chegámos ao Governo é que o conseguimos fazer aprovar. Se o plano só foi aprovado em 2021, se o Governo contratou quem teve de contratar para o fazer e as conclusões só foram apresentadas em 2023/2024, o Governo está agora a implementar. Podem dizer: “Ah, mas foi só em setembro”, mas se tivessem aprovado em 2015, se calhar isto já tinha sido implementado há mais tempo.

E, portanto, estas melhorias no número de toques de navios é resultado direto do estudo que o CDS-PP sempre defendeu, durante muitos anos, e já está a ter o impacto no terreno que as pessoas e as empresas estão a sentir.

E, portanto, a proposta, mal informada que o CHEGA aqui apresenta, justifica-se apenas pela necessidade que o CHEGA tem de fazer parangonas e de vir debitar a sua cassette.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pedi para intervir neste debate desafiado por uma intervenção no final do dia de ontem do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que não pode ficar sem uma resposta, um comentário ou uma constatação.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que exerceu funções não só de Secretário da Economia, de Secretário dos Assuntos Parlamentares,...

Deputado Nuno Barata (IL): Da agricultura.

O Orador: ... da Agricultura e de oito anos Presidente do Governo. Diz o Sr. Deputado Vasco Cordeiro: “Bem, eu deixei as gruas a cair aos bocados porque tinha inscrito no Programa Operacional para 2030 para as substituir. Finalmente descobrimos o modelo de governação do Partido Socialista nos últimos 8 anos de governação nos Açores, sob a liderança de Vasco Cordeiro.

Deixou as escolas a cair aos bocados,...

Deputado Mário Tomé (PS): Isso não é verdade.

O Orador: ... deixou as gruas a cair aos bocados, deixou a manutenção das estradas por fazer...

Deputado Berto Messias (PS): Mas alguém acredita nisso?

O Orador: ... durante muitos anos, deixou tudo de pantanas porque tinha a esperança de inscrever todas essas verbas no Plano Operacional para 2030, para depois então poder recuperar.

E o problema é que nos nasceu esse pesado encargo que nos impede de desenvolver todas as políticas que gostaríamos em termos de desenvolvimento dos Açores, porque temos de andar a reparar aquilo que o Sr. Deputado tinha deixado apodrecer na sua governação, criando dificuldades não só à governação atual como ao futuro dos Açorianos.

E por isso ficámos finalmente a saber que o modelo de governação do Partido Socialista é de programa operacional em programa operacional, deixar tudo apodrecer para depois fazer tudo de novo, fazendo parecer que estão a fazer alguma coisa pelos Açorianos.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente, não posso deixar de me referir à intervenção do Deputado João Bruto da Costa, que é infeliz, obviamente. E até parece, Sr. Deputado João Bruto da Costa, que as escolas e as gruas, neste momento, não estão a cair aos bocados.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ainda não conseguimos concertá-las todas.

O Orador: Há vastos exemplos em toda a Região de falta manutenção do Governo que o senhor apoia: as escolas colocam em risco a segurança, o normal funcionamento e as crianças e os docentes que lá estão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É porque eram obras bem feitas, Sr. Deputado.

O Orador: Os senhores estão na governação já há 5 anos e têm também a responsabilidade naquilo que corre mal. Não vale a pena também escamotear as responsabilidades.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade, não vale a pena escamotear.

O Orador: Quanto ao assunto que aqui debatemos.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado Francisco Lima e Deputados do CHEGA, parte do diagnóstico que os senhores fazem está correto e nós concordamos com ele, seja: a falta de previsibilidade nas ligações, frequência inadequada nos serviços, incumprimento das obrigações do serviço público, atrasos prolongados...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Olha, mais um que estava em Marte com o Deputado Nuno Barata.

O Orador: ... ruturas nas cadeias de abastecimento. Nós concordamos com essa parte e creio que a Sra. Secretária também concorde em parte, com isto.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Não concordo porque não é atual.

O Orador: Não há aqui, qualquer dúvida.

Entre identificar um problema, fazer o seu diagnóstico e propor uma saída, o fundamental é garantir que a solução não seja pior do que a situação atual. E, infelizmente, a proposta que o CHEGA apresenta é exatamente aquele ditado que diz: “A emenda é pior que o soneto”, corresponde exatamente a isso.

Aquilo que o CHEGA propõe, em primeiro lugar, dizer apenas que se quer um concurso público internacional, sem dizer como vai ser financiado e quais é que são os requisitos, é muito pouco para aquilo que é identificado como um problema.

Em segundo lugar, conforme já foi aqui bem explicado neste debate ontem e hoje, a proposta que é feita pelo CHEGA coloca um problema enorme no sistema que é: restringe a um único operador, aquilo que, neste momento, é feito por pelo menos três operadores.

Isso vai resolver o problema? Não! Vai reduzir a concorrência, e reduzir a concorrência é prejudicial para o consumidor — não é isso que nós queremos.

Neste momento, aquilo que que nós identificamos como os problemas, (os atrasos, a falta de rutura, a perda de competitividade que representa às vezes para a economia e os atrasos no fornecimento dos bens para os consumidores) são, de facto, um problema, de acordo.

Qual é a solução? A solução não nos parece que seja através de um concurso público internacional e muito menos imputar essa responsabilidade ao Governo Regional dos Açores, porque não é uma responsabilidade do Governo dos Açores — é uma responsabilidade da República. Logo aí, a resolução tem um destinatário errado na nossa perspetiva, mas isso não nos deve afastar de tentar resolver o problema. Aí estamos de acordo.

E, portanto, a solução que é apresentada, não é adequada. Nós não podemos concordar com essa solução que é apresentada.

Em primeiro lugar: esta medida restringe o número de operadores, coloca problemas ao nível da concorrência e isso vai prejudicar, no limite, a economia e os consumidores que esperam por esses produtos.

Em segundo lugar: quanto à atratividade do modelo, este seria prejudicial face àquilo que temos hoje. O modelo atual não é perfeito e tem problemas, já esteve pior e sofreu alguns aperfeiçoamentos — isso é importante realçar. Mas, não podemos perder de vista o que é verdadeiramente importante: qual é o modelo adequado para a competitividade da economia regional e para os consumidores, dado que o modelo que temos hoje, tem limitações.

O PSD, na República, vem dizer exatamente isso, através do Deputado Paulo Moniz, que diz que é necessário e que defende a revisão das obrigações do serviço público aplicáveis ao transporte de carga marítima, entre o continente e o arquipélago, reiterando que a atualização do regime é necessária e oportuna para alinhar a subsidiação às melhores práticas europeias e responder aos atuais desafios — proposta do PSD, na República.

O Partido Socialista também fez uma proposta no âmbito do Orçamento de Estado com teor relativamente parecido e que também defende a revisão das obrigações do serviço público no transporte marítimo de mercadorias.

Há aqui um alinhamento da necessidade de haver alteração no modelo atual, através da introdução de obrigações do serviço público. Por isso, é importante questionar o Governo.

Já fez o estudo há mais de 2 anos, tem uma comissão independente que já o analisou e até diz e foi referido na Comissão de Economia que: “O cenário considerado ótimo de execução a médio e longo prazo prevê rotações de 7 dias, dois portos principais em Ponta Delgada e Praia da Vitória e a otimização das operações mediante o reforço dos meios próprios dos armadores e das infraestruturas portuárias nas restantes ilhas.”. Eu creio que isso corresponde ao cenário identificado como cenário três, correto?

Sra. Secretária, este é o cenário que a comissão independente e os especialistas defendem como o mais adequado a médio e longo prazo.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Médio e longo prazo. Diz bem.

O Orador: Este é também o modelo que o Governo Regional defende como o adequado?

Se sim, a pergunta que faço é: para que esse modelo possa ser implementado, sendo identificado como um modelo que vai introduzir mais competitividade na economia regional e vai servir melhor as empresas e os consumidores, eu pergunto se é possível implementar este modelo sem alteração das obrigações do serviço público?

A autoridade da concorrência no parecer, que também dá no âmbito deste diploma, refere que é possível, de certa forma, um modelo que seja misto, obviamente com rotas liberalizadas, são as rotas mais atrativas, — creio que se refere às rotas Ponta Delgada e Terceira — entre o continente e essas duas e as outras não sendo tão atrativas do ponto de vista comercial que possam ser eventualmente subsidiadas, através das alterações do serviço público.

Faço a seguinte pergunta à Sra. Secretária: é este o modelo que o Governo Regional defende? É este o modelo que os especialistas defendem como mais adequado para a economia regional?

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Sr. Deputado Francisco Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quem ouviu aqui o Deputado Pedro Pinto deve ter ficado um bocado chocado com as suas palavras parangonas.

Ora, eu acho que parangona foi a semana passada, com o comunicado do CDS-PP contra a Sra. Secretária dos Transportes. Acho que isso foi uma parangona e todo o cenário que foi montado à volta disso, de um partido que faz parte da coligação e que suporta o Governo. Isso é uma parangona, mas não vou entrar por aí.

Outra questão: ninguém leva a sério o CDS-PP quando diz que nós agora temos uma medida Soviética. Em lado nenhum, eu até acho que o Sr. Presidente da Assembleia deve verificar se o texto da nossa iniciativa não foi adulterado, porque eu não vi escrito

em lado nenhum subsídios nem vi nada soviético. O que a gente quer é promover a concorrência.

Deputado Nuno Barata (IL): Mas não promove.

O Orador: Então um concurso público internacional, que é o que a Diretiva Europeia diz, quando há problemas de preços e de concorrência — recomendam um concurso público — então um concurso público internacional é um problema de concorrência? Então a gente vai deixar de fazer concursos públicos internacionais. Não se faz mais concursos públicos internacionais.

Porquê? Porque existem três operadores, eu acabei de dizer! Querem que eu faça um desenho? Não há concorrência; os preços são iguais; estão com concertação de preços. Eles consertam os barcos entre eles, partilham os contentores, partilham tudo. Não há concorrência! Um oligopólio...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Faça queixa!

O Orador: Já fizemos queixa! Já fizemos tudo! Se não há resultados, isso é outra questão.

Respondendo ao Sr. Deputado Carlos Silva, o senhor diz aqui que nós queremos subsidiar, mas na sua proposta, acabou de falar num modelo misto para subsidiar, ou seja, o único partido que falou aqui em subsídios foram os senhores, como sempre. Eu não falei aqui em subsídios. A nossa proposta não diz isso, não temos o caderno de encargos, o Governo Regional é que tinha que fazer, junto com o Governo da República, uma proposta que fosse competitiva e que os preços baixassem e que não fosse a vergonha que é neste momento. Pronto, isso é a questão.

Aliás, todos os partidos andam a dizer que querem um POSEI dos transportes, portanto, reconhecem uma necessidade de financiamento, mas nós não falámos de subsídios aqui nesta proposta. Nós falámos de um problema de concorrência e agora parece que os problemas foram todos resolvidos.

Ontem eu disse, — e volto a repetir — para que é que foram necessário 5 anos se tinham a solução? A solução, pelos vistos, apareceu e não custou nada. Então porque

é que andaram esse tempo todo com estudos? Quer dizer, entre 2020 a 2025 andaram a fazer estudos, é preciso 5 anos para descobrir uma coisa tão simples como obrigar os armadores a cumprir!? Eu não percebo esta parte.

E, portanto, sobre a nossa estratégia, também aqui o Deputado Pedro Pinto a invocou e acrescentou que faltou aqui corrupção. Sr. Deputado, sabe uma coisa? A nossa estratégia tem dado resultado, porque passou de um Deputado para cinco e fomos a eleições. Já o CDS-PP a gente nem sabe se vai passar para zero, porque nem sequer vai a eleições.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, percebemos claramente por esta última intervenção do Sr. Deputado Francisco Lima, que o CHEGA não tem resposta para as críticas que foram apontadas à proposta que apresentou.

Vamos começar então pela estratégia que o Sr. Deputado Francisco Lima aqui invoca. É exatamente isso, ele acabou de dizer tudo. O CHEGA não quer saber do transporte para rigorosamente nada.

Deputado Francisco Lima (CH): Ah não!?

Deputado José Paulo Sousa (CH): O senhor é que quer.

O Orador: O transporte marítimo é apenas um motivo para a estratégia de comunicação que o CHEGA tem, para criar o caos, para criar a dúvida, para criar a confusão, para que as pessoas façam mais *likes* e vejam mais vídeos e mais publicações que eles fazem nas redes sociais. Essa é que é a verdadeira estratégia...

Deputado Nuno Barata (IL): É a estratégia que funciona.

O Orador: ... que está por trás desta iniciativa, e está ali a dizer o Sr. Deputado Nuno Barata, que essa é que é a estratégia que funciona.

É exatamente isso, estão aqui a aproveitar-se do Parlamento para fazer “politiquice”, não para resolver verdadeiramente os problemas dos Açorianos...

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: ... mas para fazer “politiquice”, para acicatarmos os ânimos, para criar a confusão e é isso que os senhores estão aqui a fazer.

E falamos em problemas da concorrência, ó Sr. Deputado Francisco Lima, se há problemas da concorrência, V. Exa. é Deputado, faça um ofício à autoridade da concorrência...

Deputado Francisco Lima (CH): Já fiz.

O Orador: ... apresente os dados que o senhor diz, ou que dá a entender que tem, porque V. Exa. nunca diz o que é que tem nem o que é que sabe. Deixa sempre no ar a dúvida, a incerteza de que isto é tudo uma névoa, de que é tudo muito confuso.

Portanto, apresente às autoridades competentes os dados que tem e as autoridades que atuam. E se as autoridades não atuarem, V. Exa. é Deputado, exerça o seu mandato de Deputado. Não venha para aqui fazer “politiquice”.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Podia ter feito um protesto, com a “politiquice”, mas não vou fazer. Temos tempo e vamos usá-lo.

Sr. Deputado do CDS-PP, Pedro Pinto, eu e o meu colega fomos cabeça de lista. Onde é que o senhor foi cabeça de lista pelo CDS-PP? Que eu saiba, em lado nenhum.

“Politiquice” é andar às cavalitas de outros partidos e vir para aqui todo armado — como eu dizia hoje de manhã — aquele fulano que não joga mas, para receber a medalha, são sempre os primeiros.

Cada um que se ponha no seu lugar.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Pacheco, o que é que V. Exa. tem a dizer sobre a sua proposta que está aqui em debate?

Deputado José Pacheco (CH): O Sr. Deputado Francisco Lima é que tem para dizer.

O Orador: Ó Sr. Deputado, eu tenho muito orgulho de representar o CDS-PP, partido esse onde V. Exa. já esteve, mas depois percebeu que não ia a lado nenhum no CDS-PP, saiu do CDS-PP, entretanto, já andou por vários partidos, e aterrou aqui no CHEGA, onde encontrou uma maneira de cá chegar e ainda todos nos lembramos do “CHEGA para cá e do CHEGA para lá” de há 3 anos atrás.

Muito obrigado.

Presidente: Agradeço que se inscrevam.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, eu creio que fiz perguntas muito concretas e aguardo a sua resposta. Já íamos passar para a votação e a senhora tentava que o assunto corresse. Mas era importante perceber qual é a posição do Governo Regional dos Açores sobre os cenários que até encomendou estudos para o efeito e, portanto, já temos os estudos, já temos uma avaliação do estudo, o que é que falta para implementar o cenário que é considerado como perfeito, o ideal?

Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas isso existe?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):**

Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde ontem que estamos a discutir este diploma, já foram feitas várias questões, feitas algumas observações, que naturalmente eu tenho aqui as respostas e tenho que fazer gestão do meu tempo, como é natural, o tempo é limitado. Mas podemos começar pelo fim, uma vez que o debate de ontem já está um pouco esquecido.

Em relação às questões colocadas hoje, pelo Sr. Deputado Carlos Silva, eu começo por me congratular pelas observações iniciais, pela referência que efetivamente o sistema não é perfeito, mas está muito melhor...,

Deputado Carlos Silva (PS): Não disse muito melhor.

A Oradora: ... que a proposta do CHEGA efetivamente, restringe a um único operador e essa é uma das questões principais que eu referi ontem. Porque na verdade nós temos um sistema concorrencial com três operadores e ao fazermos um concurso público internacional, naturalmente que é para ficar apenas com um. Não há dúvida nenhuma

sobre isso, é para isso que se fazem concursos públicos, não é para adjudicar dois ou três, é para adjudicarem um. É uma situação que efetivamente nós não podemos estar de acordo, e com isso me congratulo.

Quanto ao restante, esta evolução nos transportes, que na sua afirmação estão melhores, tem a ver exatamente com a implementação do novo modelo de transportes que este Governo fez, através de um estudo que encomendou e que está a concretizar.

Foi sempre dito por nós e pela comissão independente — que analisou o estudo — que isto era um processo evolutivo. Não há processos de saltar de 15 dias para o cenário três — há três cenários, nós já estamos no segundo. Portanto, já estamos bastante avançados na implementação do novo modelo de transportes marítimos, em que estamos exatamente já com navio expressos e com navios *point to point*, fazendo exatamente aquilo que a comissão independente chamou de modelo misto. Esse modelo misto pode ainda evoluir mais e, em vez de dois expressos, poderá ter mais expressos.

Esse é um processo evolutivo que se faz com as companhias que são privadas, com os empresários e armadores são privados, que não dependem do Governo Regional, nem nós lhes dizemos como fazer o seu trabalho. Eles conhecem o estudo, conhecem as conclusões do estudo e vão evoluindo à mesma medida que as suas possibilidades e das condições que vão criando para ter mais navios em função de todo o contexto internacional, porque os navios não estão ali no supermercado. São grandes investimentos por parte das empresas que eles vão fazendo, à medida que também têm essas possibilidades.

Isto é um processo interativo, é um processo evolutivo e é um processo feito com empresas privadas, não há aqui empresas públicas,...

Deputado Nuno Barata (IL): E por isso é preciso cuidado.

A Oradora: ... de navios que vieram não sei de onde, para nós podermos dizer o que queremos e o que não queremos a todo o momento. Eles sabem o caminho, eles conhecem a estratégia e eles estão a implementá-la connosco, é isto que conta.

O que é que está do nosso lado? Aquilo que eu disse aqui ontem e, que aproveito para reiterar, até para retirar algumas dúvidas que percebi que não foram bem compreendidas. Do nosso lado está: uma nova estratégia de transportes; uma nova estratégia de portos; uma nova estratégia de operação portuária; e uma nova estratégia de logística. Tudo isto é que faz a alteração e a reforma dos transportes. Os transportes não são apenas transporte puro e duro de mercadorias, são todo este ecossistema.

E, portanto, nós ao nível dos transportes estamos a evoluir e já estamos bastante avançados na implementação do modelo. Na parte portuária, o Governo dos Açores já mandou a PORTOS a alienar, — só para explicitar, Sr. Deputado Vasco Cordeiro — os 20 % que a PORTOS tem nas operadoras, para segregar a operação portuária da autoridade portuária. A autoridade portuária são os portos; os operadores são as empresas de estiva.

Não faz sentido uma autoridade portuária ser simultaneamente operadora de estiva, tendo lá 20 % de participação.

Portanto, vender, separar, cada um com as suas responsabilidades, cada um com os seus custos, para termos um modelo perfeitamente independente. Identificar áreas de concessão nos portos para eventualmente avançar com concessões de marinas, de lojas. Há muitas áreas que precisam de ser concessionadas, ou que, na nossa perspetiva, deviam ser concessionadas.

E depois, por outro lado, fazer investimentos nos portos, nos equipamentos portuários — como têm sido feitos e ontem referi — nos portos, nas infraestruturas, desde logo, e, na logística. Também na logística com as empresas privadas, e, sabem bem, há grandes investimentos feitos por várias empresas relacionadas com o Porto de Ponta Delgada e neste momento, também, no Porto da Praia da Vitória estão em curso grandes investimentos de natureza logística.

Tudo isto é um processo conjunto que estamos a fazer e é tudo o que o novo modelo de transportes. A reforma no setor portuário, uma reforma que se iniciou em 1996, ficou concluída em 1998, também em 1998 estava previsto alienar a participação da

autoridade portuária nas OPEES (Operações Estratégicas de Segurança Portuária) e nunca foi feito e só agora é que vai ser retomado — desde 1998. Portanto, é uma grande reforma que está a ser feita na área portuária. Orgulhamo-nos disso, mas não se faz num estalar de dedos, nem há varinhas mágicas para fazer isso, fazemo-lo com os empresários e, na medida em que as circunstâncias o vão permitindo.

E, portanto, neste momento, temos mais navios, temos mais escalas, temos mais fiabilidade, temos melhor serviço, temos uma operação portuária com mais equipamentos, quer de movimentação horizontal, quer de movimentação vertical, com mais rebocadores, um novo e dois a caminho, vários investimentos previstos em infraestruturas, Ponta Delgada teve um grande investimento, Lajes das Flores vai seguir-se e Praia da Vitória também.

Tudo isto está a ser feito com grande sucesso, mas obviamente, dentro do calendário porque nada é feito com uma varinha mágica.

Eu julgo que com esta intervenção acabei por responder a várias perguntas, designadamente colocadas pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Relativamente à concorrência, o gado é prova de que há concorrência, porque os três operadores estão-se a queixar de só terem pedido o transporte de gado à Transinsular e, neste momento, já foi pedido aos três operadores.

Mesmo assim, a Transinsular já levou 23 contentores há duas semanas, 24 na semana passada e esta semana vai levar 14.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, eu não disse que o sistema estava muito melhor. Eu disse que havia aperfeiçoamentos e registava isso como positivo, é um pouco diferente porque ...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Na sua boca, isso é muito melhor.

O Orador: Sra. Secretária, há problemas no abastecimento todas as semanas ouvimos reclamações de atrasos nas ligações.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Não há reclamações nenhuma.

O Orador: Obviamente já esteve pior, isso é um facto. Já tivemos numa situação caótica há 1 ou 2 anos, mas agora, felizmente as coisas não estão tão caóticas. E, portanto, isso é de registar, não há qualquer problema com isso.

A Sra. Secretária falou aqui de um conjunto de intenções que são relevantes, mas não respondeu às perguntas que fiz em concreto.

Eu perguntei se o Governo Regional no modelo que considera como ótimo, que é assim que é descrito pela comissão independente na Comissão de Economia, se este modelo considerado ótimo, que é o modelo misto, faz-se com alterações das obrigações de serviço público e eventualmente com subsidiação das rotas que são menos atrativas, aliás, como se fez em parte com o modelo de transporte aéreo na Região. p

Perguntei isso, a Sra. Secretária não respondeu.

Não há qualquer problema, nem nenhum complexo da parte do Partido Socialista em que se subsidie o sistema, de forma que ele seja melhor para as empresas e para os consumidores, não há nenhum complexo com isso.

Deputado José Pacheco (CH): Então porque é que o concurso é um problema?

O Orador: Uma alteração das obrigações de serviço público pode pressupor exatamente isso, desde que seja benéfico para as empresas, para a economia regional e para o consumidor, é assim que deve ser feito.

E, portanto, foi isso que dissemos e também é isso que perguntamos à Sra. Secretária, porque nós entendemos e, o Partido Socialista tem dito várias vezes, que neste momento, justifica-se uma alteração ao modelo atual e às obrigações do serviço público. Isso pode-se fazer, inevitavelmente, com a subsidiação do Governo da República que é quem tem essa responsabilidade.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Sr. Deputado Carlos Rodrigues, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Rodrigues (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Amigo Carlos Silva, eu ouvi com atenção a sua intervenção e disse muito bem, que o cenário hoje é um cenário completamente diferente daquele que tínhamos há meses, nem sequer vou falar há anos atrás, porque, feliz ou infelizmente, a minha vida passou-se à volta de contentores e de navios que não chegavam, de navios que deixavam os contentores em cima da doca, no Natal metade da carga ficava atrás e chegava depois porque não havia espaço, como o meu amigo tem conhecimento disso.

Temos que ser claros e verdadeiros, foi ali explicado, o cenário que temos hoje é incomparavelmente melhor do que aquele que tínhamos há meses.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Temos mais um navio e temos a garantia da entrada de mais dois navios. Toda a gente também sabe dos graves problemas que tivemos este ano: navios para reparação sem substituição; um navio retirado dos Açores para ir para a Madeira porque não tinham outro armador.

Portanto, não há nenhum governo que consiga controlar isso ao pormenor para não haver falhas, falhas vai haver sempre.

Agora, políticas à parte, temos que admitir que este Governo, a Sra. Secretária e esta equipa, têm feito o que é possível...

Deputado Francisco Lima (CH): Ao fim de 5 anos?

O Orador: ... humanamente possível. Eu sei, todos nós sabemos, as reuniões sucessivas com a câmara de comércio, com as associações agrícolas, com a exportação de gado... a exportação de gado é um problema, o gado vivo é um problema, não há contentores no mercado para levar 600 cabeças de gado, não há! Depois, o responsável pelo transporte de gado é o armador, não há gente para ir no navio tomar conta de 400 cabeças de gado, ou seja, é impensável, antigamente é que se metia tudo num porão...

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e as que chegassem vivas, chegavam.

Hoje, não é assim e caminhamos para o fim desse processo.

Também temos que ter consciência disso e a política deste Governo tem sido o investimento nos matadouros, todas as ilhas têm matadouros a custar 12 ou 14 milhões de euros.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Bem lembrado.

O Orador: Se fosse a faturar ao preço certo, como ali muito bem, me diz o nosso amigo Francisco Lima, cada quilo de carne saía para aí a 500 euros, ao preço que custam os matadouros. Mas é para aí que caminhamos, contentores de frio, exportação em carcaça, se calhar já parte transformada, aquela que a gente come nos nossos restaurantes, de excelente qualidade, da Argentina do Uruguai, do Paraguai, a gente tem que copiar o que os outros fazem bem feito.

Portanto, eu penso que as sementes estão lançadas à terra, o estudo está feito, há vontade do Governo de implementação deste estudo. Vamos dar um bocadinho de tempo e, certamente vamos todos melhorar.

O facto de o CHEGA insistir no concurso público internacional... isso está mais que provado, se três fazem acordo de preços, um sozinho o que é que não faria!

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Mário Tomé, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou participar no debate porque fiquei esclarecido, mas não completamente esclarecido relativamente à questão que foi ontem levantada no âmbito deste projeto de resolução do CHEGA, pelo Deputado Francisco Lima, sobre a questão, que é demasiado importante que tem a ver com o escoamento das 500 cabeças de gado da ilha do Pico...

Deputado José Paulo Sousa (CH): 600 e mais 100 das Flores.

O Orador: ... 600, aliás, exatamente.

Sabemos que o estado do mar e as atuais condições adversas podem condicionar a operacionalidade e as escalas dos navios. Quanto ao novo modelo, consideramos positivo passar de um toque para dois.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Ou três. Há dias, no Pico, foi três.

O Orador: Mas a verdade, é que nesta área, no que diz respeito ao transporte de animais, percebemos e compreendemos todos o que vai acontecer no futuro.

Mas a verdade, Sra. Secretária, é que é preciso resolver o presente. A responsabilidade não é obviamente do Governo Regional dos Açores, é do armador, mas compete também ao Governo Regional dos Açores diligenciar esta situação em particular para se resolver uma situação que envolve a economia do Pico.

Relativamente a esta matéria, Sra. Secretária, há custos a considerar: os animais em estação há mais de um mês representam uma perda de rendimento e de apoios ao escoamento. Além disso, se as fêmeas excederem os 8 meses, os respetivos apoios financeiros não são atribuídos.

E, de facto, esta é uma preocupação que foi manifestada pelo colega do CHEGA, mas é uma participação, não só dos picarotos, dos produtores do Pico, mas obviamente, também podem acontecer em outras ilhas e dos açorianos.

A Sra. Secretária, referiu um número que captei: esta semana estarão disponíveis 14 contentores para o transporte destes animais. Contudo, isto não resolve o problema, pois estamos a falar de 600 cabeças de gado. Assim, questiono: perante a estação que atravessamos, de que forma está o Governo a diligenciar junto dos operadores uma solução de planeamento para esta situação?

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Rodrigues, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Rodrigues (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência do que o meu amigo Mário Tomé abordou deste ponto, era importante informar também a Assembleia, para as pessoas entenderem o que é que se está a passar neste momento. Porque é que o Pico, neste momento, tem 600 cabeças de gado para exportar? Porque o gado vivo está a oito euros o quilo, quando era dois euros.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Ora bem! É histórico.

Ruido na Sala

O Orador: Posso?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sras. e Srs. Deputados, está no uso da palavra o Sr. Deputado Carlos Rodrigues.

O Orador: Vou continuar.

E deve-se a que facto? Deve-se ao facto de haver uma doença, para já na Europa, mas que até se pode estender a outras partes do mundo, onde se um animal morrer numa exploração, todos os outros têm que ser abatidos, é isso que se está a passar.

O preço da carne dos Açores vai subir ainda mais porque vai deixar de haver carne e a procura vai aumentar.

Os armadores não estavam preparados para esta situação e há aqui uma grande pressão e uma dificuldade ainda maior. O Sr. Deputado Mário também sabe disso de certeza, é a dificuldade em arranjar contentores de qualidade para transportar os animais. É esse o constrangimento e penso que a Sra. Secretária confirmará essa situação. Há demora em recolher os contentores. Eu vejo isso porque em Santa Maria passa-se o mesmo.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por dizer que eu vou votar contra este diploma, mas era preciso tentar perceber qual era o móbil do CHEGA para fazer este diploma, porque se isto fosse uma empresa privada já estavam despedidos, a estratégia é completamente errada. Mas, ouvindo ambas as partes sobre o assunto, nós conseguimos ler as legendas e verificar que o problema aqui não é o transporte de mercadorias. O problema aqui é o transporte de gado vivo. E esse é o móbil do CHEGA e o móbil de alguns partidos e que, da mesma forma, o Sr. Secretário da Agricultura, se também estivesse numa empresa juntamente com o CHEGA, era despedimento coletivo. Era despedimento coletivo porque não pode ter duas estratégias em que se comem uma à outra. Neste caso, investimento de milhões tanto para matadouros como investimento para gado vivo — não pode ter as duas!

E sobre o transporte de gado vivo — já nem falo da parte do bem-estar animal porque acho que toda a gente sabe, porque já fiz uma iniciativa sobre o assunto e acho que devia ser até proibido — devia ser totalmente proibido porque tira completamente a humanidade de nós como sociedade.

Mas se fosse como negócio, dá prejuízo. Dá prejuízo para os Açores e continuamos aqui a brincar com o dinheiro dos contribuintes, com os navios, a meter gado vivo que não vale nada.

Deputado Nuno Barata (IL): Bem verdade.

O Orador: Esse é que é o problema. E para quê? Para o CHEGA ganhar uns votozinhos? Para ganhar uns votozinhos, Sr. Secretário da Agricultura?

Era bom acabar já com isto, já que V. Exa. está a investir nos matadouros. Está aí investimento, pelo menos não estamos a perdurar também o sofrimento e a dor dos animais a fazer quilómetros e quilómetros dentro de um transporte de mercadorias que não tem qualquer condições para esses animais fazerem o percurso.

Obrigado.

Deputado Nuno Barata (IL): Esteve muito bem.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições.

Podemos partir para a votação.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS)**: Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, eu fiz perguntas concretas...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Está respondido.

O Orador: ... e Sr. Deputado Mário Tomé também fez um apelo e a Sra. Secretária ainda tem tempo. Antes de encerrarmos o diploma, era importante que clarificasse a sua posição.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral)**: Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Colocada a questão, se era necessário ou não alterar o Decreto 7/2006 para implementar o novo modelo de transportes, não é preciso alterar o 7/2006. É preciso eventualmente aperfeiçoá-lo, e eu disse isso na Comissão, disse que era necessário ativar o observatório e já o fizemos, com a Eng.^a Ana Paula Vitorino, já nomeámos e designámos o nosso representante no observatório. É preciso também criar a obrigatoriedade ou pelo menos o AMT (Autoridade da Mobilidade e dos Transportes), exigir a substituição de navios quando vão a docagem e depois algumas questões de pormenor relacionado com as contraordenações.

Essas são as alterações, no nosso ponto de vista, que precisam ser feitas. Tudo o mais, o novo modelo de transportes pode ser aplicado.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, então deduzo, pelas suas palavras, que não concorda com a proposta apresentada pelo Deputado Paulo Moniz, do PSD na Assembleia da República, em que ele defende, e passo a citar: “defende a revisão das obrigações do serviço público aplicáveis ao transporte de carga marítima entre o continente e o arquipélago, reiterando que a atualização do regime é necessária e oportuna para alinhar a subsídio às melhores práticas europeias e responder às atuais necessidades de empresários e cidadãos açorianos.”

Aquilo que a Sra. Secretária disse é que não concorda com essa perspetiva, entende que não é preciso alterar o modelo...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Não disse nada disso. O senhor é que está a dizer isso.

O Orador: ... e que não é necessário subsídio do modelo.

Foi isso que disse, portanto, é essa a posição do Governo Regional dos Açores sobre esta matéria.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Silva, quem não concorda é o Partido Socialista, que quando tinha maioria absoluta na República, reprovou um projeto idêntico, de idêntica natureza e que agora, depois de perder a maioria absoluta, apresentou um igual ao que o PSD aprovou para o Orçamento de Estado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Bruto da Costa, o Sr. Deputado não disse se o PSD dos Açores concorda com a posição do Deputado Paulo Moniz na Assembleia da República. A posição da Sra. Secretária foi clara, o Governo Regional dos Açores entende que não é necessário alterar o modelo, não é necessário introduzir alterações às obrigações do serviço público e entende também que não é preciso subsidiar a alteração do modelo, mas os especialistas na Comissão disseram que um modelo misto pode implicar, obviamente, subsidiação.

Portanto, há qualquer coisa que não bate certo aqui. Se o problema é não querer imputar à República uma responsabilidade que é sua na alteração do modelo e na subsidiação, se o problema é esse, é importante que digam que é efetivamente essa questão...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): O senhor é que está a tirar as conclusões.

O Orador: ... porque as duas coisas não podem bater certo, Sra. Secretária. Não é possível dizer que defende um modelo considerado como ótimo, que é o cenário três e que os especialistas defendem que deve ser implementado a médio prazo e que isso

implica obviamente subsidiação, mas depois perante uma pergunta concreta dizer “afinal não é preciso alterar o sistema.”

Era importante que o Governo Regional clarificasse a sua posição, porque no final do dia o essencial é que o modelo seja atrativo para a economia regional, para as empresas e para os consumidores.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Silva, a nota de imprensa que V. Exa. está a ler do Deputado Paulo Moniz, diz no cabeçalho “Partido Social Democrata dos Açores” e, portanto, se dúvidas houvesse em relação à concordância do PSD/Açores, penso que está esclarecida a sua dúvida.

Para além disso, está no programa do Governo, pela primeira vez...

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Muito bem!

O Orador: ... a nível nacional, a questão da cabotagem, coisa que os senhores nunca quiseram assumir e implementar e até votaram contra.

Muito obrigado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para deixar claro que a posição do Partido Socialista está vertida numa proposta que fez, no âmbito do Orçamento de Estado, em que define que é prioritário e é urgente avançar com a revisão das obrigações do serviço público. E, obviamente, em articulação com o Governo Regional dos Açores, é uma peça importante no sistema, mas que entende que é necessário alterar o modelo, porque o modelo atual tem imperfeições e gera problemas para as empresas. Portanto, deve ser alterado de forma a torná-lo mais atrativo. Essa é a posição do Partido Socialista e não há qualquer problema com isso.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Silva, permita-me que acrescente algo àquilo que o senhor disse. Essa é a posição do Partido Socialista na oposição...

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Ora bem!

O Orador: ... porque quando tinha maiorias absolutas e estava no Governo, tinha outra posição. Nada como uma cura de oposição para fazer os senhores chegarem-se para a verdade e para a realidade.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O PSD esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Bruto da Costa...

Apartes impercetíveis do Deputado João Bruto da Costa (PSD).

Se quiser, tem mais um segundo para falar, nós não nos opomos a isso. Não há qualquer problema, o diálogo e o debate é do interesse dos açorianos, pode ser feito a qualquer altura.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, o que não disse é se o PSD, representado aqui neste Parlamento, concorda com a posição do Deputado Paulo Moniz, porque o Governo Regional, através da Sra. Secretária, disse que não concorda com essa posição. O comunicado está escrito, já o citei e creio que o citei bem — defende uma subsidiação ou alteração do sistema.

A Sra. Secretária através do Governo Regional entende que não é preciso alterar o modelo e, portanto, o Sr. Deputado João Bruto da Costa teve aqui uma oportunidade de clarificar a sua posição e a posição do Grupo Parlamentar do PSD, não o fez, prefere falar do passado.

O que nos move é a necessidade de alterar o modelo para o tornar mais competitivo, essa é a nossa motivação.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente eu peço desculpa, mas teve que ser. Eu deixei aquele minuto, sim, por alguma razão. É que é importante fazer aqui um balanço de todo este debate que aqui ocorreu à volta do transporte de mercadorias de cabotagem insular, de e para a Região Autónoma dos Açores.

Permita-me, Sr. Presidente, um aparte, porque muitas vezes o Sr. Deputado Pedro Neves aqui foi chamado à atenção por tratar outros senhores Deputados por “você”, em vez de usar a terminologia correta e eu hoje ouvi aqui várias vezes, “meu amigo”. Isto também não é uma forma correta dos Deputados se dirigirem uns aos outros, apesar de sermos todos amigos uns dos outros, ou pelo menos alguns o serem.

Deputado Pedro Neves (PAN): Mas ninguém avisa.

O Orador: Eu queria só fazer aqui um pequeno balanço desta iniciativa. O Sr. Deputado Paulo Moniz entrou numa cruzada disparatada, — absolutamente disparatada — de um concurso público internacional de obrigações de serviço público remuneradas pelos contribuintes para a Região Autónoma dos Açores. Cruzada disparatada essa que o Partido Social Democrata dos Açores há pouco tempo, mesmo depois de perceber que era disparatada, e agora, o disparate é também abraçado pelo Partido Socialista e pelo CHEGA. Fantástico! De disparate em disparate vamos conseguir ter, para os Açores o pior sistema de transportes que alguma vez os Açores tiveram.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Iniciativa Liberal esgotou o seu tempo.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, faço uma interpelação para informar que faremos chegar à Mesa a página 128 do Programa do Governo, que foi sufragado pelo País e pela Região Autónoma dos Açores, maioritariamente, e, que diz claramente que irá assegurar um regime de transporte marítimo de passageiros e mercadorias e cabotagem nacional. Em particular no que reporta às OSP, importando a análise da sua adequação ao modelo presente e à eventual necessidade de revisão de forma articulada com os governos da República e da Região Autónoma dos Açores. É a página 128 do Programa do Governo que, teve maioria aprovada por esta Região, em termos do voto popular.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Assim que a Mesa rececionar, será distribuída pelas Sras. e Srs. Deputados.

Pergunto se há mais alguma intervenção.

Pausa.

Vamos votar então.

Está à votação o Projeto de Resolução n.º 46/XIII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a abertura de um concurso público internacional para a prestação do serviço público de transporte marítimo de mercadorias”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução n.º 46/XIII foi rejeitado, com 22 votos contra do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 5 votos a favor do CHEGA.

Presidente: Muito obrigado.

Vamos avançar na nossa agenda para o ponto 6 - **Projeto de Resolução n.º 55/XIII – “Pronúncia, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o reforço do efetivo da polícia de segurança pública na Região Autónoma dos Açores”**, é uma iniciativa da Iniciativa Liberal.

Os tempos já estão espelhados nos nossos ecrãs: o Governo, o PSD, o PS e a Iniciativa Liberal dispõem de 20 minutos cada, o CHEGA 14 minutos, o CDS-PP 12 minutos e as Representações Parlamentares do PPM, do BE e do PAN 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falar hoje sobre segurança pública na Região Autónoma dos Açores, não é apenas invocar um direito constitucional, é assumir uma responsabilidade política perante os cidadãos, que vivem, trabalham e constroem diariamente um arquipélago mais coeso e mais livre.

A nossa condição arquipelágica, dispersa por nove ilhas ao longo de mais de 600 km de oceano não é apenas uma característica geográfica, é um fator estrutural que condiciona profundamente as políticas públicas, particularmente e neste caso, que hoje falamos, a segurança.

Por isso, quando discutimos o reforço do efetivo policial nos Açores, não falamos apenas de estatística, falamos de proximidade, de capacidade de resposta e de um princípio fundamental do Estado — a garantia de segurança para todos os cidadãos, independentemente da ilha onde residem.

Este é um problema conhecido e reconhecido, mas nunca resolvido.

Os Açores têm sido, ao longo dos últimos anos, confrontados com o envelhecimento de quadros policiais, falta de renovação, desadequação entre efetivo existente e população servida e enormes dificuldades de cobertura territorial, mastodôntico agravamento das exigências operacionais.

Esta realidade é clara nas ilhas mais pequenas, mas muito mais notória nas ilhas maiores, com especial incidência na ilha de São Miguel e no Concelho de Ponta Delgada, até na própria cidade de Ponta Delgada, onde moradores e circulantes têm já receios de o fazer em algumas ruas por não se sentirem seguros.

Muitas vezes existe apenas uma patrulha, um posto, um agente para todo um turno. Isto não é apenas insuficiente, é injusto e desviante do próprio conceito do Estado de Direito Liberal e Democrático.

A segurança é, na verdade, um inquestionável pilar de coesão territorial, o reforço policial não é apenas uma questão corporativa, um capricho ou uma questão de luta contra o centralismo lisboeta é mais do que isso, é um pilar de coesão territorial, social, económica, é verdadeiramente a coesão, porque sem segurança não há investimento; sem segurança, não há turismo sustentável; sem segurança, não há confiança social; sem segurança não se fixa a população, não se formam famílias, não se criam empresas e não se consolida comunidades.

A presença policial nos Açores não é uma opção, é uma obrigação constitucional do Estado português, inseparável dos princípios que regem a própria autonomia constitucional e a unidade nacional.

A autonomia exige responsabilidade, mas também exige meios proporcionais.

O que reclamamos não é um privilégio, é a equidade.

Não queremos mais do que têm os nossos concidadãos do continente, queremos apenas o que o País garante a qualquer cidadão, em qualquer território deste País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

os Açores sempre cumpriram com o todo de Portugal, está na hora do todo de Portugal cumprir com os Açores.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

O Orador: Garantir segurança não é um favor, é uma obrigação do Estado para com os seus cidadãos. Um Estado presente é um Estado que protege, que investe, que respeita o interior, as ilhas, as comunidades mais pequenas e até o valor estratégico do Atlântico.

Reforçar o efetivo policial nos Açores é defender a autonomia, a democracia e a segurança de todos nós, em suma, é defender a liberdade, porque sem segurança não há liberdade.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Atualmente, a nossa sociedade encontra-se imbuída, um pouco por toda a parte, de um aumento da criminalidade e de uma crescente sensação de insegurança. Principalmente depois do covid-19, essa criminalidade aumentou, muito por via do isolamento que se criou e da adoção de novas drogas ou substâncias psicoativas que levam ao comportamento dos indivíduos muito mais desviantes, agressivos e que têm tido repercussões um pouco por todo o lado e os Açores disso não são exceção.

São aumento de crimes contra o património, são aumento dos crimes também contra a saúde pública e, nesse sentido, nós reconhecemos e vemos nesta proposta da Iniciativa Liberal o mérito de realçar a importância da segurança pública, cada vez de uma forma mais veemente ou pobremente, de uma forma mais visível, digo eu. Portanto, é factual que existe no nosso caso em particular, a insuficiência de recursos humanos e efetivos das nossas esquadras da PSP, um pouco por toda a Região.

Tal situação urge, de facto, ser colmatada e esta é uma boa oportunidade de dar um contributo nesse sentido.

Gostaríamos de chamar a atenção para o cariz redutor, na nossa opinião, como é óbvio, do ponto resolutivo n.º 2 desta iniciativa, já que entendemos que esse reforço deve abranger todas as esquadras onde a escassez de agentes se verifique, e não apenas nos casos ali previstos.

Certo é, que não será por isso que deixaremos de votar favoravelmente a iniciativa, mas não poderíamos deixar de sinalizar que a ausência de recursos humanos deve ser colmatada em cada uma e em todas as nossas esquadras onde a mesma se verifique.

Factual também é que, em fevereiro de 2025, em deslocação a Ponta Delgada, a Sra. Ministra da tutela anunciou a colocação na Região ainda este ano de 70 novos agentes.

Deputado Pedro Neves (PAN): Nunca aconteceu.

O Orador: Mais tarde anunciou a Sra. Ministra que o levantamento feito pelo Governo da República resultava um défice ou a necessidade para os Açores de cerca de 249 efetivos da PSP, apenas foram colocados 20 novos agentes, neste caso, estamos perante um incumprimento.

Do trabalho efetuado em Comissão, concluímos que existem cerca de 145 agentes açorianos colocados no continente que pretendem regressar à Região, e que o poderiam fazer ao abrigo do Procedimento Extraordinário de Colocação por Oferecimento.

O que se espera é que o Sr. Presidente do Governo Regional, (aqui não presente, mas certamente o Sr. Secretário dos Assuntos Parlamentares lhe transmitirá esta nossa opinião) dizia eu que o que era preciso e o que se espera é que o Sr. Presidente do Governo Regional, uma vez aprovada esta iniciativa, possa exercer os seus bons ofícios junto dos seus companheiros do Governo da República para solucionar essa gritante lacuna e, agora, neste momento, já em incumprimento. Ora aqui está uma boa oportunidade.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Olivéria Santos, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Muito obrigada.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional dos Açores:

O reforço do efetivo da polícia de segurança pública nos Açores tem sido um tema que o CHEGA, muitas vezes tem trazido ao debate e à praça pública, mas infelizmente, até hoje, sem resultados práticos. Até agora o que temos tido são promessas e mais promessas da República, sem serem cumpridas.

De facto, a situação nos Açores é urgente e a Região precisa, sem mais demoras, de mais elementos da PSP, sob pena de estarmos a colocar em causa a segurança e o bem-estar de todos os Açorianos.

Para o CHEGA é inadmissível e é inaceitável que a República continue a tratar os açorianos como cidadãos de segunda, privando-os de um direito fundamental como é o da segurança.

Não basta fazer promessas, é preciso cumprir com aquilo que se promete há anos, e, ainda recentemente, foi prometido pela Ministra, que viriam mais agentes para os Açores e até agora nada, zero, nem um elemento.

É amplamente reconhecida a insuficiência de efetivos da PSP, mas neste capítulo não precisamos só de mais efetivos, importa neste debate também lembrar que está em falta um plano robusto, que deve incluir incentivos à fixação de agentes, melhoria das condições de habitação e mobilidade, reforço do equipamento e modernização das esquadras, esquadras essas que, ou estão encerradas, como é o caso da esquadra de trânsito da PSP de Ponta Delgada, ou também outras que fecham para a PSP poder ir ocorrer a pedidos de auxílio pela população.

Temos ainda a existência de instalações degradadas, carentes e de recursos e de meios adequados ao cumprimento das missões de segurança pública nos Açores.

Os agentes da PSP estão há décadas a serem abandonados pela República. Mas voltemos à falta de efetivos, que é o que estamos agora aqui a debater com esta proposta da Iniciativa Liberal, quando a população na rua deixa de ver elementos da PSP isso faz com que cresça a perceção de insegurança, isso faz com que se dê espaço para o aumento dos pequenos delitos e, onde se instala o sentimento de abandono por parte da população.

Por outro lado, os agentes que permanecem no ativo e, importa também não esquecer isso, os poucos que estão a trabalhar, enfrentam cargas de trabalho excessivas, turnos prolongados e a exigência constante de fazer mais com menos. Isto depois leva a um desgaste físico e a um desgaste emocional muito grande e, inevitavelmente, compromete certamente a eficácia operacional desses agentes.

Precisamos de agir urgentemente antes que seja tarde demais e não podemos continuar a aceitar de ânimo leve que a República continue a ignorar este problema.

Apesar de haver quem diga que a segurança na Região não está colocada em causa, a verdade é que no âmbito dos trabalhos da Comissão, o responsável da SINAPOL (Sindicato Nacional da Polícia) nos Açores disse precisamente o contrário e assegurou que a falta de efetivos nos Açores leva a falta de segurança, o que, por sua vez, leva a ausência de fiscalização e crescimento da criminalidade, da violência doméstica, da toxicodependência e de tantos outros delitos.

os Açores merecem mais, os Açorianos merecem sentir-se seguros, este é um direito que nos assiste a todos e não podemos deixar que continue a ser ignorado pela República.

Por este motivo, e não poderia ser de outra forma, o CHEGA associa-se a esta proposta da Iniciativa Liberal.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Soares.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta que nos traz aqui a Iniciativa Liberal, esta pronúncia por iniciativa própria é pertinente, é atual, é histórica e é preocupante.

Nos últimos tempos têm sido apontados, quer publicamente, quer em reuniões de trabalho, dificuldades crescentes da polícia de segurança pública em matéria de efetivos policiais, que tem obrigado cada vez, com maior frequência, ao encerramento de esquadras para deslocação a ocorrências.

Recentemente, estruturas representativas dos profissionais da polícia de segurança pública alertaram ainda publicamente que os riscos decorrentes do défice de recursos humanos nos Açores e, no passado dia 7 de dezembro, foi notificada a PSP de Ponta Delgada da suspensão do programa *Escola Segura* e do encerramento de esquadras no período noturno.

A suspensão do programa *Escola Segura* constitui um retrocesso de 20 anos no modelo de policiamento do maior Concelho dos Açores.

O eventual encerramento de esquadras, no período noturno, por falta de elementos para garantir o seu funcionamento 24 horas por dia, constitui também um retrocesso de décadas.

Aliás, esta perceção pareceu ser assumida pelo Governo da República na sua deslocação à Região em abril de 2016, e na declaração conjunta assinada entre o Ministro e o Presidente do Governo Regional, bem como em abril deste ano, quando o Ministro da Administração Interna prometeu o reforço de 40 agentes para o Comando Regional dos Açores, porém, tal reforço nunca se concretizou.

Como já perceberam, estou a falar de uma resolução apresentada pelo PSD, em 2018, nesta Casa que faz amanhã 7 anos.

Mas podíamos continuar. É por demais essencial definir em conjunto com o Governo da República uma agenda plurianual de transferências dos efetivos em falta, tendo em conta a disponibilidade do número de novos agentes formados nas escolas de formação da polícia de segurança pública. O reduzido número de agentes tem condicionado de forma drástica o cumprimento de missões, e posto em causa a importância das forças de segurança que não pode ser posta em causa, a organização social instituída, a plena liberdade dos cidadãos e a própria vivência da democracia.

As forças de segurança são fundamentais e imprescindíveis para a manutenção da paz social e a normal prática jurídica, bem como para a preservação dos direitos, liberdades e garantias de pessoas e bens. Esta é uma proposta apresentado pelo PSD em julho de 2021.

É verdade que a Sra. Ministra prometeu um reforço de 65 elementos, segundo o despacho da Direção Nacional, para a Região Autónoma dos Açores e que apenas chegaram 20. Ou seja, é um problema crónico, quer à direita, quer à esquerda. Obviamente quem governou mais tempo terá provavelmente mais responsabilidades nesta matéria, mas não exclui a responsabilidade também de quem está agora à frente dos destinos da República e que não olha para a Região Autónoma dos Açores com a especificidade que tem que ser olhada. Olha sim, sempre, com uma questão dos rácios de polícia/habitante e sim, nos Açores temos um rácio polícia/habitante superior ao rácio nacional e isto condiciona quem não percebe os Açores, quem não entende os Açores, quem não percebe porque é que nós temos três hospitais, teremos não sei quantas unidades de saúde de ilha, portanto, quem não percebe esta dimensão regional e a necessidade de ter um efetivo e um dispositivo policial, e, aqui permita-me discordar com o Sr. Deputado Nuno Barata, o dispositivo policial é bem mais importante ser reforçado nas ilhas mais pequenas do que nas ilhas maiores. Porque as

ilhas mais pequenas dispõem apenas de uma unidade orgânica, não tem mais nenhuma de onde se socorrer, o que não acontece nas ilhas maiores.

Portanto, um polícia a menos no continente é um a menos nos Açores, que pode implicar fechar uma esquadra...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... ou não ter ninguém que preste auxílio, socorro a quem dele solicita.

Nos Açores, em 2009, um responsável sindical da altura, que eu encarnava, dizia que íamos chegar a um ponto de rutura, os agentes da PSP estavam a ficar cansados, estavam a ficar saturados e que esta abnegação, este voluntariado que eles tinham em servir a população, — porque nos Açores um polícia é alguém próximo de nós, não é um perfeito desconhecido, é alguém que interage connosco, que nos vê para lá das horas de serviço, que se relaciona com a comunidade e que, diria que nos Açores efetivamente os polícias estão 24 horas de serviço e sempre prontos a ajudar a sua população.

Portanto, nos Açores, os polícias estão a ficar saturados, estão a ficar cansados. Durante este Verão foram suprimidas muitas folgas aos agentes da PSP, portanto, há agentes da PSP que ficaram um mês sem ter uma folga, sem poderem privar com a sua família, estar no seu lazer, não houve essa possibilidade.

Este ano, houve muitas atividades, quer religiosas, culturais, populares que não se realizaram, que tiveram que ser adiadas por falta de efetivo policial ou então realizaram-se com as condicionantes da insegurança pela falta de agentes policiais.

É verdade também que, esta falta de agentes contribui, não tenham dúvidas nenhuma, para o aumento das questões da toxicodependência, porque quem encaminha para as comissões de dissuasão a maior parte dos fenómenos que são identificados nas ruas são exatamente as forças de segurança, são eles que têm, na qualidade de OPC (Órgãos de Polícia Criminal) esta capacidade que lhe está atribuída por lei para identificar, sinalizar, proceder até às revistas necessárias, quando os indivíduos se encontram em lugares frequentados, passo aqui a expressão, por pessoas como que praticam delitos.

A falta das forças de segurança na Região Autónoma dos Açores, esse défice de efetivo tem contribuído para muito daquilo que o Sr. Deputado Nuno Barata disse e bem, daquela tribuna.

Portanto, é necessário, é urgente que haja um reforço efetivo das forças de segurança nos Açores, sob pena de nós perdermos até aqui ao nível turístico. Uma das coisas que nós vamos consultar quando vamos de férias para determinado destino é se é seguro, é uma das condicionantes. É preciso encarar as forças de segurança nos Açores, como um efetivo pilar de uma sociedade de direito democrático.

Deixo-vos aqui um apontamento: embora a organização interna da segurança nos Estados Unidos seja bastante diferente da portuguesa, há pouco tempo, em Angra, encontrei um senhor que estava acompanhado de um vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, portanto, o *Mayor* da cidade de Gastine, que, me dizia que, aquela Câmara utiliza 60 % do seu orçamento na segurança, e eu achei uma coisa fantástica, ao passo que nós utilizamos 11 %. Ele explicou, que é porque quando há segurança, como dizia o Sr. Deputado Nuno Barata, as famílias querem viver na cidade, os comerciantes querem abrir estabelecimentos na cidade, as pessoas visitam a cidade. Portanto, meus senhores, acho que temos que continuar unidos, musculados, nessa reivindicação à República que é justa.

Obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começo só por dizer, Sr. Deputado, que espero que nunca tenhamos que gastar 60 % do orçamento em segurança, pois isso seria um péssimo sinal — muito bem estamos nós a esse respeito, estamos longe de precisar de gastar tanto dinheiro em segurança.

Começando por dizer que a proposta que a Iniciativa Liberal traz, uma pronúncia por iniciativa própria, sobre o reforço de efetivo da polícia de segurança pública, é uma proposta que traz um alerta sobre uma matéria que é de facto pertinente porque ao longo dos anos temos assistido a sucessivos alertas quanto à escassez de agentes, principalmente da polícia de segurança pública na Região. Um problema que, e sem ir à guerra de números, se são 200, se são 150, se são 250, não sei ao certo o número, faço fé naquele que tem sido o número apontado mais frequentemente, mas de facto há carências e isso nota-se até na dificuldade que existe em manter as esquadras abertas e em muitas vezes em acudir rapidamente a situações que podem não ser de extrema gravidade, mas que tenham obviamente ter resposta por parte da PSP, e, todos nós já tivemos relatos ou tivemos situações em que de facto, a PSP não tem meios para acudir mais do que uma ocorrência em simultâneo.

Isso é, de facto, algo que é preocupante, mas acima de tudo, mais do que atuar quando há já um crime a acontecer, o papel da PSP é um papel de prevenção da criminalidade e esse é que é o seu papel fulcral na nossa sociedade.

De facto, nós, ao longo dos anos temos assistido a muitas críticas e muitas promessas sobre esta matéria, e nada mudou a esse respeito com o atual Governo da República.

Tivemos uma promessa que surgiu logo pouco tempo depois do atual Governo da República entrar em funções, mas, *a montanha pariu um rato* ao nível da colocação dos agentes da PSP.

Isso merece não só a crítica, mas torna esta proposta necessária e iremos naturalmente votar a favor, tal como fizemos no último Orçamento de Estado apresentada uma proposta de alteração que foi aprovada, relativamente à melhoria das condições da PSP nos Açores, uma proposta que inclui a realização de concursos extraordinários, a facilitação da mobilidade interna de agentes, a modernização e manutenção das

instalações, que sabemos que em muitas das nossas ilhas são deficitárias e também a renovação da frota.

Esperemos que, tanto esta proposta de alteração, como esta proposta que hoje será aprovada por unanimidade, suponho, sejam conseqüentes e que não sejam apenas mais uma reivindicação da Região que caia em saco roto e, de facto, tenha concretização por parte do Governo da República.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades. Faz favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho aqui o discurso que o Sr. Deputado Nuno Barata realizou e, da parte do Governo nós devemos dizer que concordamos com as preocupações que foram aqui anunciadas pelo Sr. Deputado. O Sr. Deputado fundamenta-a com aquilo que é a responsabilidade do Estado, do ponto de vista constitucional, fundamenta tendo em conta também a especificidade da Região Autónoma dos Açores, no que diz respeito à dispersão territorial, fundamenta com um quadro policial insuficiente, tendo em conta essa dispersão territorial e tendo em conta as responsabilidades da PSP no nosso território, fundamenta-a também com a equação que faz, a observação que faz em relação ao facto de, sem segurança não há democracia e tem toda a razão, Sr. Deputado.

Eu gostava de acrescentar mais alguns pontos, concordando com o essencial daquelas que são suas preocupações, dizer o seguinte: com certeza, governos anteriores também tiveram esta dificuldade no âmbito do debate sobre esta matéria, que tem a ver com o facto de nos apresentarem muitas vezes a nível nacional, os números daquilo que significa o rácio percentual dos membros da polícia, dos efetivos da polícia, números estes de 2024, são 20 098 efetivos nacionais e o efetivo colocado nos Açores representa 4,84 %, ou seja, acima do nosso rácio em relação à população total do País.

É preciso desmontar este argumento, com todos os argumentos que o Sr. Deputado já realizou, mas também fazendo a seguinte observação: a estrutura que o Estado montou em termos de segurança, como sabem a nível nacional, temos outra grande força e também a nível regional, a GNR que, a nível nacional tem mais efetivos que a PSP, os números de 2024 são de 23 580 efetivos, ou seja, número de efetivos superior à PSP, mas aqui, ao contrário do que acontece com a PSP, a GNR apenas tem 1 % dos seus efetivos nos Açores.

Deputado Nuno Barata (IL): E não tem competências do trânsito.

O Orador: E com um conjunto de competências, em termos de áreas de responsabilidade que não correspondem àquelas que têm no território continental, ou seja, este número de 4,84 % é desmontado quando se pensa no dispositivo policial, juntando a PSP à GNR.

É preciso ver que o dispositivo da polícia de segurança pública a nível nacional, se concentra em 5 % do território nacional e os outros 95 % são da responsabilidade da GNR. Aqui, nos Açores, o dispositivo policial integra, da responsabilidade da PSP, o conjunto da população açoriana das localidades. Isso significa que em termos de território, — porque na Madeira também é assim — se ao território dos Açores, somarmos o território da Madeira com os 5 % do território continental, só por si, os Açores...

Deputado Nuno Barata (IL): Mais o trânsito.

O Orador: ... representam, 30 % do território que está à guarda da PSP.

É um número muito significativo. Evidentemente que tem um menor peso populacional, mas este dispositivo abrange desde o conjunto de responsabilidades sobre as cidades e vilas à totalidade das nossas freguesias. Isto obriga a uma dispersão territorial que não se verifica no continente — onde a PSP se concentra em apenas 5 % — enquanto aqui se foca na totalidade da Região. Ou seja, os Açores representam 30 % da responsabilidade territorial nacional da PSP.

E por isso, a nível nacional, — e é isto que temos transmitido ao Governo da República — é necessário equacionar o esforço que é aqui colocado à PSP. Se esse é o dispositivo que é específico dos Açores, que é específico da Madeira e que é diferente das responsabilidades que são atribuídas no território continental, para este dispositivo que é mais denso, é necessário um conjunto de efetivos muito superior, tendo em conta a responsabilidade territorial que a PSP aqui assume, especialmente perante um dispositivo da GNR muito pouco significativo.

Este é o conjunto de argumentos que, a par dos pontos já aduzidos pelos Srs. Deputados, temos apresentado junto do Governo da República. É necessário resolver esta questão porque, embora surjam sempre os referidos 5 % do dispositivo, a verdade é outra quando se pondera a responsabilidade territorial. Se considerarmos o que os Açores representam para a PSP a nível nacional — os 30 % do território que já mencionei — vemos que o número de efetivos é perfeitamente desproporcional. Ao contrário do território continental, que permite uma concentração de agentes, a nossa natureza insular exige uma dispersão por todo o arquipélago, o que agrava todos estes problemas.

É esta batalha de argumentação que se tem que ganhar.

O Governo Regional vê com muito bons olhos esta iniciativa da Iniciativa Liberal. É um apoio que reforça o nosso esforço junto do Governo da República para alterar estes pressupostos, dando continuidade ao trabalho de executivos anteriores. Esperamos, agora, obter melhores resultados, até porque nesta matéria o Governo Regional e o Parlamento dos Açores estão lado a lado.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não era bem para intervir, mas com a licença da minha colega que já tinha dito tudo, gostaria apenas aqui de relembrar algumas coisas. Começando com o que disse o Sr. Secretário — e muito bem. Dada uma relação de amizade que tenho com alguém da GNR, esta é uma discussão que tem, à vontade, 30 anos. A questão de a GNR vir para os Açores parece ser sempre travada por alguém, no entanto, a sua presença poderia libertar a PSP das funções preventivas, ficando a GNR com a responsabilidade do trânsito. É, de facto, um debate com 30 anos.

Bom, por outro lado, foi aqui dito pelo Sr. Deputado Luís Soares, sobre a questão da toxicodpendência. Quando há uma boa prevenção e um bom policiamento, — nomeadamente, a presença física dos agentes — isto “afugenta a praga”, como se diz em bom micalense. E nós precisamos de soluções, porque o problema já é bastante grave. Ponta Delgada, sendo a maior cidade, é infelizmente quem mais sofre com esta realidade.

Falou-se também das polícias municipais, mas já se percebeu que não é solução porque não têm as devidas ferramentas, é outra realidade. Uma outra realidade, — e o CHEGA tem chamado a atenção para isso, não criticando porque às vezes percebemos que não há solução — a República abandonou-nos, isto é um facto. E muitas vezes o Governo Regional, as câmaras municipais têm que se chegar à frente para conectar com as esquadras. Nós acabámos, sem querer, por dar à República um sinal negativo, ao resolver parte deste problema, e eles dizem: “ah, então não precisam de nós”. Temos de ter também algum cuidado com isso. Não estou a dizer que não se faça; estou a dizer é que é perigoso que assim o façamos.

No fundo, era o que eu queria salientar, ao ouvir falar da influência política da Ministra e do Governo da República, recordei-me da célebre reunião de 9 de maio de 2023,

nesta Casa. Recorda-se, Sr. Presidente? Naquele dia, foi-nos prometido um reforço de efetivos e um investimento de 20 milhões de euros até ao final de 2026.

Bem, nós que não fomos para Marte, que continuamos cá e nos lembramos muito bem desta reunião, que nos deixou um coisinha de nada irritados. Mesmo depois de ouvir constantemente alguns responsáveis das forças de segurança dizer: “temos os meios adequados à nossa missão”. Bom, quando ouço o PS a desafiar o Governo da mesma cor política à sua, até é bonito, mas no dia 9 de maio de 2023, quem veio dizer que se ia investir 20 milhões, para os que estavam lá e bem se recordam, foi o vosso Secretário-Geral: José Luís Carneiro. Isso explica muita coisa e mostra quanto cinismo e hipocrisia há no Partido Socialista.

Quando estavam no governo, estava tudo muito bem; agora, que não estão no governo, dizem: “Façam lá favor de exigir e fazer queixinhas a Lisboa”

Assim é que não chegamos mesmo lá!

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa, que nos é proposta pela Iniciativa Liberal, é muito pertinente, atual e já se percebeu que expressa a unanimidade das vontades e da perceção que os diversos partidos políticos aqui têm sobre este assunto. O CDS-PP também concorda, genericamente, com os termos em que esta iniciativa nos é proposta.

A segurança é, efetivamente, uma matéria muito importante. Sem segurança, não há democracia; sem democracia, instala-se a anarquia. Portanto, as forças de segurança

constituem um pilar fundamental do nosso sistema democrático e da nossa vivência em sociedade.

Uma palavra de reconhecimento e de apreço por todos os agentes que nos garantem a segurança diariamente, nas nove ilhas. Temos noção de que, muitas vezes, é com sacrifício pessoal e familiar que executam a sua missão. É esta mensagem que é preciso fazer a República perceber; para quem olha apenas para tabelas e números, estes não expressam a nossa realidade.

E, portanto, já foi aqui dito por outros intervenientes que o facto de sermos nove ilhas, significa que as coisas se multiplicam por nove e, nós sabemos que recentemente à PSP foram dadas novas atribuições, nomeadamente, no controlo de fronteiras. Isso significa que tem que se desviar agentes para os serviços nos aeroportos, para se poder cumprir...

Deputado José Pacheco (CH): Bem lembrado.

O Orador: ... essa missão. Portanto, atira-se para cima de um corpo policial mais tarefas e o reforço que vem, são apenas e só 20 agentes, que eu diria que foram completamente absorvidos por essa nova missão — não quer dizer que tenham ido executar essas funções, mas eventualmente substituir a quem tenha sido atribuída essa nova missão.

Não se pode ter um corpo policial envelhecido ou que se estão a reformar aos poucos, e esperar que os que entram tenham a obrigação de suprimir e colmatar essas saídas. Também o efetivo tem de ser reforçado em função daquelas que possam ser novas atribuições, novas missões, ou até mesmo o aumento de criminalidade.

E não é isso que temos verificado aqui nos Açores; os Açores são tratados, como já foi aqui genericamente descrito, com algum desprezo por quem é responsável na República por estas matérias. Não interessa agora dizer se é apenas por uns ou se é para todos porque já deu para perceber que é para todos, independentemente da cor partidária que possam ter, a atitude é a mesma.

Olhando para tabelas, veem que somos só 230 mil habitantes, ao mesmo tempo que se esquecem que somos nove ilhas e devem julgar que estes 230 mil habitantes correspondem a uma pequena freguesia lá em Lisboa que precisa de uma esquadra com meia dúzia de agentes, enquanto que aqui, não é bem assim.

Vamos obviamente aprovar esta iniciativa. Lamentamos que esta situação já não esteja corrigida, mas também temos que analisar esta questão de outra perspetiva. Esta semana já tivemos aqui um debate sobre a educação e a falta de professores. Devemos olhar para esse exemplo e questionar: será que, hoje em dia, ser agente da polícia é uma atividade profissional atrativa?

Deputada Olivéria Santos (CH): Nem pensar.

O Orador: Será que os jovens querem ser polícias?

Nós também temos que questionar isto, porque as informações que nos são transmitidas pelas hierarquias policiais é que os cursos policiais abrem todos os anos com centenas de vagas, mas apenas um pequeno número de vagas é que é preenchido. Significa isso que há vagas para formações, que ficam desertas porque não há ninguém interessado em seguir esta profissão. Enquanto sociedade, enquanto responsáveis políticos, temos de parar para olhar o que anda a ser feito para que, a sociedade, as famílias, os nossos filhos, os nossos netos, queiram ser professores, queiram ser polícias, queiram ser bombeiros, queiram exercer as profissões das quais nós e a sociedade necessitamos. Caso contrário, qualquer dia, estamos a importar estrangeiros para essas tarefas, porque os nacionais não as querem executar e aí, não só vai ser o caos, como vai ser a perda da soberania.

Mais do que um problema conjuntural, atual e premente — que o é —, este é também um problema da nossa sociedade como um todo. Mereceria, por isso, um debate não apenas sobre a polícia em si, mas sobre o estado da nação e sobre aquilo que cada português — já nem digo apenas açoriano, mas cada português — deseja para o país onde vive.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Vasco Costa, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à necessidade de salvaguardar a segurança pública, parece-nos que existe aqui uma unanimidade que perpassa todas as bancadas e mesmo até a do Governo, e, portanto, isso é um motivo de regozijo, ao mesmo tempo que é bom quando assim acontece porque percebemos toda a importância que esta proposta aqui nos traz.

Eu pedi a palavra para chamar a atenção apenas para duas questões que resultam até das declarações aqui prestadas pelos meus ilustres colegas Deputados. Sr. Deputado Luís Soares, relativamente à questão do reforço de uma reivindicação musculada, e justa, dos efetivos de segurança pública, eu concordo com a sua ideia, mas a questão é simples: a sua bancada, tal como a bancada do CDS-PP, vai ter que fazer um esforço hercúleo para junto dos seus colegas no continente, inverter a posição que tomaram, porque ainda neste Orçamento de Estado, na Lei n.º 37/XVII/1.ª, de 2026, o Partido Socialista — pela pena do Sr. Presidente Regional, Francisco César — apresentou uma proposta de aditamento no Artigo 112.º-A, (até aparecia de emergência) que tinha como título exatamente o reforço do efetivo da polícia de segurança pública nos Açores. Eu não vou ler o que aqui está, porque os senhores facilmente conseguem perceber que não difere muito daquilo que o Sr. Deputado Nuno Barata apresenta, sendo certo que, *não enferma da mesma maleita* que eu acho que têm lá fora, os centralistas, quando arranjam qualquer subterfúgio ou argumento com base nos rácios,...

Deputado Nuno Barata (IL): Os rácios não são verdadeiros.

O Orador: ... com base no que quer que seja para serem centralistas. Mas também os há cá dentro! Há muitos centralistas nos Açores, que é preciso combater veemente, e com isso nós não compactuamos. Os Açores são para ser tratados como nove ilhas, com diferenças que são abissais a umas das outras e enquanto nós não as percebermos, vamos estar a privilegiar umas em detrimento de outras, e não aceitamos isso.

Dizia eu que, relativamente a esta proposta que o Presidente do PS/Açores apresentou a propósito do Orçamento de Estado, teve esta curiosa votação: votos contra do Partido Social Democrata e do CDS-PP.

Portanto, a vossa tarefa vai ser mais difícil...

Apartes impercetíveis dos Deputados das bancadas do PSD e CDS-PP.

Sim, sim, se quiser eu faço juntar à Mesa. Aliás, para não estar a fazer uma interpelação daqui a bocadinho, vou fazer chegar à Mesa o resultado dessa votação.

Mas, olhe Sr. Deputado Nuno Barata, a Iniciativa Liberal absteve-se nesta matéria, tenha cuidado. Também vai ter que fazer o mesmo trabalho lá fora.

Também estava muito contente com a intervenção do Sr. Deputado José Pacheco, do CHEGA, estava a concordar e a ver que parecia uma coisa equilibrada, mas, como os brasileiros dizem relativamente ao “moleque”: se não se não faz porcaria à entrada, faz à saída.

Deputada Olivéria Santos (CH): Se fosse ao contrário, era um voto de protesto.

O Orador: Ou seja, o Sr. Deputado José Pacheco — ao referir que o atual Secretário-Geral do PS, enquanto Ministro, fez uma proposta de 20 milhões de euros — esqueceu-se de dizer que essa promessa era para ser cumprida até ao fim de 2026. Esqueceu-se de referir, de forma hábil ou talvez não, o que aconteceu pelo meio: houve o famoso parágrafo de uma Sra. Procuradora (cuja origem ideológica perceberemos um dia) que

fez cair um Governo de maioria. Foi por isso, e apenas por isso, que não foi possível cumprir o prometido. Portanto, nesta parte, também estamos tranquilos.

Da nossa parte vamos apoiar este diploma com as nuances que aqui dissemos e estamos perfeitamente à vontade, porque também já demos provas disso no continente quando foi preciso.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Lima pede a palavra para defesa da honra.

Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É que o Sr. Deputado do Partido Socialista acabou de dizer que era como o termo brasileiro, direcionado ao nosso líder do CHEGA, que “se não borrava à entrada, borrava à saída”. E, eu acho que isso não é uma terminologia adequada para usar nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para dar explicações tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não era minha intenção, de todo, ofender a honra do Sr. Deputado José Pacheco, não era essa a minha intenção.

Deputado José Pacheco (CH): O senhor fale de mim quando eu estiver presente.

O Orador: Ó Sr. Deputado José Pacheco, eu vou falar de si quando tiver que falar de si! Se você desaparecer do Plenário, nunca vou poder falar de si!

E o senhor aqui tinha acabado de fazer uma intervenção que mereceu um reparo da minha parte. Se quiser, eu repito: disse-lhe que eu estava contente com as suas declarações, porque estava a concordar com elas e a rever-me naquilo que dizia e, às tantas, lembrou-me a conversa que o brasileiro diz a propósito do “moleque”, que é: “que se não faz porcaria à entrada, faz à saída”. Foi esse reparo que eu fiz que levantou a questão que o seu colega de bancada se incomodou.

E, portanto, eu não quero ofendê-lo com isso, se isso o ofende, eu penitencio-me e peço-lhe desculpa, mas, devo-lhe dizer que o que me levou a dizer isso foi quando o senhor referiu os 20 milhões de euros que tinham sido prometidos para serem executados até 2026, esqueceu-se de dizer a outra parte: pelo meio caiu um governo.

Como é que podia executar uma coisa até 2026 se o governo caiu?

Era este o esclarecimento que queria dar.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça.

(*) **Deputado João Mendonça** (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Sra. e Srs. Membros do Governo:

A segurança pública nos Açores depende de um fator estrutural que só existe nas Regiões Autónomas: a necessidade de garantir resposta policial em várias ilhas separadas entre si.

Isto significa que cada ilha precisa de meios próprios e permanentes. É este ponto que diferencia a Região e que deve orientar qualquer análise sobre os efetivos das forças de segurança. A questão central não é apenas quantos agentes existem, mas como a sua distribuição condiciona a capacidade de resposta. Quando o território é dividido, a ausência de meios numa ilha tem impacto direto na sua população, independentemente da situação nas restantes.

Os dados disponíveis mostram que a PSP tem presença significativa na Região, mas também que o conjunto das forças policiais é menor do que seria esperado num território com estas características. A criminalidade concentra-se sobretudo nas áreas urbanas, mas o maior risco surge nos locais onde a distância e a escassez de equipas tornam qualquer ocorrência mais difícil de acompanhar.

O Projeto de Resolução que agora analisamos, assinala a existência de agentes que podem ser colocados na Região. A sua integração permitiria reforçar equipas, estabilizar turnos e reduzir a pressão operacional existente. A segurança das comunidades exige que as forças policiais tenham efetivos suficientes para assegurar, em cada ilha, as tarefas essenciais de atendimento, deslocação e presença regular no terreno.

Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Soares, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não era para intervir mais neste debate, mas o Sr. Deputado João Vasco Costa convocou-me a entrar em campo outra vez, utilizando aqui a terminologia futebolística, já que foi já invocada neste Plenário, pelo Sr. Deputado José Pacheco.

Na minha intervenção, disse que quem governou mais tempo tem mais responsabilidades nessa matéria. Parece-me que isso é uma verdade *La Palice* que não pode ser posta em causa. Portanto, também não será descabido dizer que quem governou mais tempo podia ter feito melhor, mas que, afinal, cometeu mais erros. Eu recordo o antigo Presidente do Governo Regional, que disse à Sra. Ministra, à saída do

Palácio, que já era chato, maçador, estarmos sempre a falar da mesma coisa e estávamos a falar exatamente do reforço de pessoal efetivo da PSP nos Açores.

A Sra. Ministra da Administração Interna — que tem nome: Dra. Constança Urbano de Sousa — prometeu, desde logo, 50 elementos para a Região Autónoma dos Açores. Sabe quantos chegaram, Sr. Deputado? 25. Na altura, tive a oportunidade de dizer que não sabia se era metade da mentira ou metade da verdade; a gente fica sem saber.

Ou seja, nenhum dos governos de direita, de esquerda, tem cumprido nessa matéria com os Açorianos e com a Região Autónoma dos Açores.

A Sra. Ministra Margarida Blasco prometeu 65 — houve até na altura uma confusão entre 70, 75 ou 60 — o que está no despacho da Direção Nacional são 65. Portanto, acredito que ela tenha dito ao Superintendente Chefe Carrilho que eram 65 e ele emitiu o despacho dos 65. Só que o despacho foi feito antes da abertura da escola. Um grande erro. É que a escola estava para 1200, e nem chegaram a 600. Daí estar aqui com um problema para resolver, porque esta profissão, infelizmente, perdeu a atratividade. Ninguém quer vir para a polícia, ninguém quer estar com uma vida profissional constantemente escrutinada, com uma câmara de filmar que alguém tenha na mão...

Deputado Nuno Barata (IL): É como aqui.

O Orador: ... para estar sujeito a contas com a justiça, não por levar os prevaricadores à justiça, mas porque é ele acusado de ser o prevaricador. Isto enquanto recebe pouco mais do que o ordenado mínimo nacional, ficando, ainda por cima, deslocado e desenraizado do seu ambiente familiar e da sua área de residência.

Portanto, os jovens não estão interessados, quando têm outra opção, vão-se embora. É verdade, até ao final do ano (que está a acabar), não vão chegar os 65 — chegaram 20...

Deputado João Vasco Costa (PS): Então são dois terços de mentira.

O Orador: ... Estes 20 vieram para mais duas esquadras, porque nós nos Açores tínhamos 14 núcleos e 35 esquadras; agora temos 37, sabe porquê Sr. Deputado?

Porque abriram mais duas esquadras, porque um Sr. Ministro lembrou-se de extinguir um serviço fundamental que era o serviço estrangeiro e fronteiras.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade.

O Orador: Estes senhores foram todos integrados na PJ, na AIMA (Agência para a Integração Migrações e Asilo) e a polícia de segurança pública vai assegurar mais este serviço, está a perceber?

Os rácios que o Sr. Secretário Paulo Estevão fala, estão completamente inquinados, sabe porquê? Porque nós temos uma DSA que é uma Divisão de Segurança Aeroportuária, com três ESA, que são Esquadras de Segurança Aeroportuária, em que esses elementos contam no rácio regional, mas não deviam contar. Estes elementos deviam contar para um rácio passageiro/polícia, não era polícia/cidadão. Esses elementos não estão efetivamente ao serviço da segurança dos Açorianos.

Nós tivemos excelentes Ministros da Administração Interna, desde logo Rui Pereira, do PS, foi um excelente Ministro da Administração Interna; Miguel Macedo, que já não está entre nós, se quisermos voltar mais atrás Jaime Gama e depois tivemos do piorio: Sr. Eduardo Cabrita, trouxe-nos para um buraco que está difícil de sair.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra nesta fase do debate, onde em primeiro lugar eu penso que não vale a pena nós estarmos aqui muito mais tempo a empurrar culpas de um lado para o outro,

porque na verdade, se formos bem atrás, até ao tempo do saudoso — para mim nada, mas para alguns, ainda saudoso — Aníbal Cavaco Silva...

Deputado José Pacheco (CH): Cruzes credo.

O Orador: ... ainda vamos descobrir que as culpas estão em Dias Loureiro (Maria Cecília o teu primo ladrão chegou a Ministro).

Mas, pegando nas palavras do Sr. Deputado Luís Soares, eu acho que o grande problema que temos neste momento com a PSP e com o número de efetivos da PSP insuficiente em todo o país, é precisamente a falta de atratividade da profissão.

Mas eu pergunto aos portugueses e aos açorianos: afinal, o que é que é atrativo neste país? Este País foi enterrado, ao longo dos últimos 30 anos, de uma forma que muito dificilmente um jovem hoje, tem vontade de aqui ficar. E essa responsabilidade também é nossa; nós também temos a responsabilidade de mudar o rumo deste País e desta Região, para trazer atratividade às diversas profissões. Já ninguém quer, sequer, ser Deputado. Só quem elabora listas é que percebe que já ninguém tem essa vontade; ganhamos hoje o mesmo que ganhávamos há 20 anos. Qualquer dia, um Técnico Superior da Administração Pública já nos possa à frente em topo de carreira, um professor em topo de carreira, qualquer pessoa nos passa à frente em topo de carreira. Portanto, esse problema de atratividade, que não é só da PSP, mas que é principalmente naquelas profissões que são mais expostas, mais sufragadas e mais escrutinadas, como é o nosso caso, o das forças de segurança, dos juizes, dos procuradores, e mais alguns.

Deputado José Pacheco (CH): Em dia de greve, está a pedir um aumento.

O Orador: Mas, eu queria aqui reforçar — e pegando nas palavras do Sr. Secretário Regional — uma questão que me parece fundamental: é que, na verdade, na Região Autónoma dos Açores e na Madeira o que nós temos é 4 % dos efetivos, a cumprir 30 % do território.

Se a República estiver disposta a reforçar o efetivo da GNR em 6 % ou 7 %, o assunto fica resolvido: retira-se o trânsito e o meio rural das competências da PSP e reforça-se

o número de efetivos da GNR. O problema estaria resolvido, se a PSP o deseja ou não, essa é outra questão.

O que temos vindo a registar nos últimos anos — e o Sr. Deputado José Pacheco já o lembrou, tal como eu relembro a quem estava na Comissão — é o Comando Regional dos Açores da PSP a afirmar permanentemente que o seu número de efetivos é adequado à missão. Isso não é verdade, porque não é o que sentimos na rua.

E permita-me, Sr. Deputado Luís Soares, discordar também de si: uma esquadra aberta em Ponta Delgada ou no centro de Angra com apenas dois agentes lá dentro é muito mais grave do que uma esquadra fechada em Santa Cruz da Graciosa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ai, não é não! O senhor é o maior centralista que está aqui!

O Orador: Não tenha dúvidas nenhuma! Porque a esquadra aberta em Ponta Delgada, com o cinco ou seis agentes lá dentro, não serve para absolutamente nada. É igual a Santa Cruz da Graciosa!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por si, não havia ilhas. Quando o senhor tiver a esquadra fechada, vai perceber.

O Orador: Não! Os senhores hão de perceber uma coisa! Os senhores ficam todos irritados quando eu falo em nome de São Miguel, mas os senhores hão de viver para o centro de Ponta Delgada para sentir o que é insegurança. Há de perceber aí, Sr. Deputado. E, eu dei o exemplo de Santa Cruz da Graciosa, mas podia ter dado de Santa Cruz das Flores ou das Lajes das Flores. Dei de propósito o de Santa Cruz da Graciosa, porque eu já sabia que o senhor vinha com essa! É que os senhores não conseguem perceber onde é que existe o problema. Toca-lhes na “borbulha”, mas o problema existe é no centro de Ponta Delgada, no centro de Angra do Heroísmo e isto é grave, muito grave, muitíssimo grave!

os senhores acham que o crime é uma coisa que não existe, a indigência não existe, a pobreza não existe na maior ilha, na ilha que tem mais população e é precisamente a ilha que tem mais problemas.

E eu não ia por aí, mas ainda bem que o senhor lembrou disso, porque esse projeto de resolução é feito para os Açores, mas traz na minha cabeça a ilha de São Miguel e a cidade de Ponta Delgada, que é onde, neste momento, as pessoas não conseguem viver em segurança!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Soares.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs....

Apartes entre os Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Nuno Barata (IL).

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Luís Soares use da palavra.

Faz favor, Sr. Deputado Luís Soares.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, eu vou-lhe dar uma visão profissional da questão, se não quiser ouvir fica sem saber. Muitas vezes, a gente vive na ignorância porque não queremos aprender, mas eu estou aqui para lhe explicar o alcance daquilo que lhe disse. Nós numa esquadra, em Lisboa ou em Ponta Delgada, quando estão de serviço dois elementos, se ocorrer um fenómeno criminal que seja preciso alocar mais agentes...

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Não pode!

O Orador: ... chama-se a esquadra da Ribeira Grande, chama-se a esquadra da Lagoa, chama-se a esquadra das Capelas...

Deputado Gualberto Rita (PS): O senhor está aqui como polícia ou como deputado?

Protestos dos Deputados da bancada do PS.

O Orador: Então, o Sr. Deputado Gualberto Rita não vai falar mais de pescas nesta Casa, presumo eu. Nunca mais fala de pescas.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Quem o mandou calar em relação às pescas foram os senhores, não foi ele.

O Orador: Eu não mandei calar ninguém.

Protestos dos Deputados da bancada do PS.

Ó Sr. Deputado, felizmente há quem tenha profissões e consiga falar nesta Casa das profissões que tem. Outros, ou não as têm, ou não querem falar delas.

Sr. Deputado Nuno Barata, um dispositivo policial reúne-se se houver esquadras próximas. Os senhores sabem onde é que ocorreu o pior, o mais complexo incidente tático-policial na Região Autónoma dos Açores? Na ilha de Santa Maria.

Deputado Carlos Rodrigues (PSD): Exatamente.

O Orador: Sabe quantas horas se levou para colocar um dispositivo em Santa Maria, capaz de fazer face à situação que lá ocorria? 2 horas, e é porque havia um avião da Força Aérea disponível para pôr agentes lá dentro e seguir para Santa Maria.

Pois é, Sr. Deputado, mas se houvesse mau tempo ou outras condições que não permitissem lá pôr o dispositivo, tinha que ter lá um dispositivo capaz de fazer face à ocorrência que lá aconteceu, está a perceber?

Em Ponta Delgada, se acontecer alguma coisa, vai-se buscar à Lagoa, à Ribeira grande,...

Deputado Nuno Barata (IL): É preciso que lá esteja.

O Orador: ... às Capelas, é só ligar e eles vêm. Na Graciosa eles contam com os que lá estão, eles não têm mais ninguém para pedir socorro!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Ó Sr. Deputado, sabe o que é que os Açorianos têm que dizer aos polícias desta Região? Nunca tantos deveram tanto a tão poucos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Essas intervenções emocionais dos Srs. Deputados, estão mal concebidas. Até parece que eu critiquei o trabalho dos polícias na Região Autónoma do Açores. Bem pelo contrário!

Esta minha iniciativa, Sr. Deputado Luís Soares, é a prova inequívoca da minha preocupação com os polícias, por isso é que eu quero mais, para se ajudarem uns aos outros. Porque eu sei qual é a exaustão que tem um polícia, neste momento, na Região Autónoma dos Açores. Não é só pelo facto do senhor ter sido polícia, e ser agora Deputado que sabe mais um bocadinho. Eu vou ao terreno.

O senhor sabe uma coisa? Vou-lhe dar só um pequeno exemplo, Sr. Deputado Luís Soares: nesta Casa, quase que é proibido falar de São Miguel ou de Ponta Delgada.

Deputado José Pacheco (CH): É mesmo.

O Orador: Até fui acusado de centralista,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E é! Provou no debate da SATA na terça-feira.

O Orador: Este registo ficará nos Diários das Sessões: “E é!”

Não sou nada, Sr. Deputado Bruto da Costa. O Sr. Deputado, está muito enganado. O senhor sabe uma coisa? É que eu, ao contrário dos senhores — que vão a São Miguel para as Comissões, ficam instalados num hotel, circulam de automóvel entre o hotel e a delegação da Assembleia — eu vivo todos os dias no centro da cidade de Ponta Delgada.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, Sr. Deputado Paulo Chaves, e todos os Srs. Deputados que vivem na sua casa e que vão a São Miguel: a minha casa é a 50 metros da delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Repito: a minha casa fica a 50 metros da Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Eu não preciso de andar 5 metros para me confrontar com insegurança, com indigência e com crime organizado no meio da rua — não preciso de andar 5 metros!

Sr. Deputado João Bruto da Costa, vou-lhe só dar esse exemplo: a minha filha mais velha é assistente de bordo da SATA. Quando vivia na minha casa saía — como sai agora — normalmente das três às quatro da manhã. Não raras vezes, o meu telefone tocava na mesa de cabeceira para eu ir à rua, para ela poder passar para a carrinha da SATA que estava à porta, para a levar para o aeroporto. Isto é no centro de Ponta Delgada, Sr. Deputado Bruto da Costa. E é isto que preocupa os ponta-delgadenses...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por isso pode fechar as esquadras nas outras ilhas.

O Orador: ... e isto preocupa muitos outros cidadãos desta Região, mas preocupa principalmente quem vive no centro da maior cidade dos Açores. Se nos escondermos, se tivermos vergonha ou medo dessas acusações de centralismo e não defendermos estas populações, estaremos a abandonar uma larga maioria dos açorianos e dos micalenses. São cidadãos que estão a ser altamente condicionados na sua vida e na sua liberdade por questões de insegurança no seu dia a dia.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, quero-lhe dizer com toda a frontalidade uma coisa: o senhor vir aqui dizer que é mais importante ter um polícia a mais em Ponta Delgada ou em qualquer cidade açoriana e manter esquadras fechadas em Santa Cruz na Graciosa, Santa Cruz das Flores ou noutra ilha periférica daquela que o senhor vive, é gravíssimo e faz de si o maior centralista que está sentado nesta Assembleia.

Deputado Nuno Barata (IL): Eu não disse nada disso.

O Orador: E isso é grave porque o senhor, por si, podia fechar as ilhas todas, desde que, à porta de sua casa, tenha as condições que o senhor entende serem necessárias.

Saiba, Sr. Deputado, que quando vamos a Ponta Delgada e quando vamos a São Miguel às Comissões, é para trabalhar, coisa que, infelizmente, o senhor não pode dizer. Sabe porquê? Ainda há bocado, o Sr. Deputado João Vasco Costa deu um exemplo de uma proposta do Orçamento de Estado sobre esta matéria, que esteve a ser debatida na Comissão de Economia em que todos os partidos desta Casa votaram a favor. Uma proposta do Partido Socialista da qual todos os partidos aqui representados, aprovaram por unanimidade. O senhor nem sequer apareceu na Comissão! Isso é que o devia envergonhar: o facto de o senhor estar em Ponta Delgada, a cinco metros da Delegação da Assembleia, e não ir às Comissões ou fazê-las por videoconferência.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pedia ao Sr. Presidente que informasse a Câmara se houve alguma reunião de uma Comissão em que eu faltasse sem justificação. Além disso, se eu sou obrigado a fazer as reuniões das Comissões todas presencialmente ou se as posso fazer por meios temáticos.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado, eu não sei se o senhor faltou a alguma reunião sem ter justificação, agora que pode fazer todas por meios telemáticos, pode e deve.

Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 17 horas e 45 minutos.

Eram 17 horas e 14 minutos.

Eram 17 horas e 48 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares.

Vamos continuar o debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Pedro Neves, a quem dou a palavra.

Faça favor, Sr. Deputado

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

O PAN associa-se a esta iniciativa da Iniciativa Liberal que, apesar de ter toda a razão, também é pertinente.

Ao que o Sr. Deputado Nuno Barata disse, também tenho que lhe dar razão, por um lado e por outro, admitir, e acho que todos os Deputados e Deputadas desta Casa admitem que, é usual a irreverência do Sr. Deputado para, numa altura tem razão, depois começa no seu exagero habitual.

Por isso dou razão, relativamente ao crime violento que existe em Ponta Delgada e não só. A ilha de São Miguel tem zonas mais problemáticas, nomeadamente: em Ponta Delgada, Ribeira Grande e Lagoa, e, nos Açores, os piores crimes violentos ocorrem, por esta ordem: Ponta Delgada, Ribeira Grande e Angra do Heroísmo.

Mas — e onde não concordo — é que não podemos tirar de um lado, para meter no outro...

Deputado Nuno Barata (IL): Não estou a dizendo para tirar de um lado e meter no outro!

O Orador: Mais ou menos, não sei se concordo — ou pelo menos é essa a interpretação que poderemos ter quando houve aquela comparação das esquadras. Mas estamos habituados que a República não cumpra com as promessas ou então, como a Sra. Ministra cumpriu, mas com apenas 10 % dessa promessa.

Mas uma coisa é verdade — e ninguém me pode acusar de centralismo, pois nunca o fiz: não podemos descurar os dados. Apesar de os crimes ditos violentos terem reduzido em 2024 (não sei como), na última década, o aumento foi exponencial na Região Autónoma dos Açores. Falo, nomeadamente, da realidade que conheço e vivo em São Miguel. Não entendo essa redução estatística nas participações às autoridades porque a perceção da população — e a minha própria — é de que existe um medo generalizado nas zonas urbanas. Tenho a certeza de que a redução dos efetivos das forças de segurança está a agravar o cenário; sem prevenção, não haverá redução real do crime violento, seja ele nas nossas ruas ou na esfera doméstica.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, faça favor tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Considero que esta discussão sobre esta matéria, foi bastante enriquecedora e quero só chamar a atenção para este número: a polícia de segurança pública tem, no conjunto do

território nacional, responsabilidades sobre 8 % do território nacional, 5 % no território continental do País, mais os Açores e a Madeira, onde tem a totalidade da responsabilidade sobre os meios urbanos e rurais, ao contrário do que acontece com o modelo vigente no território continental.

Isto significa que os Açores, na totalidade do território da responsabilidade da PSP, representam 30 % deste território.

É evidente que é preciso ter em conta também a questão demográfica, mas é preciso ter em conta as questões da insularidade, da dispersão territorial e o que significa montar e manter um sistema num território muito mais extenso. Porque estes 5 % do efetivo nacional da PSP que estão nos Açores são responsáveis por 30 % do território total sob jurisdição desta polícia na Região. Em contraste, os restantes 95 % do dispositivo nacional da PSP ocupam-se dos restantes 70 % do território continental. Ou seja, nos Açores, temos uma concentração de território por agente muito superior à média nacional, o que prova a pressão extrema a que este dispositivo está sujeito.

Portanto, há aqui uma responsabilidade imensa,, do ponto de vista territorial para um dispositivo da PSP muito pouco significativo.

E, portanto, deixo esta reflexão aqui para os Órgãos do Governo Próprio da Região Autónoma dos Açores, o Governo e o Parlamento dos Açores, para começar-se a refletir e a tomar iniciativas no sentido de perceber se — dadas as circunstâncias e a incapacidade do dispositivo montado — não se deve adotar também nas regiões autónomas, nomeadamente na Região Autónoma dos Açores, uma partilha de responsabilidade. Assim como acontece no território continental, em que a PSP tem responsabilidades, sobretudo nos grandes centros urbanos, em que os tais 5 % do território e a GNR, tem responsabilidade no conjunto dos territórios rurais. Ou seja, em que 40 % tem responsabilidade pelas cidades, 98 % das vilas e na totalidade das aldeias. E, portanto, é começar a pensar se, nos Açores, é necessário alterar o modelo. No sentido de existir uma partilha de responsabilidades efetiva entre a PSP e a GNR com

o mesmo modelo de partilha de responsabilidades que prevalece no território continental.

Talvez assim seja possível dar resposta ao conjunto de problemas que temos vindo a enfrentar e que não se tem vindo a alterar ao longo de todos estes anos com diferentes governos, que têm responsabilidade no território da República, mas que não alteram esta situação.

Portanto, faço o apelo para que se pense se este modelo continua a ser o adequado. E, se não for, que se tomem medidas para o alterar, no sentido de as responsabilidades e o dispositivo serem idênticos àqueles que prevalecem no território continental.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais alguma intervenção para este diploma.

Creio não existir. Vamos passar à votação.

Está à votação o Projeto de Resolução n.º 55/XIII – “Pronúncia, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o reforço do efetivo da polícia de segurança pública na Região Autónoma dos Açores”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução n.º 55/XIII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Avançamos para o ponto 7 da nossa agenda, **Petição n.º 15/XIII – “Contra o regresso da sorte de varas aos Açores”**, tendo como primeira subscritora Jéssica Costa Pacheco, da Associação Vegana dos Açores.

Vamos começar pela apresentação do relatório. Esta petição foi apreciada pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Para a apresentação do relatório tem a palavra a Sra. Deputada Ana Jorge.

Deputada Ana Jorge (PSD): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A 3 de fevereiro de 2025 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a presente petição à qual foi atribuída o n.º 15/XIII, intitulada “Contra o regresso da sorte de varas aos Açores”, subscrita por 1947 cidadãos, dos quais 1934 com correta identificação, cujo primeiro signatário é a Sra. Jéssica Costa Pacheco.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, a mesma foi remetida à Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para análise, relato e emissão de parecer, por se tratar de matéria da competência desta: bem-estar animal.

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais fixados na lei na sua redação atual e com o art.º 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, procedeu à apreciação da sua admissibilidade nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 190.º do Regimento e deliberou admiti-la por unanimidade em reunião ocorrida a 19 de fevereiro de 2025, tendo tal decisão sido comunicada formalmente ao primeiro subscritor.

Na reunião da Comissão, ocorrida a 19 de fevereiro de 2025, esta deliberou ouvir presencialmente e com recursos a meios telemáticos o primeiro subscritor, os Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, os Forcados Amadores do Ramo Grande, a Tertúlia Tauromáquica Terceirense, a Tertúlia Tauromáquica Jorgense, Praiense, as associações de ganadarias, Associação de Criadores e Ganadeiros e Associação Regional de Criadores de Touros – Tourada à Corda, a PróToiro - Federação Portuguesa de Tauromaquia, os Amigos dos Açores - Associação Ecológica, o Movimento Cívico Abolicionista da Tauromaquia nos Açores, a Associação Portuguesa do Património Tauromáquico, o Conselho Regional dos Açores dos Médicos Veterinários, o Conselho Regional dos Açores da Ordem dos Médicos Veterinários, a Provedora Regional do Animal e o Membro do Governo Regional com competência na matéria.

Deliberou igualmente solicitar pareceres escritos à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, à Câmara Municipal da Praia da Vitória, das Velas, da Calheta, de Santa Cruz da Graciosa, ao Conselho de Ilha de São Jorge, ao Conselho de Ilha da Graciosa, da Terceira e à Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.

De referir que a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e a Câmara Municipal da Praia da Vitória, o Conselho de Ilha de São Jorge e o Conselho de Ilha da Graciosa emitiram parecer, os quais se encontram anexos ao presente relatório e que dele fazem parte integrante.

Considerando as pretensões dos petionários e na sequência das diligências realizadas no âmbito desta petição, a Comissão de Assuntos Parlamentares aprovou por unanimidade as seguintes conclusões: a petição foi devidamente subscrita, no mínimo, por 300 cidadãos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia.

A presente petição, junto a esta Assembleia, refere que: a 24 de janeiro de 2025 foi avançado no Fórum Mundial da Cultura Taurina a possibilidade de regressar a Sorte de Varas na Região, os petionários consideram que voltar a legalizar este tipo de violência é um enorme retrocesso civilizacional, ainda mais quando se tenta passar uma imagem dos Açores como destino de natureza e de bem-estar animal. Neste sentido, solicitam que esta matéria não tenha o parecer positivo dos vários partidos que compõem a Assembleia Legislativa Regional dos Açores e que não se volte a legalizar um ato deste tipo.

A primeira petionária, Sra. Jéssica Pacheco, referiu forte mobilização social, com mais de duas mil assinaturas em apenas uma semana, entendendo que as declarações do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação apontavam para a possível reintrodução da Sorte de Varas, considerou a prática violenta e contrária ao bem-estar animal, recordando pareceres anteriores e episódios legislativos de 2002 a 2009, defendeu uma ação preventiva para impedir o regresso desta prática aos Açores.

O representante dos Forcados amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, Sr. João Pedro Ávila, afirmou que a Sorte de Varas não interfere com a atuação dos forcados, mas valorizaria a avaliação da bravura dos touros e aumentaria a qualidade e o interesse do espetáculo.

O Sr. Arquiteto José Parreira, em nome das tertúlias tauromáquicas da Terceirense e Praiense, referiu que não existe iniciativa legislativa sobre a matéria, mas destacou a relevância histórica da Sorte de Varas em Portugal até 2002, considerando-a parte essencial da corrida completa com impacto artístico e de atração de público, indicou não existir intenção no presente de introduzir a prática na Região.

O Vice-Presidente da PróToiro, Sr. Professor Luís Capucha, afirmou que a petição assenta em pressupostos errados, defendendo a Sorte de Varas como prova técnica de bravura essencial à seleção da raça, considerou que a prática valoriza o espetáculo e a economia taurina, lamentando os efeitos da proibição de 2002 e rejeitando a qualificação da tauromaquia como bárbara. o Presidente da Associação Portuguesa do Património Tauromáquico, Dr. Hélder Malheiro, classificou a petição como “um não assunto”, sublinhando a tradição lusitana e açoriana da prática até 2002, destacou o papel da Sorte de Varas na avaliação do touro e na qualidade da lide, apontando exemplos internacionais e defendendo liberdade de escolha para o público.

O Presidente da Associação Amigos dos Açores, Dr. Diogo Caetano, afirmou que a Sorte de Varas não é tradição regional e agrava o sofrimento animal por mero entretenimento, considerou que a prática prejudicaria a imagem de sustentabilidade dos Açores e rejeitou apoios públicos à tauromaquia, distinguindo a atividade taurina do valor ecológico do gado do bravo.

A Provedora Regional do Animal, Dra. Dagmar Sampaio, afirmou que a Sorte de Varas provoca ferimentos graves e condições adversas ao bem-estar animal, recordando que está proibida pela legislação portuguesa, destacou a tendência internacional de redução destas práticas e apelou à adaptação das tradições a uma nova realidade civilizacional.

O representante dos Forcados Amadores do Ramo Grande, Sr. Manuel Pires, afirmou que a Sorte de Varas não impacta diretamente na atuação dos forcados, mas pode influenciar a seleção dos touros, considerou a prática complementar da tauromaquia, potenciando o interesse turístico e a projeção futura da festa.

O representante do Conselho Regional dos Açores da Ordem dos Médicos Veterinários, Dr. Francisco Brandão, apresentou análise clínica indicando que a Sorte de Varas causa lesões profundas, dor intensa e alterações fisiológicas significativas nos touros, concluiu existir evidência científica de sofrimento elevado.

O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação afirmou não existir qualquer iniciativa legislativa sobre a Sorte de Varas, destacou o reconhecimento da raça brava da Terceira como autóctone, com um impacto comunitário e económico,...

Deputado Pedro Neves (PAN): Teve um espasmo

A Oradora: ... e referiu apoios no âmbito do PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum) e regulamentação recente para reforço da segurança e bem-estar das ganadarias.

Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com competência na matéria.

O Presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Muito obrigada.

Relatório entregue na Mesa.

RELATÓRIO E PARECER

Petição n.º 15/XIII/1.ª

Contra o Regresso de “Sorte de Varas” aos Açores

INTRODUÇÃO

A 3 de fevereiro de 2025, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a presente petição, à qual foi atribuído o n.º 15/XIII, intitulada “Contra o regresso

de "Sorte de Varas" aos Açores", subscrita por 1947 cidadãos, dos quais 1934 com correta identificação, cujo primeiro signatário é a senhora Jéssica Costa Pacheco.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, a mesma foi remetida à Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para análise, relato e emissão de parecer, por se tratar de matéria da competência desta.

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 18 de março de 2025, presencialmente e com recurso a meios telemáticos, para audição do primeiro subscritor e apreciação da Petição n.º 15/XIII - Contra o regresso de "Sorte de Varas" aos Açores.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do anexo da Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, que aprovou a terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua atual redação.

A apreciação da Petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Considerando que a matéria da presente Petição incide sobre bem-estar animal, constata-se que a competência para emitir parecer é da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, nos termos do artigo 2.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes.

CAPÍTULO II

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais fixados na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual, e com o artigo 189.º do

Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável procedeu à apreciação da sua admissibilidade nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do Regimento, e deliberou admiti-la, por unanimidade em reunião ocorrida a 19 de fevereiro de 2025, tendo tal decisão sido comunicada formalmente ao primeiro subscritor.

De referir que apesar da Petição apresentar 1947 subscritores, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua atual redação, apenas 1934 possuem correta identificação.

CAPÍTULO III

OBJETO DA PETIÇÃO

Os peticionários vêm, através deste instrumento de participação cívica, solicitar que “a matéria não tenha o parecer positivo dos vários partidos que compõem a Assembleia Legislativa Regional dos Açores e que não se volte a legalizar um ato bárbaro deste tipo.”

Neste contexto, os Peticionários, no documento entregue, justificam que “No dia 24 de janeiro de 2025, foi avançado no Fórum Mundial da Cultura Taurina a possibilidade de se regressar à “sorte de varas”, também conhecidas como “corridas picadas” na Região.

A “Sorte de Varas”, consiste em picar o touro de forma bastante violenta, causando graves lacerações e danos musculares e neurológicos, assim como tem consequências nos cavalos que acabam por sofrer danos físicos, como cornadas que podem causar eviscerações e outros danos graves, colocando em causa a sua vida.

Ora, isto é uma forma de crueldade e tortura que não se coaduna com as declarações do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação dos Açores, António Ventura, que afirma que a tourada é a melhor escola de cidadania que conhece.

Voltar a legalizar este tipo de violência é um enorme retrocesso civilizacional, ainda mais quando se tenta passar uma imagem dos Açores como destino de natureza e de bem-estar animal.

Para além disso, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação dos Açores desafiou a Comissão que organiza o 4.º Fórum Mundial da Cultura Taurina a “sondar e avaliar a possibilidade de este assunto voltar ao parlamento regional”, uma vez que vê vantagens na atual “arquitetura política parlamentar”.

Recorde-se que esta matéria foi aprovada no Parlamento açoriano em 2002, mas enviada para o Tribunal Constitucional, que a rejeitou. Em 2009, a proposta voltou a ser votada no parlamento dos Açores, tendo sido rejeitada com 26 votos a favor, 28 contra e duas abstenções.

Perante tudo isto e porque devemos caminhar para garantir avanços civilizacionais que tenham em conta o real bem-estar animal, os peticionários solicitam que esta matéria não tenha o parecer positivo dos vários partidos que compõem a Assembleia Legislativa Regional dos Açores e que não se volte a legalizar um ato bárbaro deste tipo.”

CAPÍTULO IV

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Na reunião da Comissão, ocorrida a 19 de fevereiro de 2025, esta deliberou ouvir, presencialmente e com recursos a meios telemáticos, o primeiro subscritor da Petição, os Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, os Forcados Amadores do Ramo Grande, os Forcados Amadores do Ramo Grande, a Tertúlia Tauromáquica Terceirense, a Tertúlia Tauromáquica Jorgense, a Tertúlia Tauromáquica Praiense, as Associação de Ganadarias (Associação de Criadores e Ganadeiros e Associação Regional de Criadores de Toiros Tourada à Corda), a ProToiro - Federação Portuguesa de Tauromaquia, os Amigos dos Açores - Associação Ecológica, o Movimento Cívico Abolicionista da Tauromaquia nos Açores (MCATA), a Associação Portuguesa do Património Tauromáquico, o Conselho Regional dos Açores dos Médicos Veterinários, o Conselho Regional dos Açores da Ordem dos Médicos Veterinários, a Provedora Regional do Animal e o membro do Governo Regional com competência na matéria.

Deliberou, igualmente, solicitar pareceres escritos à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, à Câmara Municipal da Praia da Vitória, à Câmara Municipal de Velas, à Câmara Municipal da Calheta

Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, à Conselho de Ilha de São Jorge, à Conselho de Ilha da Graciosa, à Conselho de Ilha da Terceira e à Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.

De referir que, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, a Câmara Municipal da Praia da Vitória, o Conselho de Ilha de São Jorge e o Conselho de Ilha da Graciosa emitiram

parecer, os quais se encontram anexos ao presente relatório e que dele fazem parte integrante.

Da Audição da 1.ª peticionária, a Senhora Jéssica Pacheco, ocorrida a 18 de março de 2025 disponível em [Parlamento online - Audição da 1ª Peticionária, Senhora Jéssica Pacheco, no âmbito da Petição n.º 15/XIII – “Contra o regresso da Sorte de Varas aos Açores”](#)

No uso da palavra, a Sra. Jéssica Pacheco, primeira peticionária, enalteceu a oportunidade de apresentar esta petição e, acima de tudo, gerar um debate que considerou essencial nesta matéria.

Destacou que a petição conta com mais de 2 mil assinaturas, recolhidas no prazo de uma semana, o que demonstra a mobilização social resultante da iniciativa.

Explicou que essa mobilização se deveu, conforme exposto na petição, às afirmações do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, António Ventura, no último Fórum Mundial da Cultura Taurina. Sublinhou que, embora este seja um espaço já conhecido por tais declarações, causou especial alarme o facto de um governante titular desta pasta manifestar disponibilidade para que a organização sondasse os partidos políticos sobre o eventual regresso da Sorte de Varas aos Açores.

Segundo a peticionária, tal posição soou como um alerta para todas as associações de defesa do bem-estar animal e para a sociedade em geral. Acrescentou que o objetivo da iniciativa foi precisamente abrir o debate, ao contrário do que defendeu, em artigo de opinião no Diário Insular, o Sr. Deputado Luís Soares, segundo o qual o tema deveria ser discutido à porta fechada e apenas entre aficionados.

A Sra. Jéssica Pacheco esclareceu ainda que a Sorte de Varas consiste num ato em que o touro é picado de forma violenta, causando danos graves de natureza muscular e neurológica. Observou que esta caracterização não é da sua autoria, mas sim da Provedora Regional do Animal, que já se pronunciou publicamente, classificando a prática como maus-tratos a animais e um retrocesso civilizacional.

Sublinhou que, mais do que opiniões individuais de Deputados, importa valorizar as posições de entidades independentes e credíveis. Em representação das cerca de 2 mil pessoas subscritoras e da Associação Vegana dos Açores, afirmou considerar a Sorte de

Varas um ato bárbaro, incompatível com a imagem de um arquipélago sustentável e amigo dos animais.

Acrescentou que, além da referência à possibilidade do regresso da prática, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação terá mencionado aspetos relacionados com a arquitetura parlamentar, o que, para os peticionários, configura uma forma de contornar a legislação. Sublinhou que nenhum programa político dos partidos que integram o Governo aborda esta questão, nem esta consta do programa do próprio Governo, o que considera estranho.

A título histórico, recordou que a matéria foi aprovada pelo Parlamento dos Açores em 2002, mas travada pelo Tribunal Constitucional, após suscitação do Ministro da República. O acórdão declarou a inconstitucionalidade da proposta por três motivos:

- não evidenciava interesse específico regional;
- incidia em matéria de competência legislativa dos órgãos de soberania;
- violava princípios fundamentais de uma lei geral da República.

O Tribunal acrescentou ainda que, sem prejuízo da relevância das Festas Sanjoaninas na cultura angrense e terceirense, as corridas de touros picados não assumem papel central nem identitário das festividades.

Em 2009, foi reapresentada nova proposta, que não foi aprovada. Para a peticionária, esta continua a ser uma matéria fora do domínio regional, cabendo à Assembleia da República. Considera que o desafio lançado pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação foi uma tentativa de contornar essa limitação, pelo que importa respeitar as competências e domínios próprios.

Concluiu que seria incoerente, por um lado, defender o bem-estar animal e certificar boas práticas nesta área e, por outro, admitir o regresso da Sorte de Varas, que causa danos evidentes aos animais.

Afirmou, por fim, que o objetivo da petição foi atuar preventivamente, antes de qualquer iniciativa legislativa, travando desde a origem a possibilidade de se ponderar tal regresso.

Da Audição dos Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, ocorrida a 29 de maio de 2025 disponível em Parlamento online - Audição dos Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense - Petição n.º 15/XIII – “Contra o regresso da Sorte de Varas aos Açores”

O Sr. João Pedro Ávila, representante da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, esclareceu que a Sorte de Varas não tem intervenção direta no desempenho em Praça. Declarou: “No que toca à Sorte de Varas, independentemente do grupo de forcados, consideramos que esta prática traria qualidade à festa brava. Seria uma forma de os ganadeiros verem o seu trabalho plenamente desenvolvido, no que respeita à bravura do touro. Por outro lado, aumentaria a qualidade do espetáculo, constituindo um elemento adicional que os promotores poderiam oferecer ao público.”

Da Audição da Tertúlia Tauromáquica Terceirense e da Tertúlia Tauromáquica Praisense, ocorrida a 29 de maio de 2025 disponível em [Parlamento online - Audição da Tertúlia Tauromáquica Terceirense e Tertúlia Tauromáquica Praisense - Petição n.º 15/XIII – “Contra o regresso da Sorte de Varas aos Açores”](#)

O Sr. Arquiteto José Parreira esclareceu que representava as duas Tertúlias, referindo, na sua intervenção inicial:

“Não sei o que estou aqui a fazer ou sobre o que me devo pronunciar, uma vez que não há nenhuma iniciativa legislativa no sentido da aprovação ou desaprovação de qualquer medida. Mas estou aberto a que façam as perguntas que entenderem.”

O Presidente da Comissão esclareceu o depoente, dizendo que esta audição decorria no âmbito da Petição n.º 15/XIII/1.ª – Contra o regresso da Sorte de Varas aos Açores, não sendo uma iniciativa legislativa da Assembleia, mas uma petição, e que era nesse âmbito que se estava a realizar a audição, como era do conhecimento das entidades em causa.

No âmbito da primeira ronda, usou da palavra o Sr. Deputado Luís Soares (PSD), que começou por observar:

“Efetivamente, não decorre nenhuma iniciativa para o regresso da Sorte de Varas aos Açores ou a Portugal. Esta petição surge, como bem sabemos, na sequência das declarações proferidas pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação no Fórum Mundial da Cultura Taurina, tendo sido aqueles que se sentiram incomodados com essas declarações que apresentaram esta petição.” Concretamente, questionou o depoente:

“Dado o seu conhecimento sobre a matéria, considera que a Sorte de Varas poderia trazer um upgrade à tauromaquia? Perde-se ou não com a não existência da Sorte de Varas? O

que é que poderíamos ganhar na tauromaquia, caso essa intenção — que não foi mais do que uma expressão do Sr. Secretário Regional — se pudesse materializar numa iniciativa?” Em resposta, o Sr. José Parreira disse que todos os espetáculos sofrem evoluções. Embora tivesse começado em Espanha, não é um espetáculo exclusivo daquele país. Praticou-se durante muito tempo, até 2002, em Portugal, faz parte essencial de uma componente que é a própria essência da corrida.

Explicou: “O espetáculo do toureio a pé, neste caso da corrida — para ser mais correto em termos de terminologia —, divide-se em três fases, ou seja, três terços: o primeiro terço é precisamente a Sorte de Varas, o segundo terço são as bandarilhas e o terceiro terço é a morte do touro.

Em Portugal, desde 2002, deixou-se de poder picar os touros e durante muitos anos praticámos esse espetáculo apenas com duas componentes e, a partir de 2002, apenas com uma. Portanto, seria a mesma coisa que dizer que se podia jogar futebol nos Açores, mas sem balizas e sem bola.

A Sorte de Varas tem uma parte técnica que faz com que haja um melhor desempenho do touro em lide e permite o desabrochar da arte de uma forma completamente diferente. Com isso, pode tornar o espetáculo bastante mais atrativo e beneficiar da vinda de outros espectadores, não apenas aqueles que temos em Portugal.”

No uso da réplica, o Sr. Deputado Luís Soares (PSD) continuou o paralelismo futebolístico, questionando:

“Não picar o touro é a mesma coisa que o Cristiano Ronaldo jogar num pelado?”

Respondendo, o Sr. José Parreira referiu que, nos últimos anos, foram trazidas figuras de máximo valor do toureio a pé à Terceira e que tiveram dificuldades, a que se associaram também problemas relacionados com as próprias características das ganadarias locais. Mas considerou que muito desse gado poderia ter tido outro tipo de prestação se tivesse sido picado — e não foi.

No uso da palavra, o Sr. Deputado Pedro Pinto (CDS-PP), recorrendo ao conteúdo da primeira explanação do depoente — quando este referiu que não existia nenhuma iniciativa —, fez a seguinte questão:

“Das entidades que representa nesta Comissão está planeado haver, alguma iniciativa para a introdução da Sorte de Varas nos Açores?”

O Sr. Arquiteto José Parreira respondeu que não.

No uso da réplica, o Sr. Deputado Pedro Pinto disse: “uma vez que não há intenção, não está planeado fazer nada e não está em execução nada, então o que é que estamos aqui a fazer relativamente à sorte de varas?”

Da Audição da ProToiro - Federação Portuguesa de Tauromaquia, ocorrida a 30 de maio de 2025 disponível em [Parlamento online - Audição da ProToiro - Federação Portuguesa de Tauromaquia - Petição n.º 15/XIII – “Contra o regresso da Sorte de Varas aos Açores”](#)

O Sr. Professor Luís Capucha, vice-presidente da Federação, saudou o facto de este assunto estar a ser novamente discutido na Assembleia Regional dos Açores.

Referiu que “isso é também um resultado do Fórum Mundial da Cultura Taurina, que projetou uma imagem magnífica dos Açores, nomeadamente da ilha Terceira, da sua capacidade de organização de eventos deste calibre e, para além disso, de promover debates, informação e uma discussão aprofundada a nível internacional sobre estes temas.”

Quanto à petição, referiu que “assenta em princípios que não colam com a realidade, nomeadamente a ideia de que a Sorte de Varas consiste em picar o touro de forma violenta, causando graves lacerações e danos musculares e neurológicos, e também consequências nos cavalos. Isto não corresponde à realidade em nenhum dos casos. Não há conhecimento de lesões graves em cavalos ocorridas; isso era uma coisa do passado, de um passado remoto, antes de se usarem peitos nos cavalos. Atualmente, os cavalos são altamente preparados, selecionados para esta função e devidamente protegidos. Portanto, não há memória de haver acidentes.

Quanto aos touros, são de facto picados, produzindo-se uma ferida no animal, mas em locais que não afetam nem a locomoção, nem a força, ainda menos o sistema neurológico dos touros.

Aliás, como penso que alguns dos Srs. Deputados devem saber, picar touros ou vacas bravas é uma função essencial para selecionar a própria bravura da ganadaria. Os criadores de touros bravos, para saberem se uma vaca está ou não em condições de ser mãe, segundo o critério do seu criador, e para saberem se um touro está ou não em condições de ser largado às vacas para padrear numa ganadaria, têm precisamente de ultrapassar um teste de bravura que só pode ser feito com a Sorte de Varas.

E não há memória de que isso, por si só, provoque feridas causadoras de danos prolongados, alterações da funcionalidade dos animais ou alterações neurológicas. Creio que ainda menos.

São coisas inventadas, ideias que agências internacionais, com muitos meios, propagam, mas que não têm sustentação científica, nem sequer colam com aquilo que é a realidade do dia a dia.

A Sorte de Varas, numa corrida de touros, é tudo menos crueldade e tortura. Ao contrário, para quem entende a festa, ou para quem quiser entendê-la, ou para quem tiver um bocadinho de disponibilidade para, pelo menos, ouvir o ponto de vista dos aficionados, perceberá rapidamente que a Sorte de Varas é precisamente o momento em que se exalta, em que se põe em relevo aquilo que é a principal característica de um touro bravo: a sua bravura.

Não há outra maneira de pôr em relevo atributos que provocam a admiração dos aficionados de um touro bravo, que são a sua coragem e bravura, porque esta consiste em continuar lutando, mesmo quando as circunstâncias podem sugerir sofrimento.

Portanto, quem quiser apreciar devidamente aquilo que é a qualidade mais valorizada num touro de lide, tem de apreciá-lo precisamente pela forma como reage à Sorte de Varas. Não é tortura; pelo contrário, é uma forma de exaltação da bravura do touro.

Naturalmente, a tauromaquia é um universo simbólico, é uma cultura com grande diversidade de manifestações. Há manifestações culturais taurinas em que não é provocado nenhum ferimento ao animal — como a tourada à corda, por exemplo — e muitas outras manifestações populares. Há outras manifestações em que, efetivamente, o touro tem que, como se diz na gíria, reagir a um castigo e, portanto, a maneira como reage é o termómetro a partir do qual se avaliam os seus atributos, nomeadamente o carácter e a bravura, que é um valor fundamental da festa.

A festa é um discurso em torno de um conjunto de valores: exalta esses valores, o valor da solidariedade, da coragem, da bravura — valores centrais para entender a festa. Se prescindirmos deles, é a sociedade toda que fica a perder.

Uma sociedade que não é capaz de transmitir o sentido de bravura, o sentido de coragem e também de outras dimensões — o sentido de verdade, da vida e da morte, da solidariedade — perde elementos estruturantes.”

Acrescentou ainda sobre a petição em apreciação que a “proibição da Sorte de Varas em Portugal foi concomitante com a aprovação da exceção para as corridas de touros em

locais onde se pode comprovar que a morte do touro na arena é uma prática com mais de 50 anos. Foi a mesma Lei, que disse que em Portugal se podia matar o touro desde que se mostrasse que isso correspondia a uma tradição com pelo menos 50 anos foi a mesma que passou a proibir picar touros.

A Sorte de Varas era praticada nessa altura com muita frequência e uma fortíssima adesão popular em localidades diversas do país, incluindo a ilha Terceira, que era, aliás, um dos expoentes.

A diversidade dentro da tauromaquia enriquece a capacidade da Terceira e dos Açores, em geral, se oferecerem ao mundo como destino turístico e exemplo de boas práticas do ponto de vista ecológico e da conservação da natureza.

Também é bem conhecido que, se há atividade com esse carácter de economia circular, que permite simultaneamente utilizar recursos endógenos e promover desenvolvimento sustentável em harmonia com a natureza, essa prática é a criação do touro bravo. Sem Sorte de Varas não há possibilidade de seleção do gado e, portanto, de criação de touro bravo. Também nesse aspeto, creio que nenhum sítio do país perderia com a introdução da Sorte de Varas como prática normal nas nossas corridas. Pelo contrário, é provável até que se evitasse que parte do turismo se dirigisse a outros países — Espanha ou França — onde essa prática é comum.

Milhares de aficionados que hoje viajam para fora poderiam satisfazer a sua afición em praças portuguesas, nomeadamente na ilha Terceira. Para terminar, creio que, do ponto de vista da ProToiro, não há nenhuma razão para associar práticas taurinas a retrocessos civilizacionais.

Estou familiarizado com a noção de civilização dos costumes, pelo meu trabalho e estudos ao longo da vida. Se queremos falar da corrida de touros nesse plano, então temos de a ver precisamente como um mecanismo de civilização dos costumes: um mecanismo de controlo da violência, de regulação das tensões violentas que fazem parte da natureza humana.

Por isso, os locais onde há touros não são necessariamente mais violentos do que outros. Estudos científicos comprovam que não há nada que diga que as pessoas da Terceira são mais violentas ou menos civilizadas do que as de São Miguel, ou que as de Vila Franca de Xira sejam menos civilizadas do que as de Sintra ou Oeiras. Não são os touros que incivilizam. Antes pelo contrário, dão um contributo efetivo para a civilização dos costumes. Classificar práticas taurinas como bárbaras significa, no fundo, agredir os

concidadãos, considerando-os bárbaros ou incivilizados — o que é intolerável e revela uma atitude discriminatória e até persecutória. Deveria ser considerada como mais uma forma de incitamento ao ódio, parte da onda de polarização que atravessa as nossas sociedades, colocando pessoas contra pessoas, com o maniqueísmo de uns serem bons e outros maus.

Na tradição de bonomia que caracteriza os aficionados, nós somos tolerantes, entendemos que cada qual tem direito ao seu gosto. Não vemos razão para aceitar ser tratados dessa maneira, nem para aceitar que sejamos considerados menos civilizados do que outros cidadãos.

Em geral, cumprimos os nossos deveres — alguns certamente não cumprirão, mas isso é comum na sociedade. Gostamos de touros, gostamos da festa, gostamos muito dos valores que ela transmite.

É isso que nos leva, como Federação Taurina Portuguesa, a congratularmo-nos com o facto de este assunto ter sido colocado em cima da mesa pelo Sr. Secretário do Governo Regional.” – Concluiu.

Aberta a primeira ronda, usou da palavra o Sr. Deputado Luís Soares (PSD), que colocou a seguinte questão: “Muitas vezes, no fim da época, dizemos que houve muitas corridas e poucos touros. Quando dizemos ‘poucos touros’, referimo-nos do ponto de vista da bravura. Estará a Sorte de Varas, ou a impossibilidade de a praticar, diretamente relacionada com esta expressão que utilizamos aqui na Terceira?”

Em resposta, o Sr. Professor Luís Capucha disse que a raça de touros de lide é uma raça que se caracteriza pela bravura, completamente distinta de todas as outras. Distingue-se, desde logo, pela diversidade fenotípica dos animais. Enquanto noutras raças (charolesa, por exemplo) os animais são morfologicamente uniformes, nas ganadarias de touros bravos há diversidade quanto ao tipo de cornos, tamanho e pelagem. Continuou: “Os espanhóis, por exemplo, têm dificuldade em pensar em conceitos como ‘coelho bravo’ ou ‘gato bravo’. Quando se diz ‘é um coelho bravo’, eles perguntam: mas o coelho investe? A bravura tem a ver com essa característica destes animais: quando nascem, investem, mesmo em circunstâncias desfavoráveis. Um bezerro acabou de nascer e vira-se a um trator, a um cavalo, a uma pessoa. Em vez de fugir, investe. Esse atributo resulta de uma seleção feita pelos ganadeiros há quase 300 anos.”

Proseguiu a sua intervenção dizendo “hoje sabemos, pela ciência, que os touros mais bravos produzem mais endorfinas, mascarando melhor a dor do que os menos bravos. Os touros que melhor camuflavam a dor foram sendo selecionados, ao ponto de hoje existir esta raça que, mesmo em desvantagem ou ferida, não revela sofrimento; pelo contrário, continua a lutar. Essas características continuam a ser desenvolvidas e apuradas, precisamente através da utilização da Sorte de Varas no campo, nas ganadarias. Em Espanha e França, a Sorte de Varas nas corridas de touros tem sido usada para padrear nas ganadarias, os touros extraordinariamente bravos.

E aqui entra no conceito introduzido pelo Sr. Deputado Luís Soares: todos os animais que entram na praça são de raça brava, mas os aficionados distinguem o comportamento dos mais agressivos, dos mais nobres, dos que se destacam. Esses atributos ficam mais evidentes na Sorte de Varas.

É por isso que distinguimos o touro manso — o que cede à dor, berra, raspa no chão em vez de investir, tem má investida. Esses comportamentos não são apreciados pelos aficionados e revelam-se logo na sorte de varas.

Ao contrário, o touro que se arranca, investe com a cabeça baixa no cavalo, emprega os rins para empurrar o cavalo quando está a ser picado, é o touro que mais nos toca. É aquele que leva os aficionados às lágrimas, torna-se inesquecível. Por isso dizemos que, mesmo havendo muitos touros, só alguns, numa determinada temporada, se distinguem. Essa distinção seria ainda mais clara e evidente nas corridas com touros picados. Há muitos touros, mas nem todos têm a excelência que os torna paradigma de bravura.” Terminou assim a sua participação nesta audição.

Da Audição da Associação Portuguesa do Património Tauromáquico, ocorrida a 30 de maio de 2025 disponível em [Parlamento online - Audição da Associação Portuguesa do Património Tauromáquico - Petição n.º 15/XIII – “Contra o regresso da Sorte de Varas aos Açores”](#)

O Sr. Hélder Carvalho Milheiro, Presidente da Direção da Associação Portuguesa do Património Tauromáquico, apresentou a Associação, criada em 2023, e o seu âmbito de intervenção.

Manifestou a sua estranheza em relação a esta petição, afirmando: “Estamos a discutir algo que na prática não existe. Compreendo a lógica regimental e, obviamente, a

necessidade da sua discussão, dado ter atingido um certo número de subscritores, mas na prática é um não-assunto, uma vez que creio que não existe, pelo menos que eu tenha conhecimento, nenhuma proposta concreta no Parlamento sobre esta matéria.”

Considerou ser útil, no âmbito da temática, proceder a um breve percurso histórico sobre a relação da Sorte de Varas e a tauromaquia portuguesa, como a seguir se transcreve:

“É um tema muito desconhecido, mesmo para os aficionados, e isso, creio, pode ser útil para a forma como olhamos para esta temática, apesar de, neste momento, não existir sequer nenhuma iniciativa legislativa em cima da mesa.

Obviamente que todas as relações tauromáquicas nascem da relação do Homem com o touro ao longo dos séculos, diremos mesmo dos milénios, e que depois se traduziram atualmente naquilo que temos na nossa sociedade: um espetáculo cultural tauromáquico. Esta relação do Homem com o touro, este enfrentamento, existe já desde períodos muito antigos, milenares: desde os mitos persas, gregos ou egípcios, por exemplo, os cultos mitríacos, em que aparece o deus Mitras em cima de um touro, que sacrifica. Os cultos romanos também a representaram e transformaram-na em espetáculo.

Também a vemos na arte rupestre, quer seja nas grutas de Altamira, em Foz Côa, em Portugal — estamos a falar de cerca de 15.000 anos a.C., um período muito longínquo, em que o auroque é o animal mais representado.

E, por isso, a relação do Homem com o touro é muito distante e muito significativa, porque atravessa toda a existência da Humanidade.

Também a vemos, nos dias de hoje, retratada no escudo dos Açores, onde o touro continua a estar presente no nosso quotidiano.

Podemos falar do nascimento da Europa, que resulta exatamente da cena mítica do rapto da Europa por Zeus transformado em touro. São muitos os elementos em que o touro cruza a nossa civilização.

Se olharmos para a origem da tauromaquia, do toureio, ela cruza provavelmente duas linhas: por um lado, as práticas de guerra; por outro, as práticas de caça.

Conseguimos datá-la, através de vestígios históricos e documentais, desde a Baixa Idade Média.

Por exemplo, em Portugal, a primeira imagem que temos do que parece ser um confronto tauromáquico — um enfrentamento entre um homem e um bovino — é de uma área funerária descoberta em Alcácer do Sal, que retrata um cavaleiro de frente para um touro com uma lança na mão.

Não sabemos exatamente se seria uma prática de caça, um treino militar ou até um espetáculo. Mas há, claramente, um homem e um touro que se enfrentam.”

Seguiu-se uma longa explanação histórica sobre as práticas de caça, treino militar e sua evolução para espetáculos públicos:

- A utilização do touro selvagem europeu para preparação da cavalaria;
- O uso inicial da lança, cujo objetivo era abater o touro com rapidez;
- A transição dessas práticas para exposições públicas em praças como o Terreiro do Paço (Lisboa) ou na ilha Terceira, em frente à Câmara Municipal;
- Registos nas Inquirições de D. Afonso III, que referem que D. Sancho I lanceava touros em Lamego;
- A ligação secular entre tauromaquia e festividades sociais ou religiosas;
- A evolução até ao século XVIII, quando surge a corrida tal como a conhecemos hoje, fruto do iluminismo e da necessidade de ordenar e estruturar práticas tauromáquicas.”

Recordou ainda:

- A inauguração da primeira praça comercial em Lisboa, em 1790, no Salitre, com presença de cavaleiros, forcados, matadores e picadores;
- A presença regular de picadores ao longo do século XIX, sobretudo no toureio a pé;
- O salto qualitativo com a construção da Praça do Campo Pequeno, em 1892, que reforçou a presença dos picadores com figuras espanholas de renome;
- A continuidade, ainda no século XX, de corridas picadas nos Açores, nos anos 80 e 90, acompanhando a tradição do toureio a pé;
- A manutenção de corridas com picadores já no século XXI, até à proibição introduzida pela Lei do Barreiro, em 2002, que, sem fundamento, proibiu abruptamente o uso de picadores tanto no continente como nos Açores.

O depoente terminou a sua intervenção inicial referindo que o seu objetivo era facultar um contexto histórico e social da presença da prática dos picadores. Sublinhou que, ao contrário do que se pensa, não se trata de uma prática exclusivamente espanhola, mas de uma realidade também documental e historicamente comprovada em Portugal.

Aberta a primeira ronda o presidente da Comissão deu a palavra ao Sr. Deputado Luís Soares (PSD), que, na introdução à sua questão, referiu que esta é uma petição que não vem acautelar nada, porque não há nenhuma iniciativa legislativa que pretenda trazer de novo a Sorte de Varas. Mas, colocando a possibilidade de que isso pudesse acontecer, questionou:

“O que é que a Sorte de Varas traria de bom ao espetáculo, aos que se apresentam em praça, aos ganadeiros e às ganadarias? De que modo esta prática pode contribuir para a melhoria do espetáculo e também para o apuramento da raça e do animal que se apresenta em praça?”

Em resposta, o Sr. Hélder Milheiro disse que, desde que existiu este impedimento da prática da Sorte de Varas e da presença dos picadores, verificou-se claramente uma baixa da qualidade do espetáculo de toureio apeado e do impacto desse toureio em Portugal — o que é bastante claro e notório nos últimos 20 anos.”

Passou a explicar:

“A Sorte de Varas tem como objetivo fazer um teste de bravura, perceber na prática quais são as reações do touro e os seus comportamentos quando é picado em praça. Trata-se do resultado de quatro anos de criação do touro. Isso dá sinais ao lidador — o matador, a seguir — do como pode abordar o animal, qual o tipo de comportamento, como desenvolver a lide para maior brilhantismo do espetáculo e maior impacto nos espectadores.

Tem esse elemento: sem a Sorte de Varas, fica algo vago, que impede o bom comportamento do touro e também do próprio matador.

Mas, por outro lado, também ao ganadeiro e ao criador desse touro, impede perceber o resultado de quatro anos de seleção e de muitas décadas de trabalho da ganadaria.

Só no picador, na praça, é possível avaliar se o caminho da bravura está a ser atingido, qual o tipo de investida, o tipo de comportamento.

Dessa forma, pode-se afinar a seleção e melhorar a raça. Retira-se, portanto, ao ganadeiro, uma das ferramentas fundamentais para evolução e melhoramento. Já temos duas perdas e nenhum ganho pela inexistência da Sorte de Varas.”

Acrescentou ainda um terceiro impacto: “as grandes figuras do toureio a pé, que podem vir ao nosso país e arrastar multidões e impacto económico relevante, não vêm porque não sentem conforto numa lide incompleta. Em todos os países de tradição tauromáquica (oito no total), os picadores atuam nas lides a pé — exceto em Portugal, nos últimos 20 anos. O que acontece? Grandes artistas recusam vir tourear, porque sentem que não têm as condições adequadas. Isso retira ao público português a possibilidade de os ver e reduz o efeito económico que poderia ser significativo.”

O depoente reforçou o exemplo francês, onde coexistem corridas à espanhola, corridas à portuguesa e tauromaquias populares, deixando ao público a escolha livre do espetáculo.

Sublinhou que esse modelo, sem limitações impostas pelo Estado, promove liberdade cultural e criativa, sendo um exemplo particularmente relevante para Portugal.

Da Audição da Associação Amigos dos Açores, ocorrida a 17 de junho de 2025 disponível em [Parlamento online - Audição da Associação Amigos dos Açores - Petição n.º 15/XIII – “Contra o regresso da Sorte de Varas aos Açores”](#)

Na introdução à audição, o Dr. Diogo Caetano, presidente da Associação Amigos dos Açores, começou por fazer uma declaração de interesses da parte da Associação, esclarecendo que integraram o conjunto de cidadãos que, em 2009, tentou sensibilizar o Parlamento e também a comunidade em geral relativamente à votação sobre a Sorte de Varas, votada em Plenário e que não foi aprovada, sendo que, na altura, se tratava de discussão sobre a alteração de uma Lei geral da República.

Posta essa introdução, disse:

“Nós entendemos que, de facto, não é aceitável que se aumente o nível de sofrimento animal em função do divertimento humano. A tauromaquia é vista como uma atividade económica — que, de facto, o é —, mas pensamos que o que também possa estar na visão de quem pretende este tipo de atividades acaba por ser uma atividade lúdica que visa essencialmente o divertimento humano. Definitivamente, não é aceitável que possa ser eventualmente regulamentada ou legalizada uma prática que nem é tradicional.

Muito menos entendemos que esta situação, como referido na petição, deva partir, neste caso, de um representante político, como é citado na petição, podendo também haver aqui um conflito de competências.”

Lembrou que, em 2009, foi um assunto sobre o qual não houve disciplina de voto, tendo os Deputados tido liberdade de voto.

Continuou dizendo: “Estar um membro do executivo a procurar suporte na Assembleia Legislativa para tentar viabilizar uma determinada iniciativa, querer agradar, naturalmente, como noutros assuntos, a quem, no fundo, suporta e elege os governos e os executivos.

Este tipo de iniciativas não deveria vir de um membro do Governo. Até porque, ao diligenciar junto da Assembleia Legislativa Regional no sentido de tentar, com uma determinada iniciativa fraturante — não só socialmente, mas até fraturante dentro de grupos parlamentares —, um Secretário estará a representar todo o Executivo. Haverá

consenso a nível do Executivo? Ou seja, parece-nos que, acima de tudo, e no objeto que consta da petição, há uma questão de esclarecimento de competências que deve ser clarificada. Os membros do executivo devem ter noção de que a sua função é executiva e que existe uma função parlamentar, que é dos Sr. Sr. Deputados. No nosso entender, isto revela alguma conflitualidade que existe entre a definição de políticas entre o executivo e o poder legislativo.

Ainda mais quando se refere na petição aproveitar a atual geometria parlamentar: muitas vezes esse argumento é utilizado para refutar determinados assuntos, mas também, quando é conveniente, pode ser utilizado como uma mais-valia.

Resumindo: uma vez que também a petição não concretiza, e nós não estamos perante qualquer tipo de proposta do ponto de vista legislativo, entendemos que, obviamente, uma situação como a introdução da Sorte de Varas seria sempre uma mancha nesta região sustentável que tentamos definir. Não apenas no âmbito da visibilidade internacional, turística, da valorização que possamos ter desse aspeto, mas também do ativo económico que a Região tem na atividade produtiva primária, nomeadamente na produção da carne e derivados do leite, sustentada no bem-estar animal e na agricultura regenerativa.

Não podemos, por um lado, estar a usar aquilo que nos é conveniente e, por outro, a conveniência de determinados interesses económicos ou até de divertimento público. Por outro lado, temos uma atividade de grande preocupação com o bem-estar animal, de boas práticas agrícolas e sustentáveis, que valorizam os nossos produtos. Acima de tudo, por uma questão de ética e responsabilidade, retirando a rentabilidade económica desse tipo de políticas que são naturalmente mais valorizadas pelo consumidor. Portanto, sendo uma putativa alteração a uma Lei da República, teria implicações também no âmbito regional, em ilhas que nem sequer têm tradição tauromáquica. Pensamos que não deveríamos estar a discutir este tipo de temas.

Deveríamos, eventualmente, estar a discutir o fim dos apoios públicos à tourada, porque se sabe que as touradas, no geral, são fundamentadas em grande parte na subsídio e em modos de sustento que acabam por consumir o erário público e não apenas daqueles que desempenham uma atividade privada e de algum modo custeiam essas mesmas atividades.”

Com estas explanações foi dada por terminada a intervenção inicial do depoente.

Na primeira ronda, usou da palavra o Sr. Deputado Luís Soares (PSD), que colocou as seguintes questões:

“Em que é que se baseia para afirmar que a tauromaquia não é uma tradição?”

“De que apoios públicos têm conhecimento que são dispensados à tauromaquia? Concretamente, em que circunstâncias é que a tauromaquia é apoiada com subsídios, sendo acusada de sonegadora dos dinheiros públicos?”

No uso da palavra, o Dr. Diogo Caetano referiu que algumas interpretações do Sr. Deputado Luís Soares não correspondiam adequadamente ao que dissera e esclareceu:

“Eu disse que a Sorte de Varas não tinha qualquer tipo de tradição, portanto, não é uma prática. As corridas picadas, como são conhecidas, também não a têm. A minha afirmação foi nesse sentido: não têm tradição na Região, é isso que se pretende questionar, relativamente a alguma tradicionalidade e à evolução de determinadas tradições que já o foram e já não o são. A Sorte de não é uma prática tradicional da Região. Portanto, as chamadas corridas picadas não são uma prática tradicional da Região.”

Quanto à segunda questão, respondeu:

“Não tenho aqui, obviamente, uma listagem de apoios públicos. Também não falei em ‘sonegadora’, o Sr. Deputado referiu ser uma atividade sonegadora, eu não o disse. Não quantifiquei. Apenas referi que várias vezes têm sido publicitados apoios públicos, até nos últimos anos, por várias entidades.

Têm sido identificados diversos apoios públicos, que vêm sendo listados por alguns movimentos que existem na Região e que divulgam atribuições de verbas que, obviamente, não são expressas relativamente ao apoio da atividade tauromáquica, mas acabam por ser, muitas vezes, apoios indiretos às ganadarias que depois promovem a tauromaquia. Não estive aqui com nenhum sentido ofensivo, nem quantificador. Não sei quantificar neste momento esse valor e, portanto, também não iria adjetivar de ‘sonegadora’ uma atividade que não sei quantificar. No entanto, somos da opinião de que a tauromaquia não deve beneficiar de fundos públicos. Foi isso que tentei expressar.”

No âmbito do direito a réplica, o Sr. Deputado Luís Soares (PSD) questionou:

“Sendo a tauromaquia uma atividade económica que cria emprego, que contribui para o PIB da Região e, de forma significativa, para algumas ilhas, como a ilha Terceira, sendo que todas as entidades, em determinadas circunstâncias, têm apoios públicos, porque é que a tauromaquia, sendo uma atividade económica, para além de uma tradição de enraizamento cultural, não poderá ser apoiada, já que também contribui para a preservação da nossa floresta?”

Na sua resposta, o presidente da Associação Amigos dos Açores concordou que a tauromaquia é, naturalmente, uma atividade económica. Se não o fosse, grande parte deste tipo de discussões não existiria, logo tem impacto no PIB. “No entanto, não somos a favor de que o financiamento seja a todo o custo. Temos, neste caso, uma divergência ideológica com a questão do sofrimento animal com o propósito do divertimento humano. Enquanto atividade lúdica, entendemos que, do nosso ponto de vista, isso não é aceitável. E, desse modo, entendemos que as atividades tauromáquicas não devem ser financiadas por verbas públicas. As atividades económicas que existem não são todas do mesmo modo, nem com o mesmo nível de financiamento. Existem quadros de financiamento próprios para determinados tipos de atividades. Naturalmente, umas atividades são mais incentivadas do que outras.”

Reforçou: “No nosso posicionamento ideológico, não deveriam existir apoios públicos à atividade tauromáquica.”

Continuou expressando que “nunca desprezamos a funcionalidade que o touro, ou o gado bravo, desempenha no valor ecológico, no valor das pastagens, não é isso que está aqui em causa. Estamos aqui a falar sobre um eventual projeto ou sobre projetos anteriores que se referem à tauromaquia, e são assuntos bastante distintos. Temos de entender que alguém que defenda o bem-estar animal não pode estar contra o animal. Não estamos aqui, naturalmente, a questionar ou a colocar em causa o touro, nem a vir com dogmas habituais sobre a extinção do touro, dizendo que, se não houvesse tauromaquia, não haveria touro. Essas discussões não são o objeto da nossa questão. A nossa questão prende-se com a atividade tauromáquica e não com a atividade agrícola, silvícola ou de manutenção de áreas agrícolas e florestais, que têm valor e nas quais a atividade animal, com o devido bem-estar que os animais necessitam e merecem, é outra questão — distinta do designado espetáculo.” Finalizou desta forma a sua intervenção nesta audição.

Da Audição da Provedora Regional do Animal ocorrida a 17 de junho de 2025 disponível em [Parlamento online - Audição da Provedora Regional do Animal - Petição n.º 15/XIII – “Contra o regresso da Sorte de Varas aos Açores”](#)

A Sra. Provedora Regional do Animal, Dra. Dagmar Sampaio, colocou-se à disposição dos Srs. e Sras. Deputados/as para o debate necessário sobre a petição em apreciação.

Na primeira ronda, usou da palavra o Sr. Deputado Pedro Neves (PAN), que colocou a seguinte questão:

“Do ponto de vista técnico, e tendo em conta o seu cargo e não a sua formação académica, qual é que será a posição como Provedora Regional do Animal relativamente ao âmbito do que estamos a falar neste preciso momento? Quais seriam os problemas se existisse aqui nos Açores a Sorte de Varas? Neste caso, é mais uma suposição, porque isto é uma petição, e queria saber qual seria a sua posição relativamente a esse facto?”

Na resposta, a Sra. Provedora Regional do Animal disse já ter tido a oportunidade de falar noutros locais, quando este assunto emergiu na Região.

Esclareceu não estar a prestar declarações a título pessoal, mas sim no âmbito do bem-estar animal, que é a sua função enquanto Provedora Regional do Animal: garantir o bem-estar de todas as espécies animais.

Relembrou a definição de Sorte de Varas, citando:

“O dito picador, que é lanceiro, utiliza a ponta de uma lança, instrumento pontiagudo com cerca de 9 cm de comprimento, dividido em duas secções: uma ponta em forma de cone, com cerca de 3 cm, e outra em aço, em forma de corda, com cerca de 6 cm. Este instrumento vai ferir os músculos e ligamentos do cachaço. Acho que todos nós percebemos o que significa a entrada de uma lança no cachaço de um animal, nomeadamente na parte superior do pescoço do touro. Uma vez que estas estruturas anatómicas acabam por ser feridas, o touro, em boa verdade, com essa ferida no seu dorso, deixa de ter a capacidade normal de levantar e baixar a cabeça.”

Assim deu por terminada a definição de Sorte de Varas, por considerar suficiente no contexto.

Prosseguiu a sua resposta dizendo:

“Qualquer ferida no corpo de qualquer animal — estamos a falar em mamíferos — provoca sangramento e, obviamente, estes ferimentos, produzidos por várias vezes, vão provocar perda de sangue ao animal. Portanto, o animal já está num ambiente que lhe é hostil, o animal está a ser, julgo que podemos dizer, claramente massacrado e, portanto, é óbvio que não podemos garantir o bem-estar animal.

De uma forma muito rápida e clara, e sabendo nós o que é o procedimento da Sorte de Varas, não estamos a falar do cavalo — porque o cavalo, nos últimos anos, acabou por estar protegido com proteções de borracha e nem vê o touro — mas, de facto, isto não garante o bem-estar animal.

Portanto, questionada a Provedora Regional do Animal, só posso dizer que isto não garante, efetivamente, o bem-estar animal.” Concluiu.

De seguida, usou da palavra o Sr. Deputado Luís Soares (PSD), que iniciou lembrando que aquilo que se discute são hipóteses, porque não há nenhuma iniciativa que procure trazer a Sorte de Varas de novo ao panorama da tauromaquia:

“Estão a ser colocadas hipóteses baseadas nas declarações de alguém que as proferiu em determinado momento e, portanto, há aqui uma petição contra nada.”

Continuou dizendo que a Sra. Provedora, Dra. Dagmar Sampaio, afirmou que, no âmbito da sua função, considera que a Sorte de Varas será, com certeza, uma prática de maus-tratos ao animal. Mas, se fugirmos da legislação e do fundamento da legislação nacional, que exceciona a tauromaquia, sendo que em Portugal é proibida por Lei — ao contrário do que acontece em França, onde nas touradas podem ser picadas e até de morte —, temos de reconhecer que uma tourada é um espetáculo, que as pessoas pagam para assistir. Além de uma tradição, com enraizamento social e cultural, é espetáculo. O promotor procura obter do espetáculo o máximo de rendimento que ele possa dar, seja económico ou de satisfação de determinada comunidade ou público.”

Colocou, então, a questão:

“Não deveríamos deixar à descrição de quem patrocina este tipo de espetáculo decidir?” E clarificou: “Se o faz picado, se o faz com morte, se o faz apenas com lide — onde faltam dois terços das três partes que compõem uma corrida de touros. Uma corrida de touros é: picar o touro, a lide do touro e a morte do touro. Isso é uma corrida de touros, na verdadeira essência da palavra. O resto é fazer metade da corrida, ou seja, é fazer o meio da corrida”

A Sra. Provedora Regional do Animal respondeu que “são opiniões diferentes; portanto, não posso fugir daquilo que é a essência desta figura — Provedora Regional do Animal— nesse âmbito tenho de garantir, e diz muito bem, a legislação comunitária, a nacional e a regional. De facto, volto a recordar que, em Portugal, de acordo com a legislação em vigor — Lei n.º 92/95, especificamente no artigo 3.º, n.º 3 —, são proibidas a Sorte de Varas e os touros de morte.

Sobre as exceções cumpre dizer que a tauromaquia está regulamentada, mas essas exceções têm sido cada vez em menor número. Pese embora possa acontecer em alguns países da Europa e da América do Sul, ou do resto do mundo, a tendência é claramente de diminuição desse tipo de espetáculos. Custa-me ver aplicada a terminologia de

‘espetáculo’, quando estamos a presenciar, em boa verdade, ao longo de todo o evento tauromáquico — umas vezes de forma mais agressiva, outras menos —, maus-tratos ao animal.

Em França ainda é permitido, mas estou convicta de que a tendência, em termos civilizacionais, é de progresso, e que estas tradições, que também consigo respeitar em parte, vão ter de se adaptar a uma nova realidade que não cabe à Provedora Regional do Animal dizer qual será.

Acredito que todas as partes envolvidas — os aficionados da tauromaquia, os não-aficionados, aqueles que têm de garantir o bem-estar —, em conjunto, encontrarão uma solução intermédia. Estou convicta de que o Estado português também o fará. Uma solução que garanta o bem-estar animal. A tendência vai ser essa.”

Dando continuidade, frisou: “Não vai ser, seguramente, a Provedora Regional do Animal que vai acabar com a tauromaquia e as touradas. Agora, sempre que me convidarem, sempre que me pedirem a minha opinião, vou munir-me de toda a informação sobre o que se passa no resto do mundo. E, de facto, a tendência é essa: é uma questão de tempo, vão existindo adaptações, julgo que estes procedimentos têm tendência a acabar. Aliás, já acabaram em muitos países da Europa e da América do Sul, que, como deve saber, também são países muito aficionados da tauromaquia, e também têm tendência a terminar com estes procedimentos.” - Concluiu a sua resposta.

No uso da réplica, o Sr. Deputado Luís Soares (PSD) disse que em Portugal mesmo no tempo da monarquia, houve a proibição das touradas e elas voltaram a acontecer. Acrescentou que será sempre difícil fazer futurologia. Considerou ser verdade que é um tema que divide as pessoas, nesta previsão do que pode vir a acontecer.

Afirmando-se aficionado, disse esperar que as touradas não desapareçam, tal é o seu enraizamento e tudo o que geram à sua volta.

Da Audição dos Forcados Amadores do Ramo Grande, ocorrida a 23 de junho de 2025 disponível em [Parlamento online - Audição dos Forcados Amadores do Ramo Grande - Petição n.º 15/XIII/1.ª – “Contra o regresso da Sorte de Varas aos Açores”](#)

Em representação dos Forcados Amadores do Ramo Grande, o Sr. Manuel Pires, referindo-se à Sorte de Varas, disse que, embora não seja uma prática atualmente

utilizada nos Açores, é uma prática que não tem ligação ou impacto direto sobre a ação dos forcados dentro da praça.

De uma forma indireta, a Sorte de Varas pode ter algum impacto sobre a sua ação, no sentido em que é uma técnica utilizada para selecionar o valor dos touros e, quanto melhor for a seleção dos touros, mais facilitado fica o papel dos forcados, daí decorrerá alguma ligação.

Disse ainda que a Sorte de Varas é uma prática que complementa a tauromaquia no seu todo, no sentido em que não deve ser vista como uma prática agressiva para o touro, mas sim como uma forma de selecionar o touro e de melhorar o espetáculo a nível taurino.

Acrescentou que a sua implementação ou utilização poderá ter impacto turístico e económico, tanto na ilha Terceira como nos Açores em geral.

Exemplificou com uma corrida de touros ocorrida no dia anterior, na Praça de Touros da ilha Terceira, que teve lotação completamente esgotada, à qual assistiram muitos turistas e muitas pessoas ligadas à tauromaquia, quer do continente português, quer de Espanha. Considerou que poderia ser um fator de atração social e económica para a Região.

Aberta a primeira ronda, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luís Soares (PSD), que colocou a seguinte questão:

“Considera que, implementando a Sorte de Varas— ou seja, fazendo uma corrida completa, não falando do último terço, mas apenas da Sorte de Varas e da lide —, poderia ser uma forma de, melhorando o espetáculo, à semelhança de ontem (onde estavam não só os nossos aficionados portugueses, mas também espanhóis, estadunidenses e até chineses), aumentar as probabilidades de mantermos estas praças cheias e esgotadas?”

O Sr. Manuel Pires, em resposta, disse:

“Na minha opinião, e da parte do Grupo de Forcados, como referi, a Sorte de Varas não tem impacto direto na nossa ação enquanto forcados dentro da praça. Mas, do ponto de vista de aficionado e dos agentes envolvidos na tauromaquia, claro que consideramos que a corrida fica muito mais completa com a implementação da Sorte de Varas.

Sabemos que, muitas vezes, temos aficionados portugueses que se deslocam a Espanha para ver o toureio a pé, porque em Espanha existe a Sorte de Varas e também o último terço, em que o touro é morto. Com a Sorte de Varas, melhoramos o espetáculo, a corrida fica completa e, obviamente, poderia ser um maior chamariz turístico e económico para a Região, na nossa opinião.”

No uso da réplica, o Sr. Deputado Luís Soares (PSD), referindo-se a uma outra audição no âmbito desta petição, disse que houve um depoente que afirmou que a tauromaquia está condenada à extinção.

Perguntou: “Face ao espetáculo de ontem, considera que assim será?”

O Sr. Manuel Pires respondeu que considera que a tauromaquia está para durar e perdurar, se souber defender-se. Afirmou que a Sorte de Varas poderá ser um complemento essencial à tauromaquia. Poderá ter impacto indireto sobre a ação dos grupos de forcados, nomeadamente na seleção dos touros, permitindo melhores lides. Reforçou que os Açores poderão ser um ex-libris se a Sorte de Varas for implementada. Frisou, novamente, que não tem impacto direto sobre a ação dos forcados, mas que, de modo indireto, tem na seleção dos touros, podendo permitir melhores lides.

Da Audição da Delegação dos Açores dos Médicos Veterinários, ocorrida a 27 de junho de 2025 disponível em [Parlamento online - Audição do Conselho Regional dos Açores dos Médicos Veterinários - Petição n.º 15/XIII/1.ª – “Contra o regresso da Sorte de Varas aos Açores”](#)

O Dr. Francisco Brandão, vice-presidente da Delegação dos Açores dos Médicos Veterinários, na audição realizada transmitiu a seguinte informação que se transcreve: “Começo por salientar que a exposição que farei em nome do Conselho Regional dos Açores da Ordem dos Médicos Veterinários, orientada pela Comissão Técnica sobre Bem-Estar Animal da Ordem dos Médicos Veterinários, restringe-se à análise clínica e objetiva, de uma perspetiva científica, da prática da Sorte de Varas, evidenciando as alterações fisiológicas que esta desencadeia nos animais sujeitos. Sendo que, em Portugal, esta prática encontra-se formalmente proibida desde 1995 pela Lei n.º 92/95, de 12 de setembro, de proteção aos animais no n.º 3 do artigo 3º, e a consideração sobre o seu enquadramento histórico e a sua integração em eventos tauromáquicos deverá ser tratado pelas devidas entidades.”

Passou a expor a referida análise dividindo-a em quatro pontos, como a seguir se transcreve:

1. Lesões anatómicas e hemorrágicas - A lesão infligida pela puya objeto perfurante utilizado na prática em questão) destrói vasos sanguíneos e causa hemorragias que podem diminuir o volume sanguíneo pelas perfurações dos músculos trapézio e rombóide

e da porção funicular do ligamento occipital. Em alguns casos, as lesões afetam o nervo acessório e o plexo braquial, que controlam o movimento dos membros anteriores. Também as próprias vértebras da região atingida podem ser traumatizadas. Os bovinos não têm clavículas, de forma que os seus membros anteriores se unem ao corpo principalmente através de músculos. O esforço físico intenso, associado às lesões musculares provocadas pela puya, essencialmente no dorso e cernelha do touro, dão origem a uma fraqueza significativa no terço anterior do touro, podendo explicar a redução da força nas investidas e eventuais quedas, uma vez que estas lesões, que podem atingir até 30cm de profundidade, podem afetar a locomoção do animal. De salientar ainda que, se a puya também atinge a zona lombar ou dos quartos traseiros, causando lesões nesta região, pode afetar, ainda mais, a sua capacidade locomotora. Assim, demonstra-se que as perfurações da pele e outros tecidos realizadas durante a prática da sorte de varas, conduzem a hemorragias e lesões significativas, causando perda de resistência, de força muscular, de amplitude de movimentos e de tempo de reação ao animal sujeito.

2. Dor e stress - Os ferimentos causados pela puya, danificando os tecidos atingidos, como a pele, músculos, artérias, veias, tecido conjuntivo e eventualmente ossos, todos os quais contêm sensores fisiológicos chamados nociceptores, que são recetores sensoriais que detetam estímulos potencialmente prejudiciais ao organismo. A ativação destes nociceptores gera impulsos elétricos que viajam através de células nervosas, denominadas de axónios, até ao sistema nervoso central, sendo detetado e reconhecido desta forma, como dor. Os processos envolvidos na deteção e perceção da dor incluem a transdução, transmissão, modulação e perceção. A transdução corresponde à transformação do estímulo nocivo (neste caso, mecânico) no impulso elétrico gerado pelos nociceptores, que viaja através dos axónios, sucessivamente, para a medula espinal, tronco cerebral, tálamo e, finalmente, córtex cerebral. Existem dois tipos de fibras nociceptivas (as responsáveis pela transmissão da dor). O primeiro grupo de fibras nociceptivas são designadas de fibras A-delta, classificadas como “fibras de dor rápida”. Transmitem a primeira dor que é aguda, bem localizada, e imediata. Estas são eventualmente ativadas num primeiro contacto da puya com a pele. O segundo grupo de fibras nociceptivas são designadas fibras C. Estas transmitem a segunda dor que é mais difusa e insidiosa. É a dor que se segue a uma lesão grave dos tecidos. São eventualmente ativadas pela continua ação da puya, além do primeiro contacto com a pele. Além destas

fibras, as lesões causadas pela puya, desencadeiam ainda a produção de moléculas produzidas pelo sistema imunológico, designadas de citoquinas pró-inflamatórias que constituem a chamada "sopa inflamatória". Esta terminologia é adotada pela ciência referindo-se ao conjunto de substâncias químicas que são libertadas em resposta a uma lesão ou inflamação a um tecido corporal. Esta "sopa inflamatória" pode fazer disparar, ainda, a transmissão da dor, por outras fibras nociceptivas, as fibras silenciosas. Estas fibras não respondem a estímulos por si só, mas são ativadas por células vizinhas e intensificam a dor que já está a ser transmitida ao sistema nervoso central. A zona lesionada fica mais responsiva, enquanto aumenta a área sensibilizada, fenómeno conhecido por hiperestesia secundária. Ou seja, na zona da lesão e em toda a zona circundante, a sensação de dor é de elevado grau. O próprio movimento natural do animal lesionado, pode causar dor generalizada devido, ainda, à hiperestesia central, que é um aumento anormal da sensibilidade a estímulos, que se verifica quando as fibras nociceptivas são repetida e permanentemente estimuladas. A chegada do estímulo ao sistema nervoso central e a consequente percepção de dor, desencadeiam a resposta de modulação, que consiste na libertação de analgésicos endógenos (e.g. opioides) ou de substâncias inibidoras da transmissão da dor. Segundo a "teoria do portão" (que é um mecanismo que modula a transmissão de sinais de dor) outros estímulos, ou até alguns estados emocionais, como por exemplo o stress e o medo, podem inibir ou reduzir momentaneamente a transmissão do estímulo doloroso a nível da medula espinal, interferindo na sua percepção. É reconhecido que este mecanismo pode, portanto, influenciar a tolerância à dor. De qualquer maneira é preciso notar que, se um animal desencadeia uma resposta fisiológica de modulação, significa que existe dor e que esta é de um grau que justifica a mobilização dos processos para a mitigar. Este é o mecanismo da dor tal como é conhecido pela ciência atual. Até à data não há evidência científica clara e inequívoca que sustente a ideia de que os touros de lide ou qualquer outra raça de bovinos apresentem variações significativas no mecanismo da transdução, transmissão ou percepção do estímulo doloroso.

3. Resposta endócrina e metabólica - Os touros bravos são criados em ambientes extensos com exposição mínima aos humanos. O medo é indiscutivelmente a emoção mais provável quando retirados destas condições. É um fator de stress muito potente. Os estímulos que podem desencadear este medo incluem confrontar-se com um espaço fechado e desconhecido, isolamento e separação de coespecíficos, exposição a

predadores ou agressores, a fadiga, sons estranhos, a ausência de rotas de fuga ou de refúgio e a exposição a estímulos dolorosos nestas condições. O medo, a adrenalina e o cortisol (ambas hormonas endógenas) estão intimamente ligados, pois o medo desencadeia a libertação destas hormonas no organismo, preparando-o para a reação perante a percepção de um estímulo. Esta reação geralmente é de um de dois tipos – ou fuga ou luta. A evidência científica tem demonstrado que esta forma de reagir varia enormemente entre raças e até mesmo entre indivíduos. Animais que respondem à dor atacando, apresentam altos níveis de adrenalina, contrariamente aos animais que respondem com a fuga, que apresentam elevados níveis de cortisol. É consensual que a destruição tecidual e o stress adicional causado pela dor e agressão física, aliados ao stress e medo, pode exacerbar muito as respostas metabólicas. Ainda, além da libertação de adrenalina e cortisol, previamente mencionados, ocorrem outras alterações fisiológicas como desidratação, desequilíbrios eletrolíticos, acidose e morte celular. Verifica-se também um aumento de uma série de parâmetros sanguíneos refletindo alterações profundas da fisiologia, como sejam enzimas musculares, cortisol, glucose, catecolaminas, lactato, creatinina, hematócrito etc...

No caso do touro de lide, a genética, resultante da seleção artificial ao longo de décadas, determina que embora sujeito às alterações fisiológicas apresentadas anteriormente, o animal responderá aos estímulos de medo, stress e de dor, lutando e investindo.

4. Avaliação do Bem-Estar Animal - O conceito de bem-estar animal é complexo no qual está incluído o estado em que o animal consegue manter a sua homeostase, que é uma condição de equilíbrio fisiológico dinâmico e fundamental para a sua sobrevivência e a capacidade de lidar com ambiente envolvente. Ou seja, está livre de doença, dor, stress, desconforto, fome e sede, e ainda pode expressar os seus comportamentos naturais essenciais. A avaliação do bem-estar faz-se através de indicadores baseados nos próprios animais, como sejam, o seu comportamento, incluindo a resposta a estímulos, e parâmetros fisiológicos. Não é possível mensurar, no animal sujeito, durante as várias fases da lide, todas as alterações que o stress, a fadiga e a dor causam, nem os momentos destas variações. No entanto, é possível usar os valores obtidos antes e depois da lide, e comparar valores de outros bovinos. Outra consideração importante na consolidação destes dados, refere-se ao uso do humor vítreo do globo ocular, substância que preenche o espaço entre o cristalino e a retina. Esta substância mantém uma composição estável após a morte e podem ser usados para calcular os níveis sanguíneos que os animais

apresentariam ainda em vida, tendo-se verificado em touros de lide que todas as variáveis avaliadas apresentaram concentrações diferentes dos níveis basais, em condições de repouso. Os estudos e a análise destes indicadores acima mencionados, indicam que a lide destes animais, e envolvendo a sorte de varas, tem um efeito negativo sobre o bem-estar físico e mental dos touros.

Em conclusão a Sorte de Varas causa lesões extensas e profundas, hemorragias, alterações metabólicas, stress e dor. Devido a estas alterações anatómicas e fisiológicas o touro vê-se diminuído na sua capacidade de reagir e de se mover. O fato de o touro investir continuamente quando exposto à Sorte de Varas resulta da sua genética, selecionada ao longo de décadas, que o leva a investir quando ameaçado. A procura do confronto mesmo quando lesionado não reflete ausência de dor, mas é a expressão das suas características genéticas perante o stress e dor. Por definição entende-se o sofrimento, como um estado emocional negativo, caracterizado por dor física ou moral, aflição, angústia e/ou dificuldade. Assim, com este parecer sob orientação da Comissão Técnica sobre Bem-estar Animal da Ordem dos Médicos Veterinários, evidencia-se que há suficiente evidência científica de que a Sorte de Varas causa um elevado e prolongado sofrimento nestes animais. O Conselho Regional dos Açores da Ordem dos Médicos Veterinários dá por concluída a sua intervenção, reiterando, que a decisão quanto à eventual reintrodução/regresso, da Sorte de Varas na Região Autónoma dos Açores compete à Assembleia Regional dos Açores, a quem incumbe deliberar com pleno conhecimento dos fatos e em consciência, considerando a evidência apresentada quanto ao sofrimento imposto aos animais sujeito a esta prática”

Aberta a primeira ronda foi dada a palavra à Sra. Deputada Sabrina Furtado (PSD) que colocou a seguinte questão: “o Conselho Regional da Ordem dos Médicos Veterinários é determinadamente contra o regresso de Sorte de Varas e pugna-se por esta proibição pelo bem-estar animal?”

Respondendo o Dr. Francisco Brandão referiu que o que compete à Ordem dos Médicos Veterinários é trazer as evidências já transmitidas, sobre o regresso da Sorte de Varas competirá à Assembleia Legislativa”. Sublinhou: “esta prática traduz mais sofrimento ao animal, os juízos ou ilações resultantes competem à Assembleia.”

Da Audição do Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação, ocorrida a 22 de setembro de 2025 disponível em [Parlamento online - Audição do Senhor Secretário](#)

Regional da Agricultura e Alimentação - Petição n.º 15/XIII/1.ª – “Contra o regresso da Sorte de Varas aos Açores”

Foi ouvido nesta audição o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, Mestre António Ventura, acompanhado pelo Sr. Diretor Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial, Eng.º Filipe Tavares

O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação iniciou a sua intervenção, afirmando: “Esta petição não tem nenhuma objetividade legislativa, não existe nenhuma legislação em vigor em que possa incidir, nem nenhuma iniciativa legislativa em análise no Parlamento em que igualmente possa incidir. Dentro do Parlamento ou fora do Parlamento, a Sorte de Varas não está nem em análise nem em vigor, e, portanto, é uma petição por antecipação, que cria uma suposição, uma hipótese, facto ainda não comprovado. Por isso tenho dificuldade em opinar sobre algo que nem existe na nossa vida comum, em termos de legislação nem está em análise no Parlamento Regional”.

Aberta a primeira ronda usou da palavra o Sr. Deputado Luís Soares (PSD), afirmando que não existe nenhuma iniciativa legislativa que possa fazer pensar que a Sorte de Varas possa voltar a ser uma realidade. Esta petição surge no âmbito do Fórum Mundial da Cultura Taurina, realizado a 24 de janeiro, como consta no próprio texto da petição. Um Fórum que foi muito participado — mais de 250 pessoas, 8 países —, o que diz bem do enraizamento cultural, principalmente na ilha Terceira, mas também em São Jorge e na Graciosa. No Fórum no qual o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação participou, dirigiu-se a um público muito específico, tendo afirmado: “ Não acredito que haja alguém na sala que não tivesse a vontade de que a Sorte de Varas, prática que completa efetivamente a lide, voltasse”, sublinhou ainda que a Sorte de Varas seria, com certeza, um método de seleção da bravura, como dizem quem cria e quem seleciona os animais.

Colocou de seguida as seguintes questões ao Sr. Secretário Regional:

- Quantas ganadarias existem nos Açores neste momento?
- Quantos criadores de gado bravo existem?
- Quantos animais existem?

Finalizou indagando quais são os benefícios que traz aos Açores o recente reconhecimento do touro bravo dos Açores (raça autóctone).

Em resposta, disse o Sr. Secretário Regional que no dia 21 de março de 2025 foi reconhecido nos Açores um novo património genético animal designado por raça brava da Terceira, que se junta a outras raças já autóctones, como o Pónei da Terceira, o Burro da Graciosa, o Gado Catrina, a raça bovina do Ramo Grande, o Cão de Fila de São Miguel e o Cão Barbado da Terceira. Existem agora sete raças animais, um património genético único no mundo, porque foram realizados testes genéticos que distanciam a população, no caso a raça brava dos Açores, de outras raças bravas além-fronteiras.

Neste momento existem vinte e cinco ganadeiros no âmbito do Decreto Legislativo Regional (DLR) no âmbito n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, dispersas pelas ilhas Terceira, Graciosa, Faial, São Jorge e Pico. Existem cinquenta e quatro criadores, tendo clarificado que “criador” é todo o proprietário que tem uma fêmea com mais de 2 anos. Existem mais de dois mil cento e quatro animais registados, no âmbito da raça brava dos Açores. Acrescentou ainda que sendo esta raça considerada autóctone, merecerá apoio comunitário, porque se insere no estatuto de risco das raças autóctones portuguesas, dado o número de fêmeas ser inferior a sete mil e quinhentas. Assim sendo, será atribuído um apoio a cada animal, a partir das próximas candidaturas aos fundos comunitários, no âmbito do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC); cada animal irá receber apoio. De igual modo, também pela primeira vez este ano, receberam apoio o Pónei da Terceira, o Burro da Graciosa e o Gado Catrina.

Concluiu referindo que o apoio à raça do Ramo Grande mereceu um aumento de 25% no apoio à manutenção, passando de 200 euros para 250 euros o que também se perspetiva para a raça brava dos Açores, afirmou por fim – “É um orgulho para todos nós, para todos os açorianos e todos os portugueses, termos de facto este património genético único no mundo, que agora é ampliado com a raça autóctone brava dos Açores.”

No uso da réplica o Sr. Deputado Luís Soares afirmou que os números apresentados são demonstrativos do enraizamento cultural desta prática tauromáquica nos Açores.

Na segunda ronda foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luís Soares, que questionou o Sr. Secretário Regional sobre as condições de segurança das ganadarias, nomeadamente no que se refere ao maneo do gado bravo e ao apartar dos touros, ou seja, à segurança das pessoas, mas também dos animais. Prosseguiu referindo que o Governo Regional publicou legislação para atribuir apoios às ganadarias no âmbito das melhorias na segurança, no apartar do gado e no maneo da manada de bravo, quando são apartados

para as corridas. Questionou diretamente se “as ganadarias têm efetivamente mostrado adesão e, como tal, apresentado candidaturas nesse âmbito?”

Respondeu o Sr. Secretário Regional que o Governo Regional publicou a Portaria n.º 14/2025, de 18 de fevereiro, que regulamenta a atribuição de uma comparticipação financeira extraordinária para a construção ou melhoria de infraestruturas que permitam o maneio e a contenção de animais de raça brava, de forma adequada e em segurança, permitindo assim minimizar a ocorrência de eventuais incidentes e salvaguardar a segurança de pessoas, tratadores e animais.

Esclareceu que a Portaria considera como despesas elegíveis mangas, jaulas de contenção, jaulas de transporte, currais de maneio, incluindo os seus portões, varandins de segurança e outras infraestruturas que possam promover a segurança de pessoas e de animais. No âmbito dessas candidaturas, que terminaram a 30 de junho, afirmou que foram rececionadas sete candidaturas, cada uma com um teto máximo de 10 mil euros e uma comparticipação máxima de 50% (5 mil euros).

“Isto significa que certamente teremos melhoramentos estruturais que permitirão maior segurança não só dos espaços, mas também de quem nos visita, e igualmente no que respeita ao objetivo estabelecido no âmbito do bem-estar e da segurança animal.” – Encerrou deste modo a sua participação nesta audição.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos peticionários e na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 15/XIII, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, aprovou, por unanimidade as seguintes conclusões:

1. A Petição foi devidamente subscrita, no mínimo, por 300 cidadãos, nos termos da alínea a) do n.º 1) do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia;
2. A presente petição, junto a esta Assembleia, refere que a 24 de janeiro de 2025 foi avançado no Fórum Mundial da Cultura Taurina a possibilidade de se regressar à “Sorte de Varas” na Região. Os peticionários consideram que voltar a legalizar este tipo de violência é um enorme retrocesso civilizacional, ainda mais quando se tenta passar uma

imagem dos Açores como destino de natureza e de bem-estar animal. Neste sentido, solicitam que esta matéria não tenha o parecer positivo dos vários partidos que compõem a Assembleia Legislativa Regional dos Açores e que não se volte a legalizar um ato deste tipo.

3. A primeira peticionária, Sra. Jéssica Pacheco, destacou a mobilização social gerada pela iniciativa, que reuniu mais de duas mil assinaturas em apenas uma semana, motivada pelas declarações do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação no Fórum Mundial da Cultura Taurina, entendidas como uma tentativa de viabilizar o regresso da Sorte de Varas aos Açores. Caracterizou a prática como um ato violento que causa danos musculares e neurológicos aos animais, citando a posição já expressa pela Provedora Regional do Animal, que a classificou como “maus-tratos” e “retrocesso civilizacional”. Sublinhou que a Sorte de Varas é incompatível com a imagem de um arquipélago sustentável e amigo dos animais, e que nenhum programa político ou do Governo contempla esta matéria. Recordou que, em 2002, a proposta aprovada pelo Parlamento Regional foi declarada inconstitucional pelo Tribunal Constitucional, e que, em 2009, uma nova tentativa foi rejeitada, considerando que se trata de uma matéria da competência da Assembleia da República. Afirmou que admitir o regresso da prática seria incoerente com as políticas de bem-estar animal em vigor e reiterou que a petição pretendeu atuar de forma preventiva, evitando desde a origem qualquer possibilidade de reintrodução da Sorte de Varas na Região.

4. Da audição dos Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense o representante João Pedro Ávila afirmou que a Sorte de Varas não interfere diretamente na ação dos forcados em praça, mas considerou que a sua implementação acrescentaria qualidade à festa brava. Sublinhou que permitiria aos ganadeiros verem o seu trabalho plenamente avaliado em termos da bravura dos touros e contribuiria para aumentar a qualidade do espetáculo, constituindo um atrativo adicional a oferecer ao público.

5. O Sr. Arquiteto José Parreira, em representação da Tertúlia Tauromáquica Terceirense e da Tertúlia Tauromáquica Praiense, começou por manifestar perplexidade quanto à pertinência da audição, uma vez que não existe qualquer iniciativa legislativa sobre a sorte de varas. Ainda assim, esclareceu que a prática, embora com origem em Espanha, foi durante muito tempo exercida em Portugal até 2002 e constitui parte essencial da corrida completa, composta por três terços (sorte de varas, bandarilhas e morte do touro). Sublinhou que a Sorte de Varas confere ao touro melhor desempenho

em lide e permite uma expressão artística mais plena, tornando o espetáculo mais atrativo e potenciando a vinda de público externo. Reconheceu, contudo, que as entidades que representa não têm, neste momento, qualquer iniciativa prevista para introduzir a Sorte de Varas nos Açores.

6. Da audição da ProToiro – Federação Portuguesa de Tauromaquia, o Sr. Professor Luís Capucha, vice-presidente da Federação, defendeu que a petição assenta em pressupostos incorretos, rejeitando que a Sorte de Varas seja um ato de violência ou provoque danos significativos nos animais. Sublinhou que esta prática tem uma função técnica essencial: testar e revelar a bravura, atributo central do touro bravo, sem o qual não se garante a seleção e a preservação da raça. Considerou que a Sorte de Varas enaltece a coragem do animal, tornando a corrida mais completa e atrativa, com benefícios culturais, turísticos e económicos para os Açores. Reforçou que a proibição de 2002 retirou uma ferramenta crucial ao espetáculo e à seleção ganadeira, diminuindo a qualidade do toureio a pé e afastando grandes figuras internacionais. Defendeu ainda que a tauromaquia é parte integrante da civilização dos costumes e que qualificá-la como bárbara constitui uma forma de intolerância e incitamento à divisão social. Para a ProToiro, a diversidade tauromáquica, incluindo a Sorte de Varas, é um fator de enriquecimento cultural e de valorização da Região.

7. O Presidente da Associação Portuguesa do Património Tauromáquico, Dr. Hélder Milheiro, considerou a petição um “não-assunto”, uma vez que não existe qualquer iniciativa legislativa em curso sobre a Sorte de Varas. Aproveitou, no entanto, para enquadrar historicamente esta prática, sublinhando que não se trata de uma realidade exclusivamente espanhola, mas também portuguesa, com registos documentais e tradição secular, inclusive nos Açores até à sua proibição em 2002. Defendeu que a Sorte de Varas é um teste fundamental de bravura, permitindo avaliar o comportamento do touro, orientar a lide e fornecer aos ganadeiros informação crucial para a seleção e melhoria da raça. Considerou que a ausência desta prática prejudica a qualidade do espetáculo, limita o trabalho dos matadores e retira aos ganadeiros uma ferramenta essencial de apuramento, além de afastar grandes figuras internacionais do toureio, com impacto negativo no público e na economia. Apontou o modelo francês, que combina diferentes modalidades tauromáquicas e dá liberdade de escolha ao público, como exemplo a seguir em Portugal.

8. O Presidente da Associação Amigos dos Açores, Dr. Diogo Caetano, afirmou que a Sorte de Varas não constitui uma prática tradicional na Região e que a sua eventual introdução aumentaria o sofrimento animal apenas para fins de divertimento humano, o que considera inaceitável. Criticou o facto de a questão ter partido de declarações de um membro do Governo, entendendo que tal pode configurar um conflito de competências entre executivo e parlamento. Destacou ainda que a introdução desta prática mancharia a imagem de sustentabilidade dos Açores e colidiria com a valorização da agricultura e dos produtos regionais baseados no bem-estar animal. Defendeu que a tauromaquia não deve beneficiar de apoios públicos, ainda que reconheça o seu peso económico e cultural, pois, do ponto de vista ético, não é aceitável financiar atividades que implicam sofrimento animal para fins lúdicos. Por fim, distinguiu a atividade tauromáquica da função ecológica e agrícola do gado bravo, sublinhando que a questão em debate deve incidir apenas sobre o espetáculo e não sobre o valor do animal em si.

9. A Provedora Regional do Animal, Dra. Dagmar Sampaio, afirmou que a Sorte de Varas não garante o bem-estar animal, uma vez que implica ferimentos que afetam músculos e ligamentos, provocam perda de sangue e colocam o animal em ambiente hostil. Recordou que, de acordo com a legislação portuguesa em vigor, a Sorte de Varas e os touros de morte estão proibidos, sublinhando que a tendência, em termos internacionais, é de diminuição e progressivo desaparecimento dessas práticas. Reconheceu a existência de diferentes opiniões sobre a tauromaquia, mas salientou que a sua função é assegurar o cumprimento da legislação e a defesa do bem-estar animal. Considerou que, embora não caiba ao Provedor do Animal acabar com a tauromaquia, cabe-lhe alertar para a necessidade de adaptação a uma nova realidade civilizacional, em que as tradições terão de evoluir no sentido de maior respeito pelos animais.

10. O representante dos Forcados Amadores do Ramo Grande, Sr. Manuel Pires, afirmou que a Sorte de Varas não tem impacto direto na atuação dos forcados em praça, mas pode influenciar de forma indireta, pela seleção dos touros, facilitando as lides. Considerou que esta prática complementa a tauromaquia, não devendo ser vista como agressiva, mas como um mecanismo de valorização do espetáculo. Destacou ainda o potencial impacto turístico e económico da sua implementação nos Açores, exemplificando com uma corrida recente na Terceira que esgotou a praça e atraiu muitos visitantes. Reforçou que, do ponto de vista dos aficionados, a corrida fica mais completa com a Sorte de Varas, defendendo que esta poderia constituir um fator distintivo para a

Região. Sublinhou que a tauromaquia está para durar, desde que seja defendida, podendo a Sorte de Varas ser um complemento essencial para a sua vitalidade e projeção.

11. O Dr. Francisco Brandão, em representação do Conselho Regional dos Açores da Ordem dos Médicos Veterinários apresentou uma análise clínica e científica, orientada pela Comissão Técnica de Bem-Estar Animal, da prática da Sorte de Varas. Explicou que esta provoca lesões anatómicas profundas, hemorragias significativas, danos neuromusculares e redução da capacidade de locomoção do touro. Acrescentou que os ferimentos desencadeiam processos de dor intensa, ativando múltiplos mecanismos fisiológicos, agravados pela resposta endócrina e metabólica ao stress e medo, com alterações sistémicas profundas. Sublinhou que, embora os touros de lide mantenham a investida mesmo lesionados, isso resulta da genética da raça e não da ausência de dor. Concluiu que existe evidência científica suficiente de que a Sorte de Varas causa sofrimento elevado e prolongado aos animais, comprometendo o seu bem-estar físico e mental. Reforçou, contudo, que à Ordem compete apenas fornecer os dados técnicos e científicos, cabendo à Assembleia Legislativa dos Açores a decisão política sobre a eventual reintrodução da prática.

12. O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação afirmou que a Petição n.º 15/XIII/1.^a não tem correspondência com qualquer iniciativa legislativa em vigor ou em análise na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, estando baseada numa hipótese não concretizada. Na sua intervenção, destacou o reconhecimento da raça brava da Terceira como raça autóctone, formalizado a 21 de março de 2025, integrando o património genético único dos Açores, ao lado de outras seis raças já reconhecidas. Informou que existem 25 ganadeiros, 54 criadores e 2.104 animais registados, distribuídos pelas ilhas Terceira, Graciosa, Faial, São Jorge e Pico. Sublinhou que este reconhecimento garante apoios comunitários no âmbito do PEPAC, por se tratar de uma raça com estatuto de risco, com reflexos diretos na valorização e preservação da criação de touro bravo nos Açores. Referiu ainda a Portaria n.º 14/2025, de 18 de fevereiro, que regula apoios financeiros para infraestruturas de maneio e contenção do gado bravo, com o objetivo de reforçar a segurança de tratadores, visitantes e animais. Indicou que foram submetidas 7 candidaturas, cada uma até ao limite de 10 mil euros de despesa, comparticipadas em 50%, permitindo melhorias estruturais relevantes. Concluiu destacando que o reconhecimento da raça brava dos Açores constitui um motivo de orgulho para a Região

e para o país, refletindo a valorização cultural, genética e económica do património açoriano, enquanto se assegura maior segurança e bem-estar animal nas ganadarias.

Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com competência na matéria.

Madalena, 23 de outubro de 2025

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o relatório.

Peço que se inscrevam para apreciação da petição.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiro quero agradecer por esta petição ter sido feita e, pela rapidez em que tivemos cidadãos e cidadãos a serem peticionários, é algo que para nós, para mim e para o meu partido, é de bastante importância.

E isto começa apenas porque, como eu estava aqui a dizer em aparte — e vou dizer obviamente em microfone ligado — que o Sr. Secretário teve um espasmo. Houve um dia que se sentiu audaz e pensou: “deixa-me dizer, qualquer coisa aqui, num fórum de tauromaquia...”

Deputado Paulo Gomes (PSD): Ainda vivemos numa democracia.

O Orador: Os senhores já estão a ficar nervosos, tenham calma.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Está a falar em espasmos.

O Orador: Eu mal comecei, eu ainda estou bastante suave.

E, o Sr. Secretário achou à partida: “bem, já que estamos aqui todos, entre amigos, toda a gente pensa como eu, deixa-me cá lançar o barro à parede, para ver se ela cola” e não colou. Não colou, porque viu a sociedade açoriana completamente contra aquilo que acha que é o retrocesso completo e não complementar à tauromaquia, porque existem

aficionados que são totalmente contra esta prática.

Sobre esta petição, sei que foi obviamente, uma reação àquilo que o Sr. Secretário preferiu, mas, por um lado, esta petição também não deveria existir. Porque aí se calhar, estaríamos a “tutucar” um enxame de abelhas, as pessoas podem ser picadas e alguém pode ter a ideia de trazer uma iniciativa à Assembleia Regional para ver se cola. Isto é bastante perigoso.

Ainda bem que — pelo menos na conversa que tive com algumas pessoas que poderiam estar ou não interessadas — não há essa vontade, neste momento. De futuro, espero, que essa vontade morra, mas nunca saberemos. No entanto, estaremos cá anualmente a fazer a verificação da vontade do Sr. Secretário, para ver se vai voltar a proferir o mesmo noutra fórum de tauromaquia.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No nosso entendimento, agradecendo desde já, o exercício de democracia, mas esta petição é um “não-assunto”, porque, da investigação que fizemos, isto não está em cima da mesa. Talvez houve ali uma conversa mal interpretada que suscitou tudo isso, não sei. Talvez no “quinto touro”, pronto.

Nós continuamos a achar e vamos manter a nossa posição, de que é uma tradição. Não interessa se concordamos ou não, até no nosso Grupo Parlamentar há quem concorde e há quem discorde das touradas.

Mas não é isto que está aqui em discussão. O que poderá estar aqui em discussão, e é isso que queremos evitar, é que se queira acabar com decreto aquilo que é a vontade do povo e se a vontade do povo é manter aquela tradição, que assim seja. Independentemente das nossas vontades pessoais.

É o que é!

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Agradeço que se inscrevam.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por saudar os mais de dois mil peticionários da petição contra o regresso da Sorte de Varas nos Açores. Na pessoa da primeira peticionária, Jéssica Costa Pacheco, agradecer o exercício de participação cívica, que é sempre o direito de petição, seja qual for a matéria.

Esta petição teve uma forte e rápida mobilização social, porque pretendia evitar o regresso de uma prática que causa sofrimento atroz aos animais, que é a Sorte de Varas. E esta petição, como já foi aqui referido, não surge do nada, nem do vácuo; surge de afirmações e declarações do Sr. Secretário Regional da Agricultura e bem podem dizer que não há uma iniciativa sobre esta matéria, e ainda bem que não há, mas quando um Membro do Governo fala, a sua palavra tem algum peso...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): E ainda bem.

O Orador: ... eu pelo menos quero acreditar que sim. Por mais que não apoie o Governo, eu tendo a ouvir tudo o que os Membros do Governo dizem.

Dizer que a palavra de um Membro do Governo não vale nada, será sempre negativo, porque de facto, o Governo, qualquer que seja, quando fala, é suposto que as pessoas e também o Parlamento, oiçam. Por isso, Sr. Secretário, eu valorizo a sua palavra.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): E ainda bem.

O Orador: E tanto a valorizo como eu e tantos cidadãos, tomaram como credível a sua intenção de aferir da possibilidade de fazer regressar a Sorte de Varas. Felizmente,

houve quem se mobilizasse com uma petição que evitou ou contribuiu para evitar que essa proposta surgisse.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Qual proposta?

O Orador: A Provedora do Animal afirmou que “não está garantido o bem-estar animal na Sorte de Varas.” — já sabíamos isto tudo, mas é mais uma confirmação. Temos muito a fazer e muito caminho a fazer no que diz respeito ao bem-estar animal nos Açores e também na alteração de mentalidades, não só quando o Sr. Secretário diz que a tourada é uma escola de cidadania mas também quando o PSD diz que não picar o touro é o mesmo que o Cristiano Ronaldo jogar num pelado.

De facto, isso diz bem o caminho que temos a fazer e, principalmente, para aqueles lados do PSD.

E nós temos que garantir sim, que haja avanços civilizacionais em todas as áreas, também no que diz respeito ao bem-estar animal...

Deputado Paulo Chaves (PSD): Mais ainda?

O Orador: ... e é fundamental, da nossa parte fica claro, que não contribuiremos e estaremos cá para lutar contra dar-se passos para trás ou que haja retrocessos nesta área: a Sorte de Varas que volte ou outros retrocessos na área de bem-estar animal. Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias** (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uso da palavra para participar nas intervenções no âmbito da petição que está aqui em discussão e, primeiramente, quero saudar todos os peticionários que, no uso de um direito que os assiste e de um princípio relevante da nossa democracia autonómica, entenderam apresentar uma petição a este Parlamento, sobre esta matéria. Saúdo, portanto, esse exercício.

Este é um tema que gera — naturalmente e acredito que assim continuará a gerar — intervenções apaixonadas, até por vezes, debates acalorados e também alguns extremismos. E acho que nós, enquanto responsáveis do sistema político açoriano, devemos trabalhar para neste âmbito, contribuir para um debate sereno conhecedor e, enfim, aprofundado sobre estas matérias.

Eu sou a favor da introdução da Sorte de Varas nos Açores, por um conjunto de questões que não são agora para aqui chamadas, nem de perto, nem de longe, tendo em conta o modelo de debate e tendo em conta até a forma e o momento regimental que estamos aqui a discutir.

Mas nesta matéria em concreto, o facto de eu ser a favor só me vincula a mim e não há nenhum drama com isso e é importante que nós tenhamos a capacidade de, quando se discute matérias deste tipo, não encararmos essas divergências com qualquer espécie de drama.

Portanto, da minha parte eu sou a favor, mas isso só me vincula a mim. Porque neste Grupo Parlamentar...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Que farsa.

O Orador: ... e no Partido Socialista temos camaradas que são a favor, camaradas que são frontalmente contra e camaradas, aos quais esta matéria lhes é indiferente e que carece também de garantir mais conhecimento e aprofundar aquilo que está em causa. E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, enquanto eu tiver as responsabilidades políticas que tenho neste Grupo Parlamentar e no Partido Socialista, sempre que esta matéria for alvo de debate neste Parlamento, haverá sempre liberdade de voto...

Deputado Luís Leal (PS): Muito bem!

O Orador: ... relativamente a esta matéria e qualquer Sra. e Sr. Deputado poderá, em liberdade total, com a sua consciência e com a sua ação enquanto Deputado eleito, trabalhar, pronunciar-se e votar como muito bem entender.

Certo é, Sras. e Srs. Deputados que nós hoje não estamos em presença de uma proposta sobre esta matéria, não saberemos se no futuro isso acontecerá mas, da parte do Grupo

Parlamentar do Partido Socialista, isso certamente não acontecerá. Mas é também importante salientar que, dizer que isto é um “não-assunto”, não me parece correto, porque quem fez disto um assunto foi o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): E o senhor apoiou.

O Orador: ... quando estive numa iniciativa e, por várias vezes, debruçou-se e pronunciou-se sobre esta matéria. Portanto, as palavras têm o peso que têm, sobretudo quando são proferidas por um Membro do Governo.

Portanto, quem transformou isto num assunto foi o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação.

Sras. e Srs. Deputados sobre esta matéria estamos perfeitamente tranquilos, não há absolutamente nenhum drama sobre isto e, sempre que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tiver que abordar esta questão, será feito com serenidade e sem qualquer tipo de drama sobre as divergências que existem neste Grupo Parlamentar e no Partido Socialista, relativamente a esta matéria.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Umhas breves palavras sobre esta petição.

Em primeiro lugar: saudar os peticionários, na pessoa da cidadã Jéssica Pacheco,

cidadã ativa desta Região, que todos conhecemos muito bem, militante da defesa dos animais e do bem-estar animal, que nos trouxe aqui esta petição.

É, bem verdade, como disse o Sr. Deputado Berto Messias, que não estamos a discutir um diploma sobre retomar essa discussão sobre a Sorte de Varas ou Sorte Picada, como alguns também usam chamar na Região Autónoma dos Açores, mas é sempre bom lembrar alguns argumentos do foro ético, e até cultural, para condenar essa prática ou o eventual regresso dessa prática à Região Autónoma dos Açores.

Disse o Sr. Deputado Pedro Neves, e bem, que esta petição até pode ter o efeito de abrir a *caixa de pandora*, de voltarmos ao debate deste assunto, quando eu, que sou um aficionado dos touros, tive, não sei se a felicidade ou se a infelicidade de ter um pai que era um grande aficionado e incutiu, principalmente em mim e no meu irmão mais novo, esta *afición*.

Mas confesso que a sensação que tenho é que mesmo naquelas ilhas, onde a *afición* é maior: Graciosa ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Politicamente *engagée*.

O Orador: ... São Jorge e Terceira, não haverão muitos aficionados adeptos desta prática taurina, que é a Sorte de Varas.

E eu dizia que é uma prática que tem argumentos éticos contra, tem argumentos veterinários, tem até argumentos culturais, desde logo, porque impõe ao animal um sofrimento absolutamente atroz e que eu acho que é evitável — é um sofrimento deliberado, que é perfeitamente evitável.

Não há tradição na Região Autónoma dos Assuntos, portanto, a tradição não justifica, por si só, o regresso a essa violência e é até, eu diria, uma prática em decadência e desuso noutras origens em que as atividades taurinas estão presentes nessas populações e nessas comunidades.

Deputado Pedro Neves (PAN): Não fui eu que o disse.

O Orador: Pois não foi o Sr. Deputado Pedro Neves que o disse, mas tem ainda mais força quando é alguém que se confessa aficionado a dizê-lo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades, para uma interpelação.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo

Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, já se sucederam algumas alusões a um Membro do Governo e, para quem está menos familiarizado com o Regimento desta Casa, perguntar-se-á: “mas porque é que o Governo não responde ou porque é que o Governo não intervém?”

E eu pergunto, por isso, a V. Exa. se é possível ao Governo participar no debate de uma petição.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Não, não é possível o Governo participar neste debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Soares, faça favor.

(*) **Deputado Luís Soares** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, dirigir aqui um cumprimento aos peticionários, à primeira peticionária Jéssica Pacheco e dizer que relativamente ao assunto desta petição, eu diria que, ao contrário do que foi dito, acaba por ser um “não-assunto”...

Deputado António Lima (BE): A palavra do Sr. Secretário não vale nada.

O Orador: ... ou pelo menos o título da petição está um bocadinho adulterado, digamos assim. Porque não existe nenhuma iniciativa para trazer o regresso da Sorte de Varas, não havia nenhuma alteração ao DLR, não havia nenhuma proposta legislativa para o regresso da Sorte de Varas à Região Autónoma dos Açores e mesmo que isso fosse possível, teria que ser a nível nacional, porque ela foi proibida na Região (principalmente porque feria também o princípio da lei nacional). Portanto, não havendo nenhuma destas iniciativas, esta petição era objetivamente contra marcar uma

agenda de alguém, pelas declarações que foram feitas pelo Sr. Secretário da Agricultura e Alimentação, imagine-se, no Fórum Mundial da Cultura Taurina, que trouxe à ilha Terceira nove países, centenas de participantes e um dos assuntos debatidos foi exatamente a Sorte de Varas. O Sr. Secretário, interpelou aquele auditório, se eles entendiam que a Sorte de Varas beneficiava em algum aspeto o espetáculo, e, se a intenção deles fosse o regresso da Sorte de Varas, informou-os do mecanismo que haviam de adotar para conseguir chegar a esse fim.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Exatamente.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Muito mau seria, se o Sr. Secretários da Agricultura ou qualquer outro Membro do Governo, ou até Deputados desta Casa, dissessem só aquilo que alguns querem ouvir. Isso não pode acontecer, nós temos o dever de informar, de elucidar, de acompanhar, de ajudar, quer gostemos, quer não gostemos. Mas é assim que tem que funcionar.

Portanto, o Sr. Secretário limitou-se, para uma determinada plateia, a dar-lhes determinado discurso e a informá-los de determinada forma. Claro que vieram logo as vozes.

Portanto, esta petição é mais uma “lei da rolha”; esta petição quer que as pessoas fiquem proibidas de falar daquilo que eles não querem que se fale.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Já agora, também dizer que eu estive neste fórum; sou aficionado; sou

adepto das touradas picadas; sim, acho que os touros devem ser picados. Assim como o Sr. Deputado Berto Messias, esta minha convicção só me vincula a mim, não vincula ao meu Grupo Parlamentar...

O Sr. Deputado António Lima, deve estar a achar muita graça porque o seu partido votou a favor na República para a transmissão das corridas.

Ruído na Câmara.

O Orador: Deve ser por isso que o Sr. Deputado está a gostar muito desta conversa. O seu partido votou a favor da transmissão das corridas no *Canal Público*, e que é sempre bom saber que o Bloco de Esquerda não é feito só por pessoas que têm um determinado pensamento, mas que também há pluralidade de pensamento no Bloco de Esquerda, pois eu pensei que afinal não havia.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Lá fora.

O Orador: Lá fora, lá fora.

Portanto, em outra circunstância e com um diploma que nos permitisse debater este assunto de um ponto de vista técnico — de forma mais ou menos apaixonada, ou com mais ou menos conhecimento — o discurso seria, com certeza, diferente. Também neste Grupo Parlamentar a disciplina de voto seria levantada, permitindo que cada um votasse de acordo com a sua consciência.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e

Srs. Membros do Governo:

Uma primeira palavra de saudação aos peticionários que se mobilizaram, a sociedade civil que nos trouxe a este Parlamento um tema que acharam que era importante e, portanto, a Comissão Parlamentar, os Deputados analisaram, fizemos imensas audições a várias entidades e fizemos um trabalho exaustivo sobre esta temática...

Deputado António Lima (BE): Sobre um “não-assunto”.

O Orador: ... da Sorte de Varas.

E, relativamente a isto, pudemos concluir que não está para haver nenhuma iniciativa para a introdução da Sorte de Varas nos Açores. Pudemos perceber que para haver essa iniciativa ela terá que ser tomada e terá de ser aprovada na Assembleia da República.

E, portanto, a petição que se intitula: Contra o Regresso da Sorte de Varas pressupõe que há uma iminência desta Sorte de Varas estar de regresso à tauromaquia nacional ou aos Açores. É falso, essa foi uma das conclusões dos trabalhos parlamentares. É falso, não há nada prospetivado, não há ninguém que pertença às entidades ligadas à tauromaquia que esteja com vontade sequer de fazer qualquer proposta para o regresso da Sorte de Varas. Obviamente a tourada, a tauromaquia, a Sorte de Varas são assuntos que dividem consciências, inflamam opiniões, não é um assunto consensual — como também já se percebeu das intervenções que me antecederam. Eu cá sou aficionado, não sou adepto da Sorte de Varas, mas sou um aficionado, tal como o Sr. Deputado Berto Messias, que para além de aficionado é adepto da Sorte de Varas.

Portanto, são visões diferentes da tauromaquia, são vivências diferentes da tauromaquia, ambas legítimas, tal como, é tão legítimo aquele cidadão que abomina, que não gosta, que não quer sequer ver touradas. E sendo obviamente, um assunto que divide consciências e divide opiniões é seguramente um assunto polémico.

Quanto à essência da petição: pronto, o que nos apraz dizer é isso mesmo, não está prospetivado nada em concreto sobre a introdução da Sorte de Varas. Agradecer aos peticionários por terem promovido o trabalho exaustivo que a Comissão Parlamentar fez ao longo de vários meses, onde ouvimos dezenas de entidades.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição. Creio não existir. Consideramos apreciada a Petição n.º 15/XIII.

Avançamos na nossa agenda, entramos no ponto 8 da nossa agenda - **Proposta de Resolução n.º 10/XIII – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2024”**, uma proposta de resolução da Mesa. Como é habitual, foi elaborada pelos serviços, o relatório foi elaborado pela Comissão de Assuntos Parlamentares e distribuído por todos.

Coloco a eventuais inscrições, para poderem usar da palavra.

Pausa.

Vou pôr à votação a Proposta de Resolução, no sentido da aprovação da “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2024”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Resolução n.º 10/XIII, foi aprovada com 23 votos do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e 5 votos de abstenção do CH.

Relatório entregue na Mesa.

RELATÓRIO E PARECER

Proposta de Resolução n.º 10/XIII/1.^a

**Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
referente ao ano de 2024**

INTRODUÇÃO

A Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 2 de dezembro de 2025 para, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, proceder à apreciação, relato e emissão de parecer relativo à Proposta de Resolução n.º 10/XIII/1.ª - Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2024.

A Proposta de Resolução supramencionada foi registada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 4 de julho de 2025, tendo sido despachada para a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para relato e emissão de parecer, tendo em consideração o parecer do Tribunal de Contas.

O parecer da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas sobre a Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2024 deu entrada nesta Assembleia Legislativa a 10 de novembro de 2025.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A apresentação da Conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores encontra o devido enquadramento jurídico no artigo 46.º do Decreto Legislativo Regional n.º 36/2021/A, de 30 de novembro, na sua redação atual, que aprovou a Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores está sujeita à prestação de contas ao Tribunal de Contas por força do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 51.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual, Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, competindo à Secção Regional dos Açores dar parecer sobre aquela conta, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º da mencionada Lei.

Dispõe o n.º 2 do artigo 46.º da Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que a Conta de Gerência é aprovada pelo Plenário, após o acórdão da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas (Cf. Decreto Legislativo Regional n.º 36/2021/A, de 30 de novembro).

Por último, nos termos Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril, a matéria em apreço incide sobre *organização e funcionamento da Assembleia Legislativa*, sendo por isso a Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, competente para proceder à sua análise.

CAPÍTULO II

APRECIAÇÃO DA CONTA

A 11 de abril de 2025, a Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprovou a referida Conta de Gerência e deliberou apresentá-la ao Plenário da Assembleia Legislativa para aprovação.

O parecer da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas sobre a Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2024 foi emitido a 6 de novembro de 2025.

A análise dos documentos permitiu à Comissão verificar o seguinte:

1. A receita anual arrecadada representa aproximadamente 100,00% da receita total prevista, idêntico ao ano anterior, com as transferências do Orçamento da Região a assumirem o maior peso na estrutura da receita da ALRAA, representando no período em análise 94,4% do total (96,6% no período anterior).
2. No domínio da despesa, a taxa de execução global situou-se nos 91,8%, representando as despesas com pessoal 67,1% do total executado. A taxa de execução global do período anterior foi de 95,4%, enquanto as despesas com pessoal, nesse período, se fixaram na ordem dos 67,0%.
3. O resultado líquido do período, foi negativo, no montante de 493.671,96 euros, o resultado antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA) foi negativo, no montante de 217.293,42 euros e o resultado operacional (antes de gastos de financiamento) foi negativo, no montante de 493.671,96 euros.
4. Verifica-se o equilíbrio financeiro da ALRAA, gerando um saldo de gerência de 1.569.774,62 euros.
5. O parecer da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas não emitiu qualquer recomendação.

CAPÍTULO III

SÍNTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PSD manifestou parecer favorável à aprovação da Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2024.

O Grupo Parlamentar do PS abstém-se com reserva da sua posição para Plenário.

CAPÍTULO IV

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável emitiu, por maioria, com o voto a favor do PSD e com a abstenção do PS, parecer favorável à aprovação da Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2024.

Consequentemente, a Proposta de Resolução n.º 10/XIII/1.^a está em condições de ser agendada para debate e votação em Plenário, a quem compete a decisão final sobre a Conta de Gerência da Assembleia Legislativa, nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Decreto Legislativo Regional n.º 36/2021/A, de 30 de novembro, na sua redação atual.

Madalena, 2 de dezembro de 2025

Presidente: Agora avançamos para o ponto 9 da nossa agenda - **Relatório sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades da Sra. Deputada Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão**, o relatório foi elaborado pela Comissão de Assuntos Parlamentares e foi distribuído às Sras. e Srs. Deputados, que é no sentido de: a Comissão deliberou por maioria, que a função cujo exercício foi comunicado pela Sra. Deputada Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão configura situação de incompatibilidade.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo vamos votar o relatório.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça favor de se sentar.

Secretária: O Relatório sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão, foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, com 1 voto de abstenção da IL e 22 votos contra do PS.

Relatório entregue na Mesa.

RELATÓRIO

Sobre Verificação de Impedimentos e Incompatibilidades da Deputada

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimentos Sustentável reuniu no dia 14 de novembro de 2025, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da ilha de São Miguel e com recurso ao sistema de videoconferência.

Da agenda da reunião constava a apreciação, relato e emissão de parecer sobre a verificação de impedimentos e/ou incompatibilidades da deputada Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão.

A Comissão, na reunião de 17 de junho de 2025, analisou, à luz do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 101.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, a declaração de comunicação de outras atividades, onde apenas constava que a Sra. Deputada Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão exercia o cargo de vereadora em regime de não permanência na Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores, e nas suas conclusões deliberou, por unanimidade, que a função cujo exercício foi comunicado pela deputada Dora Valadão não configura qualquer situação de incompatibilidade e impedimento (I/629/2025).

Face a documentação pública, incluindo a subdelegação de competências do Presidente da Câmara na deputada Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão 6035/2025, a 17 de julho de 2025, após deliberação, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável solicitou esclarecimentos

adicionais sobre o exercício do cargo de Vice-Presidente na Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores (E/2513/2025) pela deputada Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão.

A 14 de agosto de 2025, a deputada remeteu a resposta registada na E/2713/2025, acompanhada de parecer jurídico próprio que defende que “Não existe, pois, qualquer incompatibilidade no exercício do cargo de deputada á ALRAA com o cargo de vereadora em regime de não permanência ainda que tendo sido nomeada como vice-presidente, praticando atos administrativos apenas em regime de suplência.”

No dia 8 de setembro de 2025, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, deliberou, por unanimidade solicitar um parecer e informação jurídica aos serviços da Assembleia Legislativa, tendo em consideração os documentos anexos na E/2513/2025.

Este parecer jurídico concluiu que “as competências e funções assumidas pela senhora deputada Dora Valadão, enquanto vereadora que substitui em todas as faltas e impedimentos, para todos os devidos e legais efeitos, o presidente da câmara municipal, com competências subdelegadas e

designada como vice-presidente de câmara municipal, não se adequam com o regime por esta comunicado (o de não permanência).

Consequentemente, por força do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 101.º do EPARAA e da alínea i) do n.º 1 do artigo 22.º do regime de execução do estatuto dos deputados á ALRAA, é incompatível com o exercício do mandato de deputada à Assembleia Legislativa. No entanto, conforme dispõe o artigo 103.º do EPARAA, naquilo a que se refere ao controlo de impedimentos e incompatibilidades, somos de opinião que deverá a comissão competente em razão da matéria solicitar a cópia do auto de tomada de posse referido como anexo à Ata n.º 411/2025, de 17 de abril, por forma a melhor aferir sobre a eventual incompatibilidade.”

Neste seguimento, a 28 de outubro de 2025 foi solicitada cópia do auto de tomada de posse (E/3421/2025), tendo a mesma sido rececionada no dia 30 do mesmo mês (E/3438/2025), na qual é indicado que “(...) após a respetiva chamada a declarou empossada como vereadora da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores, em regime de não permanência”.

Contudo, no decurso do mandato, a deputada Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão assumiu outras funções como Vice-Presidente e consequentemente como

vereadora a tempo inteiro, como consta no despacho 6035/2025, publicado em Diário da República.

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

1. De acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 231.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), “o estatuto dos titulares dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas”, onde se incluem os deputados às Assembleias Legislativas (artigos 231.º, n.º 1, da CRP e 92.º do EPARAA), “é definido nos respetivos estatutos político-administrativos”.
2. Assim, o estatuto dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA) encontra-se plasmado na Secção II do Capítulo III do EPARAA (artigos 97.º a 103.º) e no respetivo regime de execução (Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro).
3. O n.º 1 do artigo 101.º do EPARAA, elenca os cargos e funções que são incompatíveis com o exercício do mandato de deputado à Assembleia Legislativa.
4. A Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, na sua redação atual, aumentou os deveres de declaração e os impedimentos dos deputados à Assembleia Legislativa além do estatuído no Regime de execução do Estatuto dos Deputados da Assembleia Legislativa Regional, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro, e nos artigos 96.º, 97.º e 102.º do EPARAA.
5. É obrigação dos deputados à Assembleia Legislativa comunicar as incompatibilidades e impedimentos tanto ao Tribunal Constitucional como à comissão parlamentar competente, de acordo com o n.º 1 do artigo 102.º do EPARAA e dos artigos 13.º e 20.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, na sua redação atual.
6. As competências e funções assumidas pela deputada Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão, enquanto Vice-Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores, com competências subdelegadas, configuram incompatibilidade nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 101.º, do artigo 103.º e alínea a) do n.º 2 do artigo 33.º do EPARAA.
7. Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril, os “assuntos constitucionais, estatutários e regimentais”

e a “*organização e funcionamento da Assembleia*” são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

CAPÍTULO III

CONCLUSÃO

Com base na apreciação efetuada e com a fundamentação expressa no capítulo anterior, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deliberou, por maioria, que a função cujo exercício foi comunicado pela deputada Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão configura situação de incompatibilidade.

Ponta Delgada, 14 de novembro de 2025

Presidente: Avançamos para o ponto 10 da nossa agenda - **Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o deputado José Manuel Resendes Leal possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha no âmbito da Ação de um Processo Judicial.**

O relatório foi elaborado pela Comissão competente, que vai no sentido de, por unanimidade, dar parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado a prestar depoimento na qualidade de testemunha.

Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o deputado José Manuel Resendes Leal possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Avançamos para a ponto 11 da nossa agenda - **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 57/XIII – “Recomenda ao Governo da República a inclusão da totalidade do território nacional, incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, no Programa Regressar, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2019, de 28**

de março, regulamentado pela Portaria n.º 214/2019, de 5 de julho, na sua redação atual, que define a medida de apoio ao regresso de emigrantes a Portugal”, é uma iniciativa dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP e da Representação Parlamentar do PPM.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça.

(*) **Deputado João Mendonça** (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A urgência que solicitamos deve-se ao facto de o programa “Regressar” excluir os Açores e a Madeira, criando uma desigualdade territorial que não pode manter-se, cabe-nos corrigi-la com a rapidez que a justiça e a coesão nacional exigem.

Acresce que o Governo da República anunciou o programa “Voltar”, trata-se, por isso essencial garantir que os arquipélagos não voltem a ficar de fora de políticas destinadas a promover o regresso de imigrantes ao País.

O que hoje pedimos é, portanto, a apreciação urgente desta proposta para garantir que qualquer programa nacional de incentivo ao regresso abranja de forma clara a totalidade do território nacional, repito, a totalidade do território nacional.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

Abro as inscrições para as Sras. e os Srs. Deputados poderem usar da palavra.

Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Creio não existirem.

Vamos colocar à votação este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 57/XIII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Aprovada a urgência, tem a palavra novamente o Sr. Deputado João Mendonça para apresentação da iniciativa.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A emigração é uma realidade que atravessa séculos da nossa história.

Muitos portugueses — e entre eles um grande número de açorianos e madeirenses — partiram à procura de melhores condições de vida.

Levaram consigo a coragem de recomeçar, mas nunca romperam o vínculo profundo às suas ilhas, à sua cultura e ao seu país.

Hoje, num momento em que muitos manifestam vontade, ou até necessidade, de regressar, cabe ao Estado garantir que esse retorno seja acolhido com dignidade e com igualdade.

Deputado Nuno Barata (IL): Mas não há dignidade para os que cá estão.

O Orador: Mas é precisamente aqui que emerge uma contradição difícil de justificar. O Programa Regressar, tal como está concebido, exclui as Regiões Autónomas da sua aplicação.

E essa exclusão cria uma desigualdade que não tem fundamento constitucional, económico ou social.

Não podemos aceitar que o acesso a um apoio público varie consoante o destino final do regresso, como se voltar ao continente fosse diferente, de regressar aos Açores ou à Madeira.

Esta discriminação trava o regresso de famílias, afasta profissionais qualificados e fragiliza ainda mais as comunidades das nossas ilhas, que já enfrentam envelhecimento acentuado e perda de população ativa.

A tudo isto somam-se dificuldades em atrair ou reter mão de obra qualificada e constrangimentos económicos estruturais ligados à insularidade.

Em vez de facilitar o regresso, o país levanta barreiras que não se compreendem — barreiras que contrariam, de forma evidente, o discurso oficial de valorização das

comunidades portuguesas no estrangeiro.

A atual conjuntura internacional, marcada por instabilidade e mudanças nas políticas migratórias, tem levado muitos emigrantes a considerar o regresso.

Minhas Sras. e meus Srs., este é um momento que exige visão: o país deve criar condições que transformem esta dinâmica num verdadeiro potencial de crescimento e revitalização.

A iniciativa que hoje apresentamos com o PSD e o CDS-PP assenta num princípio essencial: a igualdade no acesso às políticas públicas é um direito que assiste a todos os portugueses, sem exceção.

As Regiões Autónomas são parte integral da República. A sua população merece ser tratada com o mesmo rigor, o mesmo respeito e as mesmas oportunidades que qualquer cidadão do território continental.

Não faz sentido — político, institucional ou humano — que um programa nacional de incentivo ao regresso deixe de fora territórios que fazem parte do país.

Propomos, por isso, que o Programa Regressar passe a aplicar-se a todo o território nacional.

Com esta alteração, reforçamos a coesão do país, afirmamos a solidariedade nacional e garantimos que cada português que deseje regressar possa fazê-lo com o apoio do Estado, independentemente da região onde escolhe reconstruir a sua vida.

O que está em causa é simples e fundamental: justiça, coerência e respeito por todos os portugueses — onde quer que tenham estado e para onde quer que desejem voltar.

Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, — e prometo que não vou incendiar a sala — só para dizer que a Iniciativa Liberal vai acompanhar esta iniciativa aqui trazida pelo Sr. Deputado João Mendonça, do PPM. Não por concordar com o Programa Regressar, principalmente com as borlas fiscais, — porque a Iniciativa Liberal, defende impostos mais baixos para todos e não impostos mais baixos só para alguns — mas porque entendemos que a haver essas situações, a ser implementado o Programa Regressar desde a entrada em vigor do Orçamento de Estado de 2019, salvo erro, não faz sentido que os cidadãos que queiram regressar à Região Autónoma dos Açores e à Região Autónoma da Madeira não estejam em igualdade de circunstâncias com os outros imigrantes que queiram regressar ao território continental.

É neste sentido que não estando totalmente de acordo com o Programa Regressar, acompanhamos a iniciativa do PPM.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Aproveito para informar que os autores deram entrada de uma substituição integral, coisa que eu não fiz no início e que devia ter feito e é naturalmente sobre ela que nós estamos a fazer o nosso debate.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Sr. Secretário, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É a primeira vez que vejo o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda “dar uma borla” ao Governo, mas enfim há dias para tudo.

Deputado António Lima (BE): Estou muito generoso.

O Orador: Talvez queira falar depois de mim.

Bem, sobretudo a questão que está aqui em causa relaciona-se fundamentalmente com

a alínea d) do n.º 3 do Programa Regressar, que fundamentalmente coloca aqui uma restrição em relação à aplicação universal do programa em relação àqueles que querem regressar ao território dos Açores e da Madeira. O que não quer dizer que estejam excluídos de poder beneficiar do programa, mas se quiserem beneficiar do programa, no que diz respeito à alínea d), que são estes apoios financeiros que estão aqui, que são até bastante significativos, porque são sete vezes o valor indexante dos apoios sociais, portanto, é uma verba bastante significativa e também apoios complementares, como, por exemplo, às deslocações, portanto, ao regresso.

Todas estas verbas não estão disponíveis para quem quiser regressar à Região Autónoma dos Açores e da Madeira, mas obviamente, um açoriano que queira regressar ao território continental pode fazê-lo. O que nós consideramos ser fundamental é que o Estado não esteja aqui a criar apoios para beneficiar o território continental em detrimento e em concorrência com os Açores e a Madeira, porque o objetivo do Estado, de acordo com o que é anunciado no âmbito do programa é conseguir captar mão de obra para o país, que consideram que é essencial, que o país necessita da mão de obra especializada, o país precisa de imigrantes, uma vez que estamos com falta de mão de obra e, portanto, criar as condições para que as pessoas possam regressar.

O que não é compreensível é que o Estado faça este esforço apenas no que diz respeito a esta alínea específica que acabei de referenciar, apenas para aqueles que querem regressar ao território continental. Nós consideramos até que esta discriminação é inconstitucional.

Na Assembleia da República alguns Deputados tiveram oportunidade de abordar um outro assunto, começaram logo a agitar a inconstitucionalidade do tratamento diferenciado em relação àquele assunto e agora também não se percebe como é que se cria um programa de âmbito nacional e se cria um conjunto de privilégios apenas para quem quer regressar ao território continental.

Onde é que está aqui a apreciação também da constitucionalidade? A Constituição não

pode só servir para uns casos e não servir para outros, fundamentalmente permitindo, neste caso, a discriminação evidente de açorianos e de madeirenses.

Há outra questão que considero bastante relevante: o facto de não se estar a excluir uma comunidade qualquer. As comunidades açoriana e madeirense são numerosas e até maioritárias em vários dos países de destino, que são pontos de emigração portuguesa bastante relevantes. É o caso dos Estados Unidos e do Canadá, onde a emigração açoriana é largamente maioritária, ou o caso da Madeira na Venezuela e na África do Sul, onde os emigrantes madeirenses são a maioria.

Ou seja, não estamos a falar de um fenómeno que diga respeito apenas uma pequena percentagem de população; estamos a falar de comunidades muito grandes, até maioritárias em diversos países da América e também no caso da Madeira, da África do Sul.

Mas temos que resolver esta questão. Há aqui outra prática que é importante terminar — que acontece com este Governo, mas que já vinha de governos anteriores. É uma prática centralista que permanece e que temos de evitar: a criação de grupos interministeriais para assuntos que dizem respeito a diversas áreas. Falamos aqui dos Negócios Estrangeiros, das Finanças, da Economia, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. São áreas transversais, e no entanto, os Açores não fazem parte destes grupos.

Na área do espaço, por exemplo,...

Deputado António Lima (BE): Temos imigrantes no espaço?!

O Orador: ... também é uma área setorial em que os Açores têm uma importância muito grande, — atenção, já vos mostro a oportunidade da referência. A oportunidade de referência tem a ver com uma prática que é deixar os Açores de fora destes grupos de trabalho.

Estava eu a dizer que no grupo do espaço a ausência não é total, diz que os Açores podem ser convidados.

Ora, o que consideramos fundamental é que o Estado defina uma estratégia inclusiva

em assuntos de extrema importância para nós. Tendo em conta o nosso peso — seja na imigração, no setor do Espaço ou em outras áreas onde temos relevância — é imperativo que os representantes do Governo dos Açores estejam presentes. É necessário que possam defender os interesses da Região nestes grupos, garantindo que os Açores não sejam excluídos da discussão destas matérias.

Por isso, fundamentalmente, da parte do Governo, nós consideramos que é importante alterar, desde já, esta discriminação, acabar com ela e assegurar também desde já e por isso apoiamos esta iniciativa da coligação, que é o facto também de o programa que já foi anunciado por parte do Governo da República, que irá substituir o Programa Regressar, que é o Programa Voltar...

Deputado António Lima (BE): Então, isto já não serve para nada.

O Orador: ... que irá aplicar-se, não, mas de acordo com que eu tive a oportunidade de investigar, esse Programa Voltar será só aplicado no final de 2026.

Portanto, até lá, vamos aplicar o Programa Regressar antes de ser substituído pelo Programa Voltar.

Por isso, é fundamental acautelar, desde já, que os Açores não sejam discriminados no futuro Programa Voltar. O Governo da República já anunciou que este novo programa terá um âmbito mais alargado, acautelando todas estas situações e incluindo também os reformados. É, portanto, vital garantir que estas intenções públicas se traduzam em igualdade de oportunidades para a nossa Região.

E por isso é muito importante assegurar que nem existirá a discriminação dos Açores nesta matéria e que a Constituição se cumpre neste caso, impedindo que os imigrantes açorianos e madeirenses sejam discriminados, ofendendo assim aquilo que são princípios constitucionais absolutamente objetivos.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em breves palavras, o Programa Regressar já existe desde 2019, mas teve sempre uma lacuna na sua aplicação. Uma das suas principais medidas não teve abrangência nacional, deixando de fora as Regiões Autónomas e criando, na prática, uma exclusão dos cidadãos que pretendiam regressar aos Açores ou à Madeira.

Independentemente do que se considere do programa e das apreciações que se possam fazer — e nós temos algumas reservas sobre algumas das medidas — a não abrangência de todo o território nacional é um fator de discriminação negativa que em nosso entender, não deve subsistir.

Aliás, tivemos uma petição, na anterior legislatura, se não me falha a memória, sobre este mesmo programa...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):

Uma iniciativa.

O Orador: ... uma iniciativa da coligação que também não chegou a ser votada, julgo que foi retirada, mas estou a falar de memória, posso estar enganado.

Deputado Nuno Barata (IL): Foi retirada.

O Orador: Julgo que foi retirada, mas já tínhamos tido também uma petição sobre esta mesma matéria.

Essa discriminação negativa e essa exclusão de uma das medidas, nomeadamente o apoio financeiro que é atribuído aos emigrantes que regressem ao País, não nos parece fazer sentido. Não há justificação para que alguém que regresse aos Açores ou à Madeira não possa ter o mesmo apoio financeiro que tem alguém que regresse ao Alentejo, a Lisboa ou ao Alto Minho. Não há qualquer justificação para isso e, nesse sentido, nós acompanhamos a proposta.

Todavia, não posso deixar de dizer que, não sendo um assunto novo, aquilo que nós estranhamos, é que tendo o PSD, em 2023, apresentado um projeto de resolução na Assembleia da República, a solicitar ou a recomendar o alargamento do Programa Regressar, não tenha o Governo da República atendido ao próprio PSD. Porque, de facto, se o PSD considerava em 2023 que o Programa Regressar devia abranger todo o território nacional, e já estamos em 2025, porque é que o PSD não fez aquilo que mandou em 2023?

Este é mais um exemplo de que se diz uma coisa na oposição, mas quando se chega ao Governo, a música é outra.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): E o Bloco quando estava na geringonça?

O Orador: Por isso é evidente que esta proposta terá o nosso apoio, mas é preciso que se tenha memória e se perceba que não se pode dizer uma coisa ontem e outra hoje e passar incólume.

Muito obrigado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Diga isso à Catarina Martins.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos passar à votação desta resolução.

Está à votação o Projeto de Resolução n.º 57/XIII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução n.º 57/XIII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Avançamos para o ponto 13 da nossa agenda.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco para uma interpelação.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

É para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: 30 minutos, regressamos às 19 horas e 30 minutos? É de acordo de todos encerrarmos os nossos trabalhos por hoje?

Não havendo oposição de nenhum Grupo e Representação Parlamentar, suspendemos os nossos trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Boa noite a todos e bom descanso.

Eram 18 horas e 58 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Inês Soares de Oliveira e Sá

Os Serviços de Redação.